

UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO:
método, práxis, educação**

Leandro Eliel Pereira de Moraes

PIRACICABA, SP
2012

**MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO:
método, práxis, educação**

Leandro Eliel Pereira de Moraes

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Luzia Batista de Oliveira Silva

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da UNIMEP como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação

PIRACICABA, SP
2012

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luzia Batista de Oliveira Silva - orientadora

Prof. Dr Paulo Sérgio Tumolo - UFSC

Prof. Dr. Selma Borghi Venco - UNIMEP

Prof Dr Anna Maria Lunardi Padilha - Suplente - UNIMEP

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Toninho e Conceição, por todo o incentivo. Agradeço especialmente ao meu pai pelas leituras, revisões e conversas durante toda essa jornada.

À minha orientadora Luzia pelo profundo respeito dedicado e pela valiosa contribuição, e aos professores da banca, Paulo Tumolo, Selma Venco e Anna Padilha.

Aos colegas, professores e funcionários do PPGE – Unimep, que muito contribuíram nessa prazerosa caminhada.

À CUT pelo apoio dedicado. Aos meus companheiros de trabalho e de lutas: Solaney, Lili e Márcio, que me estimularam desde o início.

Ao Jacaré pela crítica inicial e ao Valter pela leitura crítica e contribuições finais.

À Ligia pela revisão inicial. À Lara Padilha pela revisão final.

À minha companheira Karina, incentivadora inicial, que colaborou de todas as formas nesse percurso, com suas leituras, com a paciência diante das ansiedades, pelo carinho e pelo compartilhamento das discussões.

À CAPES, agência de fomento, pelo financiamento desta pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES – Brasil.

RESUMO

Esta dissertação objetiva, por meio de uma revisão bibliográfica, compreender como Marx, Engels e a geração marxista da II Internacional trataram a relação entre teoria e prática. A partir daí, iniciar um debate crítico no campo da educação popular. Inicialmente, por meio de pesquisa bibliográfica, realizou-se um mapeamento da produção teórica de Marx e Engels, considerando o contexto histórico em que viveram, buscando compreender o método que criaram – não só de análise da realidade como também de sua transformação – e a relação entre teoria e prática que estabeleceram. Marx e Engels não produziram obras específicas sobre a educação, que é compreendida nesta dissertação em seus aspectos mais amplos, relacionada com a formação humana. É nesse sentido que, a partir do conceito de práxis, a contribuição dos autores é apresentada. Em seguida, esse mesmo objetivo foi percorrido na análise da produção teórica e da prática política da II Internacional, geração posterior aos teóricos e militantes fundadores do materialismo histórico. Admitindo que a relação entre teoria e prática é elemento fundamental no campo marxista e que ela se relaciona diretamente com o debate educacional, foram apresentadas algumas das principais características das três vertentes da educação popular brasileira, sob a ótica de três autores, nas seguintes obras: *A Pedagogia do Oprimido*, *A Concepção Metodológica Dialética* e *O Método Ver, Julgar e Agir*, realizando-se, contudo, a partir do materialismo histórico e dialético, um diálogo crítico com essas concepções, demonstrando seus referenciais idealistas, bem como seus limites para uma perspectiva de transformação social.

Palavras-chave: materialismo histórico e dialético, educação, revolução.

ABSTRACT

This dissertation aims at, by means of a bibliographical review, understanding how Marx, Engels and the Second International Marxist Generation approached the relationship between theory and practice.

From this point on, this work starts a critical debate in the area of popular education. At first, a mapping of Marx and Engels theoretical production was carried out, through bibliographical research, considering the historical context in which they lived, trying to understand the method they created - not only on the reality analysis, but also of its transformation - and the relationship between theory and practice that they established. Marx e Engels didn't produce specific work about education, which is understood in this dissertation in its broader aspects, related to the human formation. It is in such sense that, departing from the concept of praxis, the author's contribution is presented.

Next, the same objective was covered through the theoretical production analysis and the political practice of the Second International, a subsequent generation to the founding theorists and activists of historical materialism.

Assuming that the relationship between theory and practice is a vital issue in the Marxist area and that it is directly related to the educational debate, some of the main features of the three strands of the Brazilian popular education were presented, under the perspectives of three authors, in the following writings: "Pedagogy of the Oppressed", "See, Judge, Act Method", and "A Concepção Metodológica Dialética", performing, however, a critical dialogue with those ideas, departing from the historical and dialectical materialism, demonstrating their idealistic references, as well as their limits for a social change perspective.

Keywords: historical and dialectical materialism, education, revolution.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
RESUMO	5
ABSTRACT	6
INTRODUÇÃO	9
<i>Procedimentos metodológicos</i>	13
1. A RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA: CONTEXTUALIZANDO O DEBATE	14
2. MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO: A PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA	18
2.1. ELEMENTOS INICIAIS DO MÉTODO MATERIALISTA HISTÓRICO E DIALÉTICO	18
<i>O pressuposto materialista</i>	20
<i>A lógica dialética</i>	22
2.2. A PRÁXIS COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL DO MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO	26
<i>A concepção da práxis em Hegel</i>	29
<i>A concepção da práxis em Feuerbach</i>	31
2.3. A CONCEPÇÃO DE PRÁXIS EM MARX.....	32
2.3.1. <i>A crítica a Hegel: a problemática relação Estado/sociedade civil</i>	33
2.3.2. <i>A questão judaica</i>	45
2.3.3. <i>Manuscritos econômico-filosóficos: o encontro com a economia política</i>	49
2.3.4. <i>Friedrich Engels e a situação da classe trabalhadora inglesa</i>	54
2.3.5. <i>A Sagrada Família</i>	58
2.3.6. <i>A Ideologia Alemã e as Teses sobre Feuerbach</i>	60
2.3.7. <i>Carta a Annenkov e a Miséria da Filosofia</i>	67
2.3.8. <i>As revoluções de 1848/49, a Liga dos Justos e o Manifesto Comunista</i>	70
2.3.9. <i>As lutas de classe na França e o 18 Brumário de Luis Bonaparte</i>	73
2.3.10. <i>A luta de classes, a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) e a produção de O Capital: crítica da economia política</i>	79
2.3.11. <i>A Comuna de Paris e a crise da AIT</i>	85
2.3.12. <i>A Grande Depressão e a fase monopolista e imperialista do capital</i>	88
2.3.13. <i>O legado de Marx e Engels</i>	90
3. A II INTERNACIONAL: OS TORTUOSOS CAMINHOS DA RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA	97
3.1. A REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO E A FUNDAÇÃO DA II INTERNACIONAL.....	99
3.2. O SPD COMO MODELO DE PARTIDO OPERÁRIO.....	100
3.3. A DISPERSÃO FRANCESA.....	106
3.4. O TRABALHISMO INGLÊS.....	107
3.5. POPULISMO E MARXISMO NA RÚSSIA	108
3.6. AS CONTRADIÇÕES INTERIMPERIALISTAS, REVOLUÇÕES E A UNIDADE ENTRE TEORIA E PRÁTICA.....	109
3.7. O DESLOCAMENTO DO MARXISMO PARA A EUROPA CENTRAL E ORIENTAL.....	110
3.8. O ENSAIO GERAL	114
3.9. A GUERRA E A FALÊNCIA DA II INTERNACIONAL	117
3.10. OS ENCONTROS E OS DESENCONTROS DA TEORIA E PRÁTICA: A REVOLUÇÃO RUSSA	120
3.11. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONCEPÇÃO DE PRÁXIS EM LÊNIN.....	123
3.12. AS ORIGENS DO MARXISMO OCIDENTAL	131
4. EDUCAÇÃO E MARXISMO: CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS SOBRE CONCEPÇÕES IDEALISTAS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO POPULAR	143

4.1.	A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO DE PAULO FREIRE	143
4.2.	O MÉTODO VER, JULGAR E AGIR.....	147
4.3.	A CONCEPÇÃO METODOLÓGICA DIALÉTICA.....	149
4.4.	CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS SOBRE AS VERTENTES DE EDUCAÇÃO POPULAR 152	
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	170
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	175

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo, por meio de uma revisão bibliográfica, compreender como Marx, Engels e a geração marxista da II Internacional trataram a relação entre teoria e prática. A partir daí, apresentar alguns elementos iniciais para o diálogo crítico com três vertentes da educação popular: A Pedagogia do Oprimido; A Concepção Metodológica Dialética e O Método Ver, Julgar e Agir.

Um breve resgate se faz necessário a fim de situar o debate sobre a temática *Trabalho e Educação* no Brasil, cujo desenvolvimento Tumolo (2005) data do final dos anos 1970 e início dos 1980, tendo como figura de destaque Dermeval Saviani, então professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Educação da PUC-SP. As preocupações centrais das pesquisas desenvolvidas no Grupo de Trabalho “Trabalho e Educação” da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - Anped dialogavam diretamente com os interesses da classe trabalhadora, tendo o marxismo como fundamentação teórica, e Gramsci com destaque especial. Tumolo (idem) resgata a trajetória teórica de Saviani por meio dos debates travados contra as pedagogias não críticas (pedagogia tradicional, pedagogia nova e pedagogia tecnicista) e contra as denominadas crítico-reprodutivistas (Bourdieu e Passeron, Althusser e Baudelot e Establet)¹ e suas proposições iniciais para a construção de “uma proposta crítica, dialética e vinculada aos interesses dos trabalhadores, à ‘concepção histórico-crítica’” contida na obra “Pedagogia histórico-crítica. Primeiras aproximações” (SAVIANI, 1991). Além de Saviani, outros autores se uniram ao projeto, com ênfase para Lucília Machado com a obra “Politécnica, escola unitária e trabalho” (MACHADO, 1989).

O autor (2005) destaca que na década de 1980, em função da conjuntura de luta contra a ditadura e da ascensão dos movimentos sociais, a produção na área de *Trabalho e Educação* foi fecunda, principalmente pelo forte vínculo entre a educação e a estratégia de transformação social. Já na década de 1990, esse vínculo foi alterado, e Tumolo (2005, p. 7) explica que

1 O conjunto dos textos desse debate foi reunido no livro “Escola e Democracia” (SAVIANI, 1999).

(...) a razão determinante para a inflexão ocorrida na produção do “campo” Trabalho e educação deita suas raízes na conjuntura mundial, e também brasileira, correspondente àquele período, ou, para ser mais preciso, no movimento da base material de reprodução do capital no final do século XX.

Esse movimento refere-se à crise de superprodução do capital do início dos anos de 1970 que alterou seu padrão de acumulação, provocando um aumento da exploração sobre a classe trabalhadora, a retirada de direitos sociais e trabalhistas, o ataque às organizações sindicais e o avanço do capital sobre setores públicos por meio das privatizações, entre outras medidas. No Brasil esse processo foi retardado durante os anos de 1980 e acelerado no período seguinte. Além desse elemento material, as principais organizações políticas e sociais no Brasil acusaram o golpe neoliberal e adotaram uma estratégia defensiva, fazendo com que as perspectivas de transformação social diminuíssem de intensidade ou fossem mesmo abandonadas, o que afetou também a produção teórica na área de Trabalho e Educação.

A hipótese defendida nesta dissertação é pautada na constatação de que, conforme essas análises demonstram, as pesquisas com base no materialismo histórico e dialético estão em franco decréscimo, indicando que o campo educacional se afasta da perspectiva da transformação social, mesmo aquelas situadas no campo progressista da educação popular. Para defendê-la, é importante resgatar os fundamentos do método, objetivando situar a educação popular, em suas potencialidades e nos seus limites, para compreender o seu papel social.

Adotamos aqui a ideia de educação em seu sentido mais amplo, como processo de formação humana em todos os seus sentidos, que percorre toda a vida. A escola, nesse sentido, é parte dessa formação, que não se resume nem se encerra nela. Marx e Engels não produziram nenhuma obra específica sobre o tema da educação, mas toda a sua produção é permeada pela busca da compreensão da formação humana sob a sociabilidade do capital.

As formulações de Marx e Engels surgem no contexto do desenvolvimento do capitalismo industrial, momento de transição da ordem feudal para uma nova organização social na Europa que subordinou as demais formações sociais pelo

mundo afora, carregando novas contradições expressas na relação entre capital e trabalho, momento também de institucionalização do saber, por meio da escola como conhecemos hoje.

O método materialista histórico e dialético foi desenvolvido por Marx e Engels como teoria para a transformação social, como instrumento de luta política para o movimento operário. Somente no início do século XX é que o marxismo adentra a academia, muitas vezes com uma refinada compreensão da produção marxiana, mas mantendo apenas a perspectiva de análise da realidade, como método de conhecimento desvinculado do movimento operário, e de forma marginal entre as demais perspectivas teóricas.

Um dos aspectos da formulação desse método foi o debate crítico de Marx e Engels com o idealismo – tanto de Hegel como dos jovens hegelianos – e com o materialismo mecanicista – de variadas vertentes como a de Feuerbach – e sua recusa à unilateralidade de ambos, relacionando dialeticamente as ideias com as determinações materiais. Não se tratava de as ideias, por si mesmas, serem capazes de dar existência à materialidade existente no mundo, nem de as determinações materiais, exclusivamente, forjarem os limites da existência social.

A prévia mudança das circunstâncias como momento decisivo para alterações no plano das ideias levou a estratégias de minorias como agentes privilegiados das transformações sociais, reproduzindo a velha figura da personalidade e do indivíduo como redentores da humanidade, além de minimizar ou desprezar o papel da educação na luta política e social. Por outro lado, a prévia mudança na consciência como decisiva para as transformações sociais desembocou nas mais diversas teorias idealistas, no socialismo utópico, na reforma educacional como elemento fundamental de mudanças sociais. Como procuraremos demonstrar, para Marx não se trata de uma coisa ou outra, mas da unidade dialética entre elas, ou seja, as circunstâncias fazem o homem, assim como o homem produz as circunstâncias. Considera-se, na presente pesquisa, que este debate é relevante para compreender o papel e os limites da educação como um dos elementos para a transformação social.

Desde os socialistas utópicos - com a crença de que a educação, o convencimento, o exemplo de experiências de trabalho cooperativo poderiam

demonstrar a justeza de suas reivindicações e produzir a transformação social com o consentimento das classes dominantes - até as pedagogias progressistas de Paulo Freire, da Teologia da Libertação, com seu método de “ver-julgar-agir”, da Concepção Metodológica Dialética de Oscar Jara, que influenciou os movimentos sociais na América Latina, possuem, com características distintas, algo em comum: a crença de que a educação e a conscientização seriam capazes de despertar a consciência crítica do povo e produzir a transformação social.

Essas perspectivas adotam um referencial idealista de educação, de prévia transformação das consciências para que, em seguida, surjam as mudanças sociais, adotando uma visão que sobrevaloriza o papel das ideias em detrimento de seus condicionantes materiais, defendem que a educação é fator suficiente para as alterações que almejam.

No campo educacional e pedagógico, de maneira geral, sendo progressista ou não, o idealismo é absolutamente dominante. E isso tem uma base material: a divisão entre trabalho intelectual e manual, existente desde o surgimento da propriedade privada dos meios de produção, das classes sociais, da exploração do trabalho, do Estado. A partir do momento em que uma parcela da humanidade passou a viver do trabalho de outra, com o desenvolvimento da capacidade de trabalho e com o excedente de produção, a educação pode dissociar-se do trabalho manual, ou seja, dissocia-se da vida e torna-se um aspecto separado.

O caminho para compreender esse processo passa, de acordo com o referencial teórico aqui adotado, por um resgate da relação entre as ideias e a materialidade que Marx e Engels produziram na constituição do materialismo histórico e dialético, fundamentalmente procurando resgatar como os autores trataram a relação teoria e prática, tão importante para a compreensão da questão educacional, assim como a geração seguinte, por meio da II Internacional, deu prosseguimento a essa perspectiva e trilhou os rumos de uma transformação anticapitalista, na tentativa de construção de uma nova sociedade.

Procedimentos metodológicos

Os procedimentos metodológicos adotados foram pautados fundamentalmente na pesquisa teórica bibliográfica das principais produções de Marx e Engels e seus comentadores sobre a II Internacional, com destaque para algumas produções de Lênin até o surgimento do que Perry Anderson (2004) denominou de marxismo ocidental, no início dos anos de 1920; posteriormente, discutiu-se a contribuição da geração marxista, pós II Internacional; e na última parte do trabalho, ainda como um ensaio crítico inicial, procurou-se apontar algumas concepções idealistas de educação popular e apontar limites quando se trata de uma práxis em educação, bem como, possibilidades abertas para se discutir marxismo e educação no Brasil.

Esta dissertação foi dividida em três capítulos: O **capítulo I** é dedicado ao processo de produção do materialismo histórico e dialético de Marx e Engels, desde os Manuscritos de Kreuznach (1843), em que Marx inicia o diálogo crítico com Hegel, até suas últimas produções. O **capítulo II** trata da produção da geração marxista da II Internacional, desde a apropriação mecanicista do método até o processo revolucionário na Rússia de 1917. O **capítulo III** discute a relação entre marxismo e educação, por meio do diálogo crítico com vertentes progressistas da educação popular, procurando demonstrar como o materialismo histórico e dialético contribui para uma análise da realidade que permite ir além das visões idealistas da educação, apresentando suas contribuições e seus limites para um processo de transformação social.

1. A RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA: CONTEXTUALIZANDO O DEBATE

Marx, em *Teses sobre Feuerbach* incluída na obra *Ideologia Alemã*, aponta que “os filósofos apenas *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo” (2007, p. 535, grifos do autor). Por isso, o método materialista histórico e dialético foi desenvolvido, por Marx e Engels, como teoria para a transformação social. Não foi sem sentido que outros importantes marxistas, como Vladimir I. Lênin, Rosa Luxemburgo, Leon Trotsky, Antonio Gramsci foram, ao mesmo tempo, teóricos e militantes políticos. Para eles, apreender o movimento da realidade era condição fundamental para o sucesso da luta política, das perspectivas revolucionárias. Nesse sentido, a teoria era um guia para a ação.

Perry Anderson (2004) constatou, em sua obra *Considerações sobre o Marxismo Ocidental*, que, após a II Guerra Mundial, houve uma desvinculação entre a teoria marxista e a prática do proletariado. As origens dessa desvinculação, segundo o autor, podem ser encontradas na seguinte combinação:

[...] fascismo e stalinismo, as duas grandes tragédias que, de maneiras tão diferentes, se abateram sobre o movimento operário europeu no período entre guerras, se somaram para dispersar e destruir os potenciais expoentes de uma teoria marxista nativa vinculada à prática das massas do proletariado ocidental. A solidão e morte de Gramsci na Itália, o isolamento e exílio de Korsch e Lukács nos EUA e na URSS, respectivamente, marcam o fim da fase em que o marxismo ocidental ainda estava próximo das massas. (ANDERSON, 2004, p.52).

Gramsci, Georg Luckás e Karl Korsch², que ainda se mantinham ligados às ações práticas do proletariado, tanto pela ação fascista, no caso de Gramsci, como pelas divergências com a linha estalinista de suas organizações, no caso de Luckás e Korsch, se afastaram da luta política partidária. Em seguida, como um momento marcante desse processo, o autor se refere ao Instituto de Investigação Social de Frankfurt, onde inicialmente foi desenvolvido “trabalho empírico sólido e

2 Anderson refere-se a eles como os verdadeiros progenitores do marxismo ocidental, sendo importantes dirigentes políticos nos seus respectivos partidos políticos.

análise teórica séria” (ANDERSON, 2004, p.52) no campo marxista, e que operou, no pós Segunda Guerra, uma profunda mudança, descrita assim:

A ruptura entre a teoria e a prática, que na realidade começara silenciosamente na Alemanha no final da década de 1920, foi clamorosamente consagrada em teoria em meados dos anos 1960, com a publicação de *One-Dimensional Man*³. (ANDERSON, 2004, p. 55).

Não seria mais correto afirmar que parte dos intelectuais que professavam o marxismo se afastou do cotidiano da luta da classe trabalhadora e passou a se comportar, na luta de classe, como pertencente a outro setor social? Ninguém se afasta da prática, o que pode ocorrer é um novo vínculo entre a teoria e a prática, outro tipo de prática política e teórica. De qualquer forma, é importante compreender em que contexto isso se desenvolveu.

As transformações sociais ocorridas no século XX trouxeram para as variadas vertentes marxistas um grande desafio, tanto na construção de uma nova ordem social, a partir das revoluções socialistas, como para o momento pós-queda do Muro de Berlim e do socialismo existente no leste europeu.

Gramsci⁴ afirmou que a revolução russa ocorrera contra *O Capital*, obra em que Marx defendia haver, só nos países de capitalismo avançado, reais condições de construção do socialismo, já que as condições materiais, de intenso desenvolvimento das forças produtivas, poderiam assegurar um processo eficaz de produção e distribuição de riquezas, e que o socialismo seria um estágio superior de desenvolvimento social em relação ao capitalismo e não um retorno às formas pré-capitalistas.

Acontece que as revoluções socialistas vitoriosas⁵ se deram em países de desenvolvimento capitalista atrasado, obrigando os revolucionários a lidarem com um problema prático e teórico complexo: como desenvolver as forças produtivas

3 Obra de Herbert Marcuse.

4 A Revolução contra o Capital, texto de Gramsci, escrito em 24 de abril de 1917. In: Marxists Internet Archive. Disponível em <<http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1917/04/24.htm>>. Acesso em 15 ago.2011.

5 Vitoriosas no sentido de que alcançaram a derrubada do poder existente, como foi na Rússia, na China, em Cuba, entre outras, enquanto que algumas outras foram derrotadas, como o caso, por exemplo, da Alemanha e da Hungria após a I Guerra Mundial.

em países de desenvolvimento precário? Como distribuir riqueza sem que haja condições imediatas de sua produção e distribuição? Adotar métodos capitalistas? Essas questões foram resolvidas na prática, como, por exemplo, na intensificação de formas capitalistas de desenvolvimento, sendo ou não satisfatórias do ponto de vista das variadas matizes marxistas. Lênin, compreendendo plenamente os desafios existentes, dizia que seria mais fácil fazer a revolução na Rússia do que na Alemanha, assim como seria mais fácil construir o socialismo na Alemanha do que na Rússia dado o grau de desenvolvimento econômico e político nos dois países. Na Rússia, o Estado e o desenvolvimento das instituições sociopolíticas eram mais frágeis, enquanto que na Alemanha já havia um processo político mais complexo, inclusive com participação institucional da classe trabalhadora, o que facilitava o processo revolucionário no primeiro caso enquanto que dificultava no segundo. No campo econômico, a Alemanha também estava mais desenvolvida, o que facilitava, no caso de uma revolução, a transição socialista, pois havia riqueza a ser distribuída. É fato que essas experiências e seus impasses impulsionaram um amplo debate no campo marxista, trazendo profundas marcas e divergências para as organizações políticas que reivindicavam o marxismo como referência prática e teórica.

Do ponto de vista teórico, o período estalinista foi marcado por fortes contradições. De um lado, foi no seu período inicial que os trabalhos de Riazanov, Lukács, entre outros, possibilitaram que viessem à luz vários textos inéditos do “jovem” Marx; por outro lado, a situação histórica de construção do socialismo num país economicamente atrasado e o endurecimento de posições na URSS e no interior do movimento comunista impuseram uma visão hegemônica, denominada hoje de stalinismo. Não só as justificativas teóricas para o processo em curso foram rebaixadas como se abriu um período de perseguições políticas pelo mundo afora, contribuindo para que intelectuais marxistas se afastassem da luta política da classe trabalhadora e para que as organizações políticas marxistas, fundamentalmente os partidos comunistas, justificassem suas ações em função da necessidade de defesa das tentativas de construção do socialismo em curso. A reflexão teórica articulada à prática foi secundarizada.

Emir Sader (2009), comentando esse distanciamento, afirmou:

Inevitavelmente a análise e a denúncia passaram a predominar sobre as propostas, as alternativas. Houve um deslocamento dos temas, mas também um deslocamento a favor da teoria desvinculada da prática política. Prática política sem teoria, teoria sem prática – os dois problemas passaram a pesar como um carma sobre o marxismo e a esquerda. A prática política da esquerda tendeu ao realismo, ao possibilismo, ao abandono da estratégia, enquanto a teoria marxista tendeu ao intelectualismo, a visões especulativas, de simples denúncia, de polêmicas ideológicas em torno dos princípios, sem desdobramentos práticos.⁶

As mesmas considerações feitas a Perry Anderson valem para Sader: não se trataria de uma prática política ancorada em outras teorias que não sejam marxistas e de supostos marxistas sem militar junto à classe trabalhadora?

O marxismo ocidental, em especial a Escola de Frankfurt, defendeu uma determinada relação entre teoria e prática, produzindo outro tipo de vínculo, construindo outra teoria a esse respeito.

Na perspectiva marxiana, como veremos adiante, há sempre uma relação entre teoria e prática, pois trata-se de um dado da realidade. O objetivo aqui é compreender que tipo de relação o materialismo histórico e dialético estabelece.

Dessa forma, para buscar compreender a relação entre teoria e prática nessa perspectiva e os condicionantes históricos, políticos, econômicos e sociais desse processo, é fundamental o resgate do processo de produção dos fundadores do materialismo histórico e dialético.

⁶ SADER, E. O indissolúvel nexos entre teoria e prática no marxismo. In: CARTA MAIOR. Disponível em <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15965>. Acesso em 03 nov. 2009.

2. MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO: A PRÁXIS REVOLUCIONÁRIA

A produção teórica de Marx é, normalmente, catalogada na sociologia, na política, na economia, na filosofia, entre outras, sem que fique adequadamente alocada. Nada mais contrário ao que Marx procurou fazer do que catalogá-lo numa disciplina específica, pois justamente o que é lhe mais peculiar é exatamente sua abrangência e articulação de conhecimentos.

José Paulo Netto⁷ aponta que a especificidade de Marx é acompanhada por três pilares fundamentais, sendo que cada um deles, necessariamente, sustenta-se nos outros: o método dialético, que lhe permite captar o movimento da realidade em suas múltiplas determinações e contradições; a perspectiva da revolução, que surge de forma mais evidente a partir de 1848, quando a classe operária adquire autonomia; e a teoria do valor-trabalho, apreendida dos clássicos da economia inglesa, Adam Smith e David Ricardo, principalmente levada às suas últimas consequências, ou seja, revelado o caráter de exploração e de produção da mais-valia.

Esses pilares – o método, a revolução e a teoria do valor-trabalho – compõem a especificidade da obra de Marx, segundo o autor.

2.1. ELEMENTOS INICIAIS DO MÉTODO MATERIALISTA HISTÓRICO E DIALÉTICO

Segundo Ernest Mandel (2001), o marxismo surge ao mesmo tempo como uma transformação revolucionária e como uma unificação progressiva das ciências humanas e sociais, do movimento político mais radicalizado das revoluções burguesas, do movimento operário que surgia e do socialismo utópico. Marx e Engels partem do que já existia, assimilando o saber acumulado nos variados campos das ciências humanas, e o submetem a um exame crítico.

Na área das ciências sociais, Marx e Engels tomam contato com a sociologia francesa clássica, encontrando discussões sobre a luta de classes; na

⁷ Informação verbal durante o Curso proferido por José Paulo Netto no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, em 2002, cuja temática foi Método em Marx, gravada em 5 DVDs.

economia política inglesa encontrarão a teoria do valor-trabalho e na filosofia alemã clássica, o debate filosófico sobre o materialismo, o idealismo e a dialética.

No movimento político, como militantes, estiveram diante de um processo social radicalizado. As revoluções burguesas europeias atingiram seu ponto máximo, trazendo em seu curso setores progressistas da burguesia e um nascente movimento operário que reagia às consequências de um capitalismo industrial que visava romper com as amarras do sistema feudal.

No campo teórico e estratégico de contestação da sociedade capitalista, em contato com o socialismo utópico, Marx e Engels estabeleceram um diálogo crítico com suas perspectivas que, segundo Coggiola, na obra *Introdução à teoria econômica marxista* (1998),

[...] concebiam o surgimento de uma nova sociedade, seja como fruto da pregação filantrópica sobre a classe dominante – Owen, Fourier, a variante especificamente burguesa do “socialismo utópico” -, seja como resultado da ação decidida de um restrito setor de vanguarda do proletariado – Blanqui, líder do proletariado parisiense, em cujos partidários Marx reconheceu o “partido comunista” verdadeiramente atuante. (COGGIOLA, 1998, p.11).

A contribuição de Marx e Engels para a perspectiva socialista foi a centralidade da luta política a partir de uma profunda análise da realidade, ou seja, compreender o desenvolvimento capitalista e suas contradições para que a combinação da luta econômica e política iniciasse a superação do capitalismo.

É nesse contexto que eles, como teóricos e militantes políticos, farão uma reflexão crítica sobre a realidade existente, colocando a história como elemento central de suas análises, assim como uma concepção materialista articulada com a lógica dialética.

É nos primeiros escritos de Marx e Engels que encontraremos a fundamentação sobre o materialismo histórico e a lógica dialética, ainda que esses referenciais sejam objetos de reflexão por toda a trajetória deles, valendo o destaque de que a compreensão da construção do método, nesses autores, só pode se dar no conjunto de suas obras, não numa simples afirmação ou postulado.

O pressuposto materialista

Um dos aspectos do método marxista é o seu pressuposto, qual seja, o da determinação. Para os idealistas, o movimento do pensamento é fundamental e determinante em relação ao movimento da realidade material. Hegel, seu principal expoente, dizia que “tudo que é racional é real, tudo que é real é racional”, ou seja, a realidade existe em função do pensamento, a história da humanidade nada mais é do que a história do desenvolvimento do Espírito, da Idéia Absoluta.

Marx e Engels colocam como ponto de partida os indivíduos reais, suas condições materiais de existência, invertendo a equação hegeliana, ou, como disse Marx (2002, p.29): “Em Hegel, a dialética está de cabeça para baixo. É necessário pô-la de cabeça para cima, a fim de descobrir a substância racional dentro do invólucro místico”. Portanto, para os materialistas, o movimento da matéria, do real precede o movimento das ideias, que são a expressão ideal do movimento real. Engels, sobre isso, escreveu:

A grande questão, fundamental de toda a filosofia moderna, é a [...] da relação do pensamento com o ser, do espírito com a natureza [...], a questão de saber qual é o elemento primordial, se o espírito ou se a natureza [...], conforme respondam, desta ou daquela maneira, a esta questão, os filósofos dividem-se em dois grandes campos. Os que afirmam o caráter primordial do espírito face ao da natureza e que, conseqüentemente, admitem, em última instância, uma criação do mundo seja ela de que espécie for, [...] formam o campo do idealismo. Os outros, que consideram a natureza o elemento primordial, pertencem às diferentes escolas do materialismo. (ENGELS apud LENIN, 2006, p.17).

Marx e Engels, na obra *A Ideologia Alemã*, fundamentando seus pressupostos materialistas e a centralidade da história no debate com os neo-hegelianos de esquerda, afirmaram que “O primeiro pressuposto de toda a história humana é naturalmente a existência de indivíduos humanos vivos” (MARX e ENGELS, 1984, p.187). O primeiro ato histórico consiste em que os homens produzam os meios para satisfação de suas necessidades básicas, ou seja, a produção de sua vida material. E fazem isso por meio do trabalho.

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano, com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio

material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo – braços e pernas, cabeça e mãos –, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo, modifica sua própria natureza. (MARX, 2002, p.211).

Marx nos diz que, ao produzirem sua vida material, os homens modificam a natureza e a si próprios. Mas o realizam sob condições materiais existentes. Na produção de suas vidas, os homens contraem determinadas relações sociais que são condicionadas pelo grau de desenvolvimentos das forças produtivas, herdadas historicamente das gerações anteriores. O conjunto dessas relações forma a estrutura econômica de uma sociedade, sobre a qual se levanta uma superestrutura política, jurídica e ideológica. A forma como produzem e distribuem os frutos de seu trabalho determina a consciência social. Não é a consciência social que determina o seu ser, é o seu ser social que determina a consciência.

Como travavam um debate intenso com os hegelianos de esquerda, os aspectos materiais foram ressaltados, mas o movimento dialético da realidade permite compreensão de suas inter-relações, ou seja, aquilo que é determinante pode ser determinado. É no contexto de algo concreto, orgânico, que se estabelecem relações em que o determinante e o determinado podem mudar de posição. A relação da estrutura econômica com a superestrutura política, jurídica e ideológica não era mecânica, como salientou Engels numa carta a Block:

Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em última instância, determina a história é a produção e reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o único fator determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda. A situação econômica é a base, mas os diferentes fatores da superestrutura que se levantam sobre ela – as formas políticas da luta de classes e seus resultados; as constituições que, uma vez vencida a batalha, a classe triunfante redige etc.; as formas jurídicas, e inclusive os reflexos de todas essas lutas reais no cérebro dos que nelas participaram; as teorias políticas, jurídicas, filosóficas; as ideias religiosas e o desenvolvimento ulterior que as leva a se converter num sistema de dogmas – também exercem influência sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam sua forma, como fator predominante. Trata-se de um jogo recíproco de

ações e reações entre todos esses fatores. (ENGELS apud OLIVEIRA e QUINTANEIRO, 2002, p. 39).

Marx não se restringiu ao debate com os idealistas, suas críticas também se direcionaram para uma referência importante no campo materialista, Feuerbach, que, segundo Marx, não superou os limites de suas críticas. Feuerbach defendia que a principal alienação do homem era a sua concepção religiosa. A crítica religiosa combateria a alienação, promovendo a libertação da consciência. Segundo Marx, as condições de alienação da humanidade estão calcadas no processo real de produção da vida e somente a transformação da realidade, na luta política, seria capaz de extingui-la. Além disso, criticava o materialismo mecanicista de Feuerbach pela limitação de captar o mundo como objeto de contemplação e não como resultado da ação humana.

Para os hegelianos de esquerda e Feuerbach, a história era resultado das ideologias. Marx e Engels concebiam a história como um processo em constante movimento, com contradições e transformações. Defendiam a possibilidade de captar a lógica de funcionamento dessa realidade histórica para que pudessem nela intervir.

A lógica dialética

Se o materialismo tem relação com o pressuposto filosófico, com o conteúdo, a dialética tem relação com a lógica, com o ordenamento do pensamento, com a forma. O materialismo e a dialética resultam de um longo processo histórico. Há três combinações fundamentais: materialismo mecanicista, dialética idealista e materialismo dialético. O marxismo ou teoria do materialismo histórico adota o materialismo dialético como método. Evidentemente, professar o marxismo não significa ter êxito na adoção do método materialista histórico e dialético. Ademais, se observarmos grandes períodos, veremos que determinadas condições históricas entorpeceram a capacidade dos próprios marxistas de utilizar esse método, ao menos na análise de determinados fenômenos sociais. Outra ressalva é a dificuldade de explicar a lógica dialética, não só pelo conflito com a

lógica formal como pela dificuldade em explicar algo que é movimento em movimento. O que vai para o papel já é “movimento” morto.

Mesmo encontrando a origem da dialética em tempos remotos, no início do pensamento filosófico, principalmente com Heráclito - “nos mesmos rios entramos e não entramos, somos e não somos”, como também em pensadores chineses como Kung-sun Lung e Tai-chen, passando por Spinoza, seu auge foi com Hegel, que caracterizava a dialética como realidade em constante mudança, não como soma de fatos, mas como combinação de processos; a concepção de toda a realidade como uma totalidade, de interconexões entre suas partes; movimento como resultado de contradições internas dessa totalidade; conhecimento como apreensão do real pelo pensamento, como interação entre sujeito e objeto (MANDEL, 2001).

Essa foi uma importante fonte para o método marxista, já que a lógica formal possuía – e ainda possui – uma força predominante nas explicações sobre a realidade. Lógica que se estrutura de acordo com as seguintes premissas: princípio da identidade (o ser é o ser) e princípio de semelhança (ou não-contradição: o não-ser não é); maniqueísmo, separação dos contrários, pauta-se no juízo valorativo; ordem/ordenamento: do simples para o complexo, prevê etapas e controle de variáveis; concebe a história a partir da linearidade, da evolução e do progresso; requer a harmonia e a ordem como estabelecedoras do desenvolvimento; pressupõe a neutralidade.

Vários autores marxistas trataram da dialética. Entre eles Lênin, em *Cadernos sobre a dialética de Hegel* (1989, vol.6, p. 199-200) e em *As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo* (2001); Henri Lefebvre, em *a Lógica formal e lógica dialética* (mimeo, s/d) e Wilhelm Reich, em *Materialismo Dialético e Psicanálise* (1977).

Reich classificava a dialética da seguinte forma: a) captar o movimento “era, é..., tende a ser”. Analisar objetivamente o movimento, não é o pensador dialético que torna o fenômeno dialético. Devemos captar como o movimento próprio da coisa estudada evidencia a dialética; b) toda forma traz em si uma contradição, o seu contrário, em unidade. Essa contradição se desenvolve internamente até o conteúdo romper a forma, gerando uma nova; c) tudo que

nasce já traz em si o germe de sua própria superação. Tudo que nasce tende a desaparecer, tudo é movimento; d) as contradições não são absolutas, possuem uma relação de identidade. Uma coisa pode se transformar no seu contrário; e) não há juízo de valor nas transformações, são movimentos necessários. Aquilo que possibilitou o movimento pode vir a paralisá-lo; f) o amadurecimento interno da contradição é progressivo, mas sua resolução é por ruptura, um salto de qualidade; g) todo movimento evidencia uma dupla negação, uma negação da negação. A primeira forma é negada pela segunda que é negada pela terceira, gerando uma aparente volta à primeira. A negação da negação está num patamar superior.

Essas características estão presentes tanto na dialética hegeliana como em Marx. Em *O Capital* (2002), por exemplo, pode-se ver o vigor da aplicação de seu método dialético. No prefácio da primeira edição alemã, de 1867, Marx apresenta, ainda de forma embrionária, o seu método quando explica que “é mais fácil estudar um organismo, como um todo, do que suas células” (p.16). No prefácio da segunda edição, vai além, afirmando que

É mister, sem dúvida, distinguir formalmente o método de exposição do método de pesquisa. A investigação tem que se apoderar da matéria em seus pormenores, que analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e perquirir a conexão íntima que há entre elas. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode descrever, adequadamente, o movimento real. Se isso se consegue, ficará espelhada, no plano ideal, a vida da realidade pesquisada, o que pode dar a impressão de uma construção a priori. (MARX, 2002, p.28).

Em sua obra *Introdução à contribuição para a crítica da Economia Política* (1996), Marx apresenta de forma mais elaborada seu método afirmando que, do ponto de vista da economia política, “Parece correto começar pelo real e pelo concreto, pelo que se supõe efetivo; por exemplo, na economia, partir da população, que constitui a base e o sujeito do ato social da produção no seu conjunto” (MARX, 1996, p.50 – tradução minha). Mas, esse não é o caminho correto, do ponto de vista do autor, pois deixaríamos de lado os elementos que fundamentam essa população, como o trabalho assalariado, o capital etc. Se começássemos pela população, dessa forma, teríamos uma visão caótica do todo. Por meio de uma análise mais precisa chegaríamos a representações mais

simples, na decomposição das partes do todo, podendo, assim, percorrer o caminho de volta e chegar à população como uma rica totalidade com suas múltiplas determinações e relações.

Dessa forma, do concreto abstrato, passando pela análise das diversas determinações, chegaríamos ao concreto pensado, ou, dito de outra forma, do singular, passando pelo particular, chegaríamos ao universal com uma rica compreensão da realidade, conforme descreve Marx:

O concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações e, por isso, é a unidade do diverso. Aparece no pensamento como processo de síntese, como resultado, e não como ponto de partida, embora seja o verdadeiro ponto de partida, e, portanto, também, o ponto de partida da intuição e da representação. No primeiro caso, a representação plena é volatilizada numa determinação abstrata; no segundo caso, as determinações abstratas conduzem à reprodução do concreto pela via do pensamento. Eis por que Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que, partindo de si mesmo se concentra em si mesmo, se aprofunda em si mesmo e se movimenta por si mesmo; ao passo que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é, para o pensamento, apenas a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir na forma de concreto pensado; porém, não é este de modo nenhum o processo de gênese do concreto em si. (MARX, 1996, p.51 – tradução minha do espanhol para o português).

Marx dizia que se a aparência e a essência das coisas coincidissem, a ciência não seria necessária. Portanto, o método materialista e dialético é fundamental para revelar as conexões que estão por trás das aparências, suas interconexões. Para sair do abstrato e alcançar o concreto pensado, a essência, é indispensável a mediação teórica .

A unidade metodológica entre o pressuposto materialista e a lógica dialética garante o vigor do método marxista. O abandono de um desses aspectos trouxe para parte do marxismo e de organizações políticas sérios problemas para a compreensão da realidade, ora resvalando num materialismo mecanicista, ora num voluntarismo idealista. Como já afirmamos, isso não garante eficácia por si só; em determinadas condições históricas a interpretação dos marxistas é obstaculizada pela própria realidade.

2.2. A PRÁXIS COMO ELEMENTO FUNDAMENTAL DO MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO

Os três pilares fundamentais da construção teórica de Marx, apontados por Netto (2002), são coerentes com a formulação marxiana do conceito de práxis. Adolfo Sanchez Vázquez, em sua obra *Filosofia da práxis* (2007), apresenta o conceito da práxis como elemento fundamental para a compreensão do marxismo, tendo como indicação inicial o “termo ‘práxis’ para designar a atividade consciente objetiva, sem que, por outro lado, seja concebida com o caráter estritamente utilitário que se infere do significado do ‘prático’ na linguagem comum” (p. 28).

Em seguida, compreendendo a práxis não só como interpretação do mundo, mas também como processo de sua transformação, o autor afirma que o marxismo é a superação tanto do idealismo como da visão imediata e ingênua da prática cotidiana. A práxis é exatamente a unidade entre teoria e ação, por isso, sem negar elementos do idealismo e da prática cotidiana e enriquecendo-se deles, pode, sob a perspectiva do marxismo, superá-los num novo patamar. Isso não quer dizer que a vida prática cotidiana não contenha elementos teóricos, pelo contrário, ela está carregada de ideologias e teorias, mas, que não se apresentam de forma coerente e que não são suficientes para explicar e compreender a realidade existente. “O mundo prático é – para a consciência comum – um mundo de coisas e significações em si” (p.33), ou seja, a reflexão filosófica não aparece como elemento necessário de significação para a relação do homem com as coisas. Nesse sentido, Vázquez aponta a conexão dessa consciência com as relações sociais burguesas:

Juntamente com esse objetivismo, em virtude do qual o objeto prático fica separado do sujeito, já que não se vê o seu lado humano, subjetivo, a consciência comum leva a cabo – não há dúvida de que sem perceber isso – uma segunda operação: a redução do prático a uma única dimensão, a do prático-utilitário. Prático é o ato ou objeto que produz uma utilidade material, uma vantagem, um benefício; imprático é o ato ou objeto que carece dessa utilidade direta ou imediata.

O ponto de vista da consciência comum coincide, neste aspecto, com o da produção capitalista e com o dos economistas burgueses. Para a consciência comum, o prático é o produtivo,

por sua vez, sob o prisma dessa produção capitalista é o que produz um novo valor ou mais-valia (2007, p. 33).

Para Vázquez, as pessoas muitas vezes separam teoria e prática, como se fossem atividades contrapostas, executadas por pessoas que ocupam funções sociais distintas. A ideologia burguesa potencializa esse ponto de vista.

Qual a origem dessa separação? Vázquez (2007) faz um esboço histórico desse processo, retomando a Grécia Antiga como seu momento marcante. Para os gregos a atividade prática, o trabalho, por exemplo, era atividade indigna para os filósofos e apropriada para os escravos, pois tratava-se de uma ação que escravizava o homem aos interesses da matéria. O ócio era a virtude para os gregos, já que dessa forma estavam entregues à filosofia e à política. Platão e Aristóteles foram suas maiores expressões. Platão entendia a política como unidade da teoria e prática, mas, tendo a primeira a primazia. A práxis política era o terreno por excelência da atividade prática digna, “a aplicação dos princípios absolutos traçados pela teoria” (p. 39). Para Aristóteles, a práxis política situava-se num plano inferior ao teórico, não havia possibilidade de unidade entre teoria e prática, devendo a prática ser renunciada em favor da regência da teoria. Para os dois teóricos, mesmo com essas distinções, a vida teórica é o terreno da realização humana. Essa concepção de mundo foi possível devido, entre outros fatores, às condições sociais que o escravismo permitia, possibilitando-lhes trabalho servil suficiente para a dedicação às atividades teórico-políticas. O valor do trabalho humano era ignorado, seu produto caracterizava-se pelo seu valor de uso - o valor que igualava os produtos para a troca não havia sido descoberto. Produtor e produto do trabalho estavam separados. “A divisão social do trabalho aprofunda, destarte, a divisão entre contemplação e ação, e leva à exaltação do homem como ser teórico” (p. 41).

O autor afirma que, na Renascença a “consciência filosófica da práxis sofre uma mudança radical” (p.43), pois o homem deixa de ser um mero sujeito teórico e passa a ser demiurgo de sua própria história, influenciado pelo contexto social, político e econômico da sociedade burguesa que nascia, cujos interesses guiavam as transformações científicas a serviço de um novo modo de produção capitalista. A ação, nesse sentido, é valorizada. A ação contemplativa não é

negada, continua tendo uma posição privilegiada em relação à ação prática. A divisão entre o trabalho manual e o intelectual continua, mesmo com a valorização do trabalho e com o enfraquecimento da ideia de atividade servil e indigna e atividade livre e digna.

Sob a revolução industrial do século XVIII, a valorização da ação prática se acentua, o que não significa de nenhum modo a valorização do trabalhador. O que impulsiona a práxis produtiva sob o capitalismo é o desenvolvimento das forças produtivas na relação homem e natureza para a obtenção da valorização do valor, ou seja, do capital. O que importa é a transformação da natureza por meio da ciência para atingir objetivos concretos. A práxis produtiva seria meramente econômica, não apresentando reflexos sobre outras esferas sociais, como analisam Adam Smith e David Ricardo, por exemplo, o que foi criticado por Marx e Engels, que demonstraram que o trabalho, além de sua transformação na natureza exterior, opera uma transformação na natureza do próprio homem.

Para elevar-se a um novo patamar, a práxis necessitará, segundo Vázquez, passar pelo seguinte percurso:

Para que a consciência filosófica possa elevar-se a reivindicação plena da práxis em sua totalidade como esfera essencial do homem, será necessária a descoberta do caráter social da práxis material, do trabalho, caráter que até agora – desde os gregos até o Renascimento – foi visto sobretudo (quando não exclusivamente) na atividade teórica, ou em certas atividades privilegiadas do homem, como a arte e a política. Mas essa descoberta só será alcançada quando chegar até suas últimas consequências a concepção do homem como ser ativo e criador que, com as limitações antes apontadas, já encontramos no Renascimento e, quando partindo da importância capital do trabalho humano – posta em relevo no plano econômico pelos economistas clássicos-, essa atividade humana criadora for considerada uma atividade prática material, isto, é práxis (VÁZQUEZ, 2007, p. 51).

Hegel, segundo o autor, é quem primeiro deu esse passo inicial. Feuerbach e Marx completam os marcos fundamentais desse processo.

A concepção da práxis em Hegel

Segundo Vázquez (2007), a “filosofia idealista alemã é uma filosofia da atividade” que assumiu sob Hegel a forma de uma “filosofia do saber absoluto” abrindo “caminho – ao se inverter radicalmente o conteúdo dessa atividade – à filosofia da práxis” (p.63).

As condições dessa filosofia da atividade se deram no contexto da revolução francesa. A passividade alemã diante das revoluções burguesas Hegel explicava pela realização de outra revolução, a reforma protestante. Se a revolução prática já havia acontecido, restava a revolução teórica – a atividade da consciência, do espírito, até levá-la ao plano absoluto – em cuja vanguarda ele e outros filósofos idealistas alemães estavam. Esse plano do absoluto é o do Espírito, que é tudo. Hegel não separa sujeito e objeto, que estão numa condição de identidade absoluta. Mas isso não se dá de imediato. O caminho do sujeito para o objeto se dá numa trajetória racional, exposta na *Fenomenologia do Espírito* (1807), até o reconhecimento pleno pelo sujeito de que é espírito, ou seja, sujeito, desaparecendo o dualismo sujeito-objeto.

Nesse processo teórico, Hegel reconhece como sua manifestação a atividade prática do trabalho humano, que é social. Vázquez apresenta sua formulação inicial da seguinte forma:

O trabalho é a satisfação imediata de uma necessidade; não imediata como seria uma satisfação instintiva. Com efeito, não se trabalha para fazer um uso imediato daquilo que é produzido. A satisfação real abre caminho para uma satisfação ideal e possível, com que o trabalho adquire um caráter universal e abstrato. Trabalhando para si, para satisfazer uma necessidade determinada, o homem troca a satisfação de sua necessidade pela satisfação das necessidades de outros; desse modo, na medida em que satisfaz uma totalidade de necessidades, trabalha para todos. Isso acarreta, por sua vez, a divisão do trabalho. Seguindo os economistas ingleses, Hegel ressalta os benefícios materiais dessa divisão do trabalho, já que aumenta a riqueza produzida; no entanto, não deixa de ver as consequências negativas dessa divisão, sobretudo com o trabalho da máquina: limitação da capacidade do trabalhador individual e degradação cada vez maior de sua consciência. Ao vincular-se o trabalho individual com uma massa de necessidades, seu vínculo se torna cego (VÁZQUEZ, 2007, p. 72).

Vázquez salienta que Hegel não desconhece as consequências negativas do trabalho, mas que ele não vai além do que os economistas ingleses foram, e que essa negatividade não foi buscada nas suas origens sociais, de classe, que Marx desenvolveu. Em seguida, Vázquez apresenta uma questão de fundamental importância para a compreensão hegeliana da práxis e do trabalho humano, que é o processo de transformação do objeto, por meio do trabalho, para a satisfação das necessidades humanas.

Enquanto relação entre o homem e a natureza, o trabalho é satisfação mediata do desejo. O objeto não é destruído, mas sim muda de forma. Destruindo a forma do objeto, mas não o próprio objeto, este recebe uma forma que não tinha por si mesmo. O trabalho é, portanto, processo de formação e transformação. Nega a imediatez natural, mas, à diferença do animal que para satisfazer seu desejo destrói – devora - o objeto, o homem o transforma (VÁZQUEZ, 2007, p. 73).

É importante destacar a sequência dessas reflexões para, mais adiante, verificarmos a forma como Marx buscará em Hegel seu diálogo, como fonte e objeto de crítica. A continuidade imediata da citação é a seguinte:

Todavia, apenas pode transformá-lo na medida em que respeita sua legalidade, conhecendo suas leis e ajustando-se a elas. Se o homem produz ferramentas porque é racional, também há de ser racional o seu uso. Com o instrumento, o homem se dobra às coisas, à sua legalidade, para poder mudar sua forma, para que a coisa adquira uma forma nova. Porém, toda essa transformação tem como base a adequação à legalidade do objeto. Tal é a “astúcia da razão” que o instrumento encarna: dobrar-se às leis da natureza para melhor transformá-la (p.73-4).

Em seguida, na *Fenomenologia do Espírito*, Hegel avança na sua compreensão sobre o trabalho na luta entre senhor e escravo que, segundo o autor, é a luta pelo reconhecimento de sua própria humanidade. O senhor arrisca sua vida material pelo seu reconhecimento, enquanto o escravo preserva sua vida material abdicando de seu reconhecimento como humano. O trabalho é o meio em que passa esse processo de reconhecimento. O senhor submete o escravo ao trabalho para que este lhe garanta sua sobrevivência, sendo que o escravo, por meio do trabalho, da transformação da natureza em objetos de necessidade,

também transforma sua própria natureza, humanizando-se. Essa humanização, ainda que se efetiva somente no plano ideal, é a condição da libertação do escravo e o movimento de elevação do Espírito, da plena autoconsciência. O trabalho aparece aqui como atividade do espírito, no reconhecimento do espírito nas próprias coisas, ou seja, na medida em que o produto do trabalho é resultado da ação humana, essa objetivação adquire uma humanidade. Nesse processo, o escravo toma consciência dessa objetivação, que a produção de riqueza é uma atividade humana, que seu trabalho é condição de sua libertação. “O aspecto positivo do trabalho é evidente porque, ao formar coisas, forma e forja o próprio homem” (p. 77). O que há de inédito até esse momento, segundo o autor, é a dimensão positiva do trabalho como práxis, como fundante da própria humanidade, ainda que revestido de uma justificativa idealista de que a relação entre opressores e oprimidos se dê pela necessidade de reconhecimento. “O fim último e o interesse da filosofia é conciliar o pensamento, o conceito, com a realidade” (Hegel apud Vázquez, 2007, p. 110)

A concepção da práxis em Feuerbach

Segundo Vázquez, Feuerbach, em sua obra *A essência do cristianismo*, leva a cabo uma crítica às concepções hegelianas do Absoluto, de Deus, da Ideia, substituindo-os pelo homem real, verdadeiro sujeito. Feuerbach afirma que o homem projetou em Deus – criação humana – desejos de perfeições e da infinitude. Deus seria a objetivação da essência humana que, mesmo tendo o produzido, não se reconhece nele, nem tem consciência de que ele é sua criação, o que faz desse processo uma forma de alienação. Essa alienação assume as seguintes características gerais:

- a) o sujeito é ativo e com sua atividade cria o objeto;
- b) o objeto é um produto seu e, no entanto, o sujeito não se reconhece nele; lhe é estranho, alheio; e
- c) o objeto obtém um poder que não tem por si só e se volta contra o sujeito, domina-o, convertendo-o em predicado seu (p. 90).

Feuerbach defende uma crítica religiosa como fundamento da crítica da alienação, ou seja, a necessidade de o sujeito conscientizar-se de sua verdadeira natureza, reconhecer em si o que atribui a Deus. Dessa forma, a superação da alienação, segundo Feuerbach, é uma ação meramente teórica em contraposição à teologia. Livre da falsa consciência de que Deus é objeto externo ao homem, é possível chegar a uma verdadeira essência humana. Além disso, o autor aplica sua crítica religiosa às demais concepções de Hegel na relação sujeito-objeto.

Na relação teoria e prática, Feuerbach apresenta uma concepção pejorativa da ação prática: “Onde o homem se coloca do ponto de vista prático para contemplar daí o mundo, convertendo esse ponto de vista em teórico, vive em discórdia com a natureza, fazendo dela a mais humilde serva de seus interesses egoístas, de seu egoísmo prático” (Apud Vázquez, p. 105). Aqui, mais uma vez a ação prática entendida como utilitarista é contraposta a uma atitude teórica, a única capaz de humanizar o homem. Por isso, para Feuerbach não há necessidade de que a ação prática altere o estado das coisas.

Se em Hegel constata-se um avanço no que diz respeito ao papel do sujeito na História, em especial sobre a centralidade do trabalho, ainda que esse sujeito esteja revestido de um invólucro místico; em Feuerbach podemos também constatar um avanço no deslocamento do sujeito místico, do Espírito, para o humano, ainda que a prática humana fique negligenciada. É com Marx que, segundo Vázquez, “o problema da práxis como atividade humana transformadora da natureza e da sociedade passa para o primeiro plano. A filosofia se torna consciência, fundamento teórico e seu instrumento” (p. 109).

2.3. A CONCEPÇÃO DE PRÁXIS EM MARX

Para Marx e Engels, o método de análise da realidade não é algo *a priori*, ele não se separa do objeto de estudo, ou seja, a sociedade burguesa, a relação Estado/sociedade civil. Portanto, para uma compreensão adequada dessa construção é necessário percorrer suas elaborações teóricas e práticas. Neste momento, apresentaremos, como resultado das pesquisas desenvolvidas, um breve mapeamento das principais obras desses autores, no intuito de indicar

impasses, avanços, construções de categorias e de apreensão da realidade como elementos fundamentais do materialismo histórico e dialético.

Para isso, retomaremos algumas das questões tratadas anteriormente, relacionando as obras com o contexto político, econômico e social desses autores.

2.3.1. A crítica a Hegel: a problemática relação Estado/sociedade civil

Karl Marx nasce em 1818, em Trier, na Renânia, e morre em 1883, vivendo, portanto, 65 anos, o que para os padrões da época foi uma vida longa. Sua origem é de uma família de camada média urbana, da família Philips, que posteriormente deu origem a uma grande multinacional. Seu pai, de origem judaica, abdicou dessa condição para poder exercer a advocacia, adotando a religião protestante, o que não significou nada do ponto de vista religioso, dado seu pragmatismo.

A Alemanha se unificou tardiamente sob Bismark, existindo nessa época a Confederação Alemã, com cerca de 40 condados sob regime absolutista, unificados por um parlamento central, com forte controle da Prússia. A Renânia esteve ocupada por Napoleão até 1815, período em que o código napoleônico foi introduzido, cujas marcas progressistas se mantiveram mesmo depois de sua reversão posterior..

Nesse processo, Marx vai para Berlim estudar direito, projeto abandonado pelo estudo de filosofia, área em que se doutorou em 1841. Sua tese, intitulada *As diferenças das filosofias da natureza de Demócrito e Epicuro*, foi apresentada na Universidade de Viena, em função da intervenção na Universidade de Berlim pelo governo monárquico de Frederico Guilherme IV. Marx tinha a intenção de ser professor universitário, projeto que não se realizou em função disso.

Em 1841, Frederico Guilherme IV assume o trono sob as expectativas de variados setores sociais de que fosse um governo progressista, que impulsionasse as mudanças em curso pelas revoluções burguesas. Acontece que nos condados da Alemanha, o controle político estava sob o antigo regime, exceto na Renânia. Os setores burgueses ainda eram frágeis. Frederico Guilherme IV se

organizou politicamente por meio de uma aliança conservadora, nomeando para a reitoria da Universidade de Berlim Schelling, ferrenho adversário de G. W. Hegel, maior expoente da filosofia alemã na época, tentando apagar seus vestígios com a expulsão de setores progressistas da Universidade. É nesse contexto que Marx, depois de defendida sua tese, resolve ser jornalista, transferindo-se para Colônia, onde foi trabalhar na Gazeta Renana, órgão jornalístico de oposição ao governo e de perspectiva progressista, tendo se tornado redator chefe. A principal tarefa da Gazeta, segundo Marx, era “deslocar para a Alemanha os numerosos olhares fixados na França e fazer assim um liberalismo alemão e não francês” (MARX apud LUKÁCS, 2009, p. 133).

É nesse trabalho que Marx se depara com um ritmo distinto da academia, tendo que dar respostas às questões cotidianas de forma imediata, percebendo que sua formação como filósofo era insuficiente para as polêmicas políticas que a realidade impunha ao jornal. A Gazeta Renana serviu como fonte de uma dura crítica ao governo de Frederico Guilherme IV por parte da burguesia local. Marx, em seu novo trabalho, se viu obrigado a um estilo literário como redator chefe que lhe permitiu apresentar conteúdos críticos de uma forma que a censura não impedisse a publicação da Gazeta Renana. Sobre isso, Lukács (2009) assim descreve o desempenho de Marx:

Na maioria dos casos, estes brilhantes trabalhos têm a forma aparente de uma batalha de ideias, o que só parcialmente se explica pelo nível de desenvolvimento ideológico então alcançado por Marx, ou seja, pelo fato de que ele tomava a filosofia como ponto de partida. Os obstáculos postos pela censura prussiana são, na realidade, o motivo fundamental. Pondo como objetivo o desmascaramento das ideologias que sustentavam o sistema de Frederico Guilherme IV, o ataque parecia ser frontalmente indireto, ou seja, não voltado imediatamente contra o próprio governo (p. 136-7).

É nesse trabalho como jornalista que Marx se vê diante de um dilema. Desde a antiguidade os camponeses podiam recolher madeiras das florestas, que eram utilizadas para a cozinha e para o aquecimento, portanto, era um produto vital de uma parte significativa da sociedade. O direito de recolher madeiras era consuetudinário. Mas, um decreto imperial de 1842 impõe a proibição do recolhimento de madeiras, considerado, a partir daí, como furto. Uma intensa

revolta se manifesta e uma brutal repressão aos camponeses se instala. É justamente nesse momento que a burguesia renana fez um acordo com o governo, e Marx, tomando conhecimento do decreto, assume uma posição favorável aos camponeses. Isso se dá, nesse momento, muito mais por razões éticas, de defesa dos mais fracos, do que por uma elaboração mais refinada. De qualquer forma, aí ele toma consciência política dos fatos sociais.

Marx, nesse momento, estava empenhado prioritariamente na luta contra o absolutismo feudal, defendendo a unidade dos setores democrático-liberais, o que fez com que entrasse em choque com os hegelianos de esquerda, que centravam a luta contra a religião e na difusão do ateísmo, fato duramente criticado por Marx, que propunha o seguinte tratamento sobre a questão religiosa:

Minha intenção era criticar a religião a partir da crítica das condições políticas e não estas últimas a partir da crítica à religião. E isso porque a religião, em si destituída de conteúdo, vive não do céu mas da terra; e, com a dissolução da realidade invertida, da qual ela é teoria, a religião desaparece por si mesma (MARX apud LUKÁCS, p. 134-5).

Diante do acordo da burguesia renana com o governo monárquico, em 1842, Marx, sem financiamento para o jornal, percebendo as intrincadas relações de classe e abalada a confiança com os setores burgueses, em conflito com um setor dos hegelianos de esquerda, fecha o jornal e se autoexila, indo para Paris, onde encontrará um ambiente mais favorável, pois naquele momento a cidade era um centro político de refugiados de todas as partes, com certas liberdades políticas, e motivado por um projeto de uma revista clandestina destinada aos alemães, os Anais Franco-alemães. Marx definiu o fechamento da Gazeta Renana nos seguintes termos:

Vejo na supressão da Gazeta Renana um progresso da consciência política e, por isso, me resigno [...]. Estou cansado da hipocrisia, da idiotice, da autoridade brutal; estou cansado de nossa docilidade, de nossas capitulações, recuos e sutilezas de linguagem. [...] Na Alemanha, não posso empreender mais nada: aqui, falsificamos a nós mesmos (MARX apud LUKÁCS, p. 159).

Sobre os referenciais teóricos que nortearam Marx nesse período, Lukács (2009), resgatando um trecho da Tese de doutoramento de Marx⁸, afirma que ele ainda se mantinha sob o idealismo hegeliano, de forte influência sobre seus escritos na Gazeta Renana, mas, com uma diferença fundamental: Marx defendia a identidade entre realidade e ideia de uma forma revolucionária, traduzida na luta política antifeudal.

Nesse momento, em 1843, Marx casa-se com a jovem Jenny von Westphalen, filha de nobres, com quem mantém um relacionamento duradouro. A lua de mel é em Kreuznach, um balneário alemão, onde passam algumas semanas. Em função dos impasses vividos, Marx aproveita para estudar inúmeros temas, indo da revolução francesa aos pais da teoria política, de Nicolau Maquiavel a J. J. Rousseau. Lê também um texto de Hegel, *Filosofia do Direito*, de 1821, da maior importância para o pensamento alemão, que trata da relação entre Estado e sociedade civil, problema que nutre a teoria política desde seu nascimento. Entre março e agosto de 1843, Marx aprofunda seus estudos críticos sobre Hegel, mais especificamente sobre a filosofia do direito e do Estado naquela obra.

Hegel sustenta, nesse texto, que a sociedade civil⁹ é o reino da miséria física e moral. Afirma que a sociedade civil só se torna espaço de realização humana quando introduz uma racionalidade que, negando-a, supera-a. Isso se dá através do Estado, que funda e organiza a sociedade civil.

Nessa obra, Hegel afirmará que “o racional é real; o real é racional”. Isso dividirá a intelectualidade alemã, gerando duas interpretações. A primeira, reforçando o segundo momento da afirmação, entende que o real, aquilo que existe, está conforme os imperativos da razão, e o Estado que aí está organiza a sociedade. Em torno dessa interpretação forma-se a denominada direita hegeliana. Os jovens hegelianos de esquerda fizeram uma interpretação diferente: o real é racional e isso significa que o real pode ser submetido à crítica

⁸ “Mas a prática da filosofia é também teórica. É a crítica que se relaciona com a existência singular da essência, com a realidade particular da ideia” (p. 137).

⁹ O termo em alemão *bürgerlich Gesellschaft* pode ser compreendido tanto como sociedade civil quanto como sociedade burguesa.

racional, ou seja, é permeável à crítica da razão e à superação da realidade momentânea (NETTO, 2002).

Além disso, outra questão divide os hegelianos: a interpretação do papel da religião. A direita hegeliana reforçava as questões teológicas de Hegel, enquanto que a esquerda hegeliana afirmava que o movimento dialético levaria a religião à sua superação.

Marx, lendo essa obra de Hegel, queria compreender a relação do Estado com a sociedade alemã. Marx o lê sob a influência de Feuerbach, que havia publicado as obras *Crítica da filosofia de Hegel* (1839) e *A Essência do Cristianismo* (1841), que polemizavam com Hegel sobre a questão da alienação e da dialética. Feuerbach critica Hegel por considerar que faz uma mistificação do espírito, propondo uma inversão materialista do conceito de *ser*¹⁰, em que Deus é a essência humana objetivada, portanto, Deus não é criador dos homens, mas, sua criatura. “A consciência de Deus é a consciência que o homem tem de si mesmo, o conhecimento de Deus é o conhecimento que o homem tem de si mesmo” (FEUERBACH apud FREDERICO, 1995, p.43). Isso provocou um encantamento por parte dos hegelianos de esquerda, que passam a considerar a crítica da religião a base da libertação individual.

Lukács (2009) afirmou que é nesse momento que Marx operou uma mudança qualitativa em seu pensamento, a passagem para uma perspectiva materialista. Vejamos, em relação a isso, algumas passagens de Feuerbach, que tanto influenciaram Marx:

Do mesmo modo como a teologia cinde o homem e o aliena de si, para depois mais uma vez identificá-lo com este ser alienado, também Hegel divide e decompõe em muitas partes a essência simples e idêntica a si mesmo da natureza e do homem, para depois buscar uma mediação forçada entre aquilo que ele havia forçadamente separado [...].

[...] quem não renuncia à filosofia de Hegel não renuncia à teologia [...]. Todas as ciências devem buscar seu fundamento na natureza. Uma doutrina permanece mera hipótese enquanto não for encontrada sua base natural na natureza [...]. A filosofia deve

¹⁰ “A verdadeira relação do pensamento ao ser reduz-se a isto: o ser é sujeito, o pensamento é predicado. O pensamento provém do ser e não o ser do pensamento” (FEUERBACH apud SAMPAIO; FREDERICO, 2009, p.51).

de novo unir-se à ciência natural, assim como esta deve unir-se à filosofia (FEUERBACH apud LUKÁCS, p. 143).

Marx, nesse momento, seguindo esses passos do materialismo de Feuerbach, inverte a relação Estado/sociedade civil que Hegel propõe, afirmando que a sociedade civil é que permite a compreensão do Estado. Isso está anotado no que ficou conhecido como *Manuscritos de Kreuznach*¹¹ (1843), estudo que apresenta a primeira crítica de Marx a Hegel, sob a influência de Feuerbach, ainda que não aceitasse sua visão contemplativa e naturalizante do ser humano, que não foi escrito para publicação, mas, serviu de roteiro para estudo, tendo por característica, além do debate acerca da relação Estado/sociedade civil, a recusa de Marx à solução hegeliana. Sobre as ressalvas em relação a Feuerbach, Marx, numa carta à Ruge¹², dizia: “Os aforismos de Feuerbach só não me convencem na medida em que ele se refere excessivamente à natureza e muito pouco à política. E, não obstante, esta é a única aliança que pode fazer com que a filosofia atual se torne uma verdade” (MARX apud LUKÁCS, p. 143).

Nos *Manuscritos de Kreuznach*, a política se apresentava como uma questão importante para Marx, “[...] era compreendida como o meio adequado para transformar a filosofia em verdade, ou seja, para realizá-la” (FREDERICO, 1995, p. 53). Diante dos impasses já vividos na Gazeta Renana, Marx queria compreender a situação prussiana (e alemã), que estava sob governo monárquico de Frederico Guilherme IV, num clima de sufocamento político, sem liberdade de imprensa e organização.

Marx, nas trilhas de Hegel, numa carta a Ruge, ainda sem uma definição sobre os projetos futuros, dizia “não nos antecipamos sobre o mundo de amanhã pelo pensamento dogmático [...] nós não queremos encontrar o mundo novo senão através da crítica do velho” (FREDERICO, 1995, p. 54). O passo seguinte é empreender, tal como Feuerbach fez em relação à religião, uma crítica à política,

¹¹ Essa obra foi traduzida pela Editora Boitempo como *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* (2005) e contém o texto *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução*, que foi publicado nos Anais Franco-Alemães em 1844. Utilizaremos neste texto a designação de *Manuscritos de Kreuznach* para a obra escrita em 1843.

¹² Arnold Ruge (1802 – 1880), jovem hegeliano, publicou com Marx os Anais Franco-Alemães.

ao Estado, ou seja, uma crítica a Hegel e à sua defesa da monarquia constitucional.

Hegel, na obra *Filosofia do Direito*, demonstra que o desenvolvimento da vontade¹³ – num primeiro momento uma abstração – por meio de suas múltiplas determinações, desemboca no Estado, o conceito universal, a “Ideia Real”, o “Espírito”. Faz isso personificando o Estado na figura do monarca. O movimento é o seguinte: a família, como núcleo inicial da vida social; a sociedade civil, como espaço de surgimento dos conflitos individuais, e o Estado, a síntese, o momento da universalidade, momento em que a sociedade civil toma consciência de seus conflitos e transfere ao monarca o papel de personificação da vontade geral.

Sampaio e Frederico sintetizam essa passagem de Hegel da seguinte forma: “A vida privada natural e econômica – a família e a sociedade civil – seria, pois, anterior e inferior, mas nela se desenvolveria a vida política superior – o Estado – que finalmente integraria por inteiro, conferindo-lhe o seu sentido ideal” (2009, p. 31).

Marx empreenderá uma dura crítica a essa concepção. Fiel à crítica feuerbachiana de alienação, Marx criticará Hegel por mistificar o Estado, afirmando que o Estado é compreendido como algo fora da sociedade, alienado dela. Aqui também Marx, assim como Feuerbach, fará uma crítica à lógica dialética, só que de uma forma diferenciada, que o afasta do empiricismo de Feuerbach. Marx propõe a descoberta da “lógica da coisa”, aproximando-se de Hegel (FREDERICO, 1995, p. 59- 60).

Vejamos na obra original, *Crítica da filosofia do direito de Hegel (Manuscritos de Kreuznach)*, como Marx analisa as proposições dialéticas de Hegel na relação sociedade civil e Estado. Aqui se situa o fundamental da crítica de Marx a Hegel, que percorrerá toda a sua análise nessa obra. Primeiro, ele destaca o parágrafo 261 da obra de Hegel:

Em face das esferas do direito privado e do bem privado, da família e da sociedade civil, o Estado é, **de um lado**, uma necessidade *externa* e sua potência superior, a cuja natureza as leis daquelas esferas, bem como seus interesses, encontram-se subordinados e da qual são dependentes; porém, de outro lado, é o Estado seu fim *imanente* e tem sua força na unidade de seu fim

¹³ FREDERICO (1995).

último geral e no interesse particular dos indivíduos, na medida em que tais indivíduos têm *deveres* perante ele assim como, ao mesmo tempo, têm direitos. (HEGEL apud MARX, 2005, p. 27, *itálicos* de Hegel, **negritos** de Marx).

Conforme descrevemos anteriormente, Hegel demonstra que a contradição entre essas duas esferas é aparente, que o movimento dialético, que supera e conserva os elementos em contradição, origina uma nova forma, o Estado como síntese. Marx, ainda sob influência de Feuerbach, critica justamente essa construção teórica dialética e seu conteúdo, defendendo que a contradição entre a sociedade civil e o Estado é fundamental, essencial, “uma antinomia sem solução”. Se em Hegel há um movimento que passa pelos elos intermediários, a negação da negação, para Marx, e também para Feuerbach, isso não é possível, existindo apenas o momento positivo da realidade.

Nesse estudo, Marx inverterá de maneira automática a proposição hegeliana, afirmando que não é o Estado (Ideia) que constitui a sociedade civil (ser), pelo contrário, a sociedade civil é que é a base do Estado. Mas, vai além dessa inversão, propondo uma crítica ontológica aos fundamentos da inversão operados por Hegel. “O que Marx denuncia como ‘mistério’ da especulação hegeliana é a ontologização da Ideia, com a conseqüente desontologização da realidade empírica” (MARX, 2005 apud ENDERLE, 2005, p. 19). O que se opera nessas críticas é a contraposição materialista feuerbachiana ao idealismo hegeliano. Vejamos novamente na obra original:

Se Hegel tivesse partido dos sujeitos reais como a base do Estado, ele não precisaria deixar o Estado subjetivar-se de uma maneira mística. Diz Hegel: “Mas apenas como *sujeito* a subjetividade está em sua verdade, a personalidade apenas como *pessoa*”. Isto também é uma mistificação. A subjetividade é uma determinação do sujeito, a personalidade uma determinação da pessoa. Em vez de concebê-las como predicados de seus sujeitos, Hegel autonomiza os predicados e logo os transforma, de forma mística, em seus sujeitos (MARX, 2009, p. 44).

Marx opera aqui, além de uma crítica à dialética hegeliana, um contraponto filosófico e político a Hegel, pois sua crítica dirige-se à sua justificação teórica e política do poder do monarca, do Estado, que Hegel, em sua fase final, defendia

como realização da Ideia, do Espírito Absoluto. A existência do Estado, então, aparece para Hegel como conceito autônomo.

O que temos aqui são posições distintas acerca da universalidade do Estado. Sampaio e Frederico (2009) sintetizam suas diferenças da seguinte forma:

Primeiro temos Hegel, para quem o Estado é a totalidade existente e consciente da sociedade humana, um universal concreto, um sujeito-objeto existente.

Em segundo lugar temos Feuerbach, para quem o Estado é a “consciência articuladora” da sociedade civil, o universal que harmoniza os diferentes interesses particulares reais, objetivado somente no interior das mentes dos sujeitos individuais, preferentemente na dos estadistas. (...)

Terceiro, e finalmente, Marx, que, apoiado na doutrina do segundo e aplicando-a a um “ente terrestre”, denuncia o Estado como o fim universal usurpado da sociedade civil, fora de seu controle, agindo como um falso sujeito autônomo oposto à sociedade civil.

Em Hegel, portanto, o Estado é o fim da alienação; no Marx de 1843 é o princípio da alienação; no Marx maduro, a sociedade sem classes cumpre o processo de desalienação (p. 99-100).

Ainda que nesse momento não se faça uma crítica mais acabada em relação a Feuerbach, Marx propõe uma análise que alcança além do campo religioso e científico, uma crítica da política, do Estado. A contradição central ainda permanecia na relação sociedade civil e Estado. É nesse sentido que, feita a inversão, seus estudos se dirigem, posteriormente, à sociedade civil, aparecendo a necessidade da crítica da economia política, ou seja, a contradição é transferida para o seu interior, para as relações econômicas, trabalho que será empreendido a partir dos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*, de que trataremos adiante.

Outra questão fundamental que diferenciará Marx de Hegel e de Feuerbach é, posteriormente, a essas considerações iniciais, a introdução do

[...] conceito de práxis, [...] a *mediação ativa* que faltava ao pensamento materialista precedente, inclusive ao de Feuerbach, para resgatar a noção de totalidade e de racionalidade histórica. Nem Hegel, do fundo obscuro de suas metamorfoses ideais, puramente lógicas, nem Feuerbach, da superfície clara de suas constatações empíricas, jamais poderiam alcançar a noção de uma *mediação material ativa*, como a contida no conceito de

práxis. E é justamente aí que se vai introduzir o núcleo racional de uma dialética “desmistificada”, que se vai propor um materialismo racional, não nominalista (SAMPAIO; FREDERICO, 2009, p. 57, grifos dos autores).

A construção de uma filosofia da práxis em Marx está ligada a uma necessidade prática, a transformação social. A filosofia da práxis, portanto, foi uma necessidade prática conjugada com fatores teóricos, ou seja, ela é herdeira da filosofia que colocou o homem numa perspectiva histórica, ainda que idealista, assim como ela é também fruto da comprovação prática da própria teoria. A categoria de práxis para Marx é uma construção teórica e prática, como se percebe em sua produção inicial e nos limites encontrados no interior da esquerda hegeliana, que defendia uma filosofia crítica capaz de alterar a realidade. Marx deparou-se com esses limites, percebendo que a filosofia por si mesma não muda o mundo, ela precisava, negando-se, realizar-se. Nesse debate, ele critica duas visões vigentes: a do partido político prático – cuja figura mais destacada é o poeta Heine, e a do partido político teórico, da esquerda hegeliana. Para a primeira vertente, a transformação social deveria realizar-se de forma prática, sem a necessidade da filosofia. A segunda, a esquerda hegeliana (ou jovens hegelianos), concebe a teoria, por si só, como ato prático e suficiente para a transformação social. Marx critica essas duas visões, defendendo que a práxis é a mediação entre a filosofia e o mundo real. Vázquez assim define essa relação: “Por meio da práxis, a filosofia se realiza, se torna prática, e se nega, portanto, como filosofia pura, ao mesmo tempo em que a realidade se torna teórica no sentido de que se deixa impregnar pela filosofia” (p.116).

Lembremos que Marx estava imerso num contexto em que a Revolução Francesa, como revolução política da burguesia, não havia penetrado na Alemanha. Hegel defendeu que essa revolução processou-se por meio da reforma protestante e foi, para os alemães, uma atividade teórica e não prática. Marx estava preocupado com a transformação prática, que fosse além da revolução política burguesa, que fosse uma revolução social emancipatória da humanidade. Nesse sentido, a crítica radical da realidade era um instrumento fundamental, mas que devia ganhar força material por meio da ação dos homens.

A revolução era esse processo e seu sujeito, os homens – os proletários – cujas necessidades eram expressas numa perspectiva teórica radical.

Como afirmado anteriormente, esse texto ficou inacabado, não havia interesse em sua publicação, sendo apenas um exercício inicial para um texto posterior. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução*, que foi publicado em 1844, nos Anais Franco-Alemães, foi o ponto de chegada dessa crítica inicial, sendo também um ponto de partida para a fundamentação do materialismo histórico e dialético que se gestava. Lukács (2009) assim definiu esse processo de elaboração metodológica:

[...] os manuscritos de 1843 revelam, de modo bastante claro, que o materialismo dialético não é de modo algum uma síntese eclética de dialética hegeliana e materialismo feuerbachiano; ao contrário, eles demonstram que a inversão da filosofia hegeliana, a “colocação sobre os próprios pés” do que estava de cabeça para baixo, modificou qualitativa e fundamentalmente a dialética *enquanto tal*. O marxismo não nasce simplesmente da decisão de cancelar a mistificação do “espírito do mundo” e de outros conceitos desse tipo, mas conservando, ao mesmo tempo, o método de Hegel, combinando de modo eclético, no melhor dos casos, com um material recolhido das ciências naturais, com análises econômicas e sociológicas etc. Trata-se, ao contrário, de desenvolver um método fundamentalmente novo, oposto à dialética hegeliana. [...] embora o ponto de vista materialista já desempenhe um papel significativo em tais manuscritos, falta ainda o fundamento essencial, ou seja, o ponto de vista de classe do proletariado. (p. 150-1, grifos do autor).

Essa passagem descrita por Lukács se dá no final desse processo, com a produção de um texto que sintetizou seus estudos sobre Hegel, na *Introdução* publicada nos *Anais Franco-Alemães*, de 1844. Existem diferenças importantes entre essas duas obras. Dos *Manuscritos à Crítica* (Introdução), Marx transita de um democrata radical para uma concepção comunista.

Na “Introdução” – escrita no final de 1843, em Paris –, Marx proclama a necessidade de uma “revolução radical” como caminho para a auto-realização do homem e insiste na necessidade de passar da “crítica da religião para a crítica da política”. Em suas páginas finais, o jovem ensaísta identifica o proletariado – conceito que surge pela primeira vez na obra marxiana – como agente histórico da mudança revolucionária e anuncia o casamento da filosofia radical com o proletariado. Na

conclusão, declara que a filosofia é a cabeça da emancipação revolucionária e que os proletários são o seu coração. (MARX, 2005 apud JINKINGS; BACKES, 2005, p. 8).

Marx e Engels afirmam o caráter histórico universal do proletariado por sua posição no processo de produção capitalista. Submetidos a uma forma determinada de exploração, eles podem, negando e superando sua própria condição, libertar-se ao mesmo tempo em que libertam toda a humanidade das condições de exploração capitalista. Esse processo é prático, mas não se faz sem a sua filosofia. “Assim como a filosofia encontra no proletariado suas armas materiais, o proletariado tem na filosofia suas armas espirituais...” (MARX apud VÁZQUEZ, p. 118).

Marx, nesse momento, ainda não tem condições de ir além das afirmações acima. O proletário é visto como expressão dos sofrimentos humanos, numa concepção filosófica e antropológica, ainda sem os elementos históricos do produtor de mais-valia que será descoberto mais adiante. Até aqui, deu-se o encontro da filosofia com a política. Junto com outro encontro, o da filosofia com a economia, obra empreendida nos *Manuscritos*, as elaborações teóricas de Marx e Engels avançam ainda mais. Neste momento, a práxis é entendida como unidade indissolúvel da teoria com a prática.

É nas condições específicas da atrasada economia alemã que Marx vê o sujeito da práxis como revolucionário antes do produtor, mas, diante da necessidade de entender melhor esse sujeito revolucionário é que seus estudos se direcionam para a ação prática do proletariado, no trabalho alienado. No contato com os estudos de Engels sobre a situação da classe operária inglesa e nos seus estudos dos economistas ingleses, Marx passou a analisar o proletariado como sujeito da práxis produtiva.

Diante desses debates, Marx se depara com a seguinte questão: como entender a sociedade civil? Essa questão é essencial para compreender a trajetória de Marx, que percebe as limitações de uma abordagem filosófica e jurídico-política nessa questão, necessitando de outras categorias ainda inexistentes para ele, o que o faz abandonar os *Manuscritos*.

É diante desses combates, dúvidas, recuos e avanços que encontraremos Marx entre 1843 e 1844. Da recusa total da dialética à sua incorporação crítica. Das afinidades à superação de Hegel e Feuerbach. Dos impasses políticos vividos na Gazeta Renana aos limites que sua formação lhe impunha, à compreensão do que se gestava na Alemanha naquele período. Diante disso é que Marx se põe a estudar no Balneário de Kreuznach, em 1843, produzindo o citado *Manuscrito*, que deu origem a *Crítica à Filosofia do Direito de Hegel – Introdução* (1844), além de outra obra, *A Questão Judaica* (1844), que apresentaremos mais adiante.

Dessa forma, Marx, em 1843/44, se distancia de Hegel, reencontrado-o em 1845/46 por meio da crítica a Feuerbach.

2.3.2. A questão judaica

Esse texto, produzido em 1843 e publicado por Marx em 1844, na única edição dos *Anais Franco-Alemães*, criados por Marx e Arnold Ruge, representou a primeira crítica ao amigo Bruno Bauer. As demais vieram através da obra *A Sagrada Família* e da *Ideologia Alemã*.

Marx chega à França no final de 1843, encontrando um país em pleno desenvolvimento capitalista e com um movimento socialista fortalecido. Continua seus estudos, tomando contato com historiadores franceses que tratam a história por meio da luta de classes. Diante disso, Marx amplia sua referência político-teórica sobre a práxis revolucionária. Até este momento, Marx já havia percorrido

[...] sua crítica materialista da dialética hegeliana na primavera-verão de 1843 e, como consequência, chegara à inversão materialista da relação entre sociedade civil-burguesa e Estado e à compreensão da contraditoriedade interna do Estado (burguês). Estas aquisições representam o ponto de partida dos *Anais franco-alemães* e são ulteriormente ampliadas e mais claramente formuladas nos escritos publicados na revista. (LUKÁCS, 2009, p. 165).

A partir daí, com novos instrumentos teóricos, Marx caracterizou a situação de seu país de origem como “a miséria alemã”. José Paulo Netto, no Prólogo à edição brasileira da obra, apresenta o contexto da seguinte forma:

Não se tratava apenas da penúria material da massa da população: tratava-se, antes, da situação sociopolítica alemã. É verdade que, na entrada do século XIX, enquanto a Inglaterra tornava-se a “oficina do mundo”, desenvolvendo a sua indústria moderna, e na França já se instalava a manufatura, a Alemanha continuava um país essencialmente rural, com três quartos dos seus 23 milhões de habitantes vivendo no campo, numa economia de base inteiramente agrária. Todavia, o mais importante dado da miséria alemã era o atraso de suas instituições sociopolíticas (NETTO, Prólogo de MARX, 2009b, p. 10)

Como salienta Netto, o atraso era, fundamentalmente, sociopolítico, pois, mesmo que lenta e defasada em relação aos países mais industrializados, a Alemanha iniciava seu processo modernizante numa industrialização sob domínio de nobres fundiários. Gestavam-se as contradições de classe, ainda sem chegar a seu ponto de ruptura, como nas revoluções burguesas. A oposição ao regime estava a cargo de uma jovem intelectualidade, o agrupamento Jovem Alemanha que, posteriormente, foi substituído pelos *hegelianos de esquerda*.

Entre esses jovens, destacava-se Bruno Bauer, que fora aluno e conhecedor de Hegel, professor de Teologia em Berlim e Bonn e que, a partir de 1838, inicia uma profunda crítica e ruptura com a religião. Isso não o leva a uma postura materialista, manteve-se sob o idealismo, afirmando que a crítica à religião era a principal tarefa para a libertação espiritual, que deveria contar com o apoio do Estado.

Por essa compreensão, Bauer se viu motivado com a ascensão ao trono, em 1840, de Frederico Guilherme IV. Acreditava que haveria mudanças progressistas sob o governo do novo monarca. Nada disso aconteceu, pelo contrário, seu governo mostrou-se extremamente reacionário. Cercando-se desses elementos, passou a combater qualquer ação que se mostrasse progressista. Bauer radicaliza suas críticas, que passam da religião para a política. Esse processo deságua na sua aproximação aos Livres de Berlim, agrupamento que se encaminhou para o subjetivismo e o anarquismo. Depois desse processo de radicalização, Bauer, refutando qualquer ação prática, vai moderando suas críticas e deixa de ocupar lugar de destaque. Marx vai justamente criticar, em *A Questão Judaica*, as reflexões produzidas por Bauer e outros teóricos nesse contexto de radicalização das ideias.

Marx, nesse momento, era um hegeliano de esquerda, mesmo com manifestas posições críticas. Ele estava em Berlim, havia abandonado o curso de Direito e iniciado Filosofia sob os auspícios de Bruno Bauer, que incentivou Marx para a carreira universitária. Com os planos interrompidos pelas perseguições de Frederico Guilherme IV e com sua frustrada, mas rica, passagem pela Gazeta Renana, é que Marx se pôs a estudar no balneário de Kreuznach, como afirmamos anteriormente, produzindo material de estudo para a publicação de dois textos: *A Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução* e *A Questão Judaica*.

O tema da questão judaica remete aos direitos políticos e civis dos judeus na Alemanha.

Sob a ocupação francesa, os judeus experimentaram na Renânia a igualdade civil. Mas, subsequentemente, o processo restaurador patrocinado pela Santa Aliança restabelece para a Confederação Germânica o conceito de Estado cristão - e, pelo édito de 4 de maio de 1816, aos judeus fica vedado o exercício de funções públicas em toda a Confederação. Nas três décadas seguintes, os judeus se batem contra as restrições e constrangimentos decorrentes do édito e, na abertura dos anos de 1840, a questão dos seus direitos cívico-políticos entra na ordem do dia: converte-se numa reivindicação política sustentada pelos liberais. E é como ponto da agenda liberal que é assumida por Bauer: os textos que publica em 1842 e 1843 – objetos da crítica de Marx em *Para a questão judaica* – tornam-se referência para um debate que envolve vários protagonistas (NETTO, Prólogo de MARX, 2009b, p. 22).

Bauer sustentou que as características de um Estado cristão impediam a emancipação humana e que as condições de participação plena dos judeus na sociedade germânica deveriam ser reivindicadas pela abdicação de sua própria religiosidade, de sua condição judaica como povo eleito e privilegiado. Tanto os cristãos como os judeus, para Bauer, deveriam abdicar de qualquer condição religiosa como fator de emancipação. Se o Estado deveria abdicar de sua condição religiosa, assim deveriam fazer os judeus e cristãos, segundo Bauer.

Marx transfere a crítica religiosa para o campo político, para a relação Estado/sociedade civil, produzindo uma crítica ao Estado, como fez nos estudos sobre a *Filosofia do Direito de Hegel*. Faz também a distinção entre emancipação

política e humana, afirmando que a sociedade burguesa promovia a primeira, enquanto que a segunda ainda estava por vir, pois, tratava-se da superação da auto-alienação humana. Além disso, apresenta uma referência materialista para analisar a questão judaica.

Para nós, a religião já não passa por ser o *fundamento*, mas apenas o *fenômeno* da limitação mundana. Nós explicamos, portanto, o constrangimento religioso dos cidadãos de Estados livres a partir de seu constrangimento mundano. Nós não afirmamos que eles tenham que suprimir o seu constrangimento religioso para suprimirem suas barreiras mundanas. Nós não transformamos as questões mundanas em [questões] religiosas. Nós transformamos as questões religiosas em [questões] mundanas. Depois de a história, durante bastante tempo, ter sido resolvida em superstição, nós resolvemos a superstição em história. [...] Nós criticamos as fraquezas religiosas do Estado político criticando o Estado político [...]. Nós humanizamos a contradição do Estado com uma *religião determinada* (porventura, com o judaísmo) na contradição do Estado com elementos mundanos determinados, [humanizamos] a contradição do Estado com a *religião em geral* na contradição do Estado com os seus *pressupostos* em geral. (MARX, 2009b, p. 47).

O Estado, quando se emancipa da religião, não está promovendo a emancipação humana, ele mantém as contradições da emancipação política; o Estado pode ficar livre da religião sem que a humanidade adquira a liberdade.

“A emancipação *política* é, sem dúvida, um grande progresso; ela não é decerto, a última forma de emancipação humana, em geral, mas é a última forma de emancipação política *no interior* da ordem mundial até aqui.” (MARX, 2009b, p. 52, grifos do autor). Mas, Marx adverte: “[...] não nos iludamos acerca dos limites da emancipação política” (p. 53). Nesse sentido, “O homem não foi, portanto, libertado da religião; recebeu a liberdade de religião. Não foi libertado da propriedade. Recebeu a liberdade de propriedade. Não foi libertado do egoísmo do ofício [*Gewerbe*], recebeu a liberdade de ofício.” (p. 70).

Na medida em que Marx desloca o debate da questão judaica da esfera religiosa para a esfera política, há uma fundamentação histórico-materialista em suas análises. Marx, ao contrário de Bauer, não vê na abdicação do judaísmo uma possibilidade de emancipação política, ela pode ser conquistada sem essa abdicação, mas isso não significa uma liberdade humana, eles continuarão

submetidos a um constrangimento que não é só deles, mas a toda sociedade civil e seu Estado (NETTO, Prólogo de MARX, 2009b, p. 26-27).

Nesse momento, Marx já tem clareza das diferenciações políticas entre os democratas radicais e o proletariado. Sua perspectiva revolucionária está ancorada num referencial de classe, nas possibilidades que a revolução alemã possui por meio do proletariado, única classe que levaria até as últimas consequências a revolução democrático-burguesa como necessário movimento à outra revolução, a socialista. “Com isso, Marx atinge definitivamente o ponto de vista de classe que lhe permite a fundamentação do materialismo histórico e dialético” (LUKÁCS, 2009, p. 157).

Dessa forma, Marx continua seu caminho para a compreensão do mundo em que vivia.

2.3.3. *Manuscritos econômico-filosóficos: o encontro com a economia política*

Escrito em 1844, os *Manuscritos* são as primeiras críticas à economia política de Adam Smith, David Ricardo, Jean-Baptiste Say, entre outros após alguns meses de estudos sobre a economia política inglesa e sobre a Revolução Francesa. Também nesse período Marx terá o primeiro contato com a Liga dos Justos, organização operária fortemente influenciada pelo socialismo utópico, e conhecerá Proudhon, filósofo e economista, reconhecida liderança do movimento operário. Outra questão relevante foi o primeiro contato com as produções de Engels, por meio do *Esboço de uma crítica da economia política* (1844), tratado por Marx como “esboço genial”, que apresentava uma análise do desenvolvimento capitalista inglês e de suas consequências sociais.

Numa junção das reflexões filosóficas e econômicas, Marx continua sua crítica ao sistema capitalista e ao idealismo hegeliano, em especial à alienação como produto das relações econômicas, ou seja, consequência de uma forma de produção que aliena o produto do trabalho humano, como estranhamento entre produto e produtor, provocando uma coisificação do ser humano, enquanto que o produto do trabalho passa a aparentar vida própria. Essa discussão será fundamental para a discussão sobre o fetiche da mercadoria que Marx

apresentará em *O Capital*, assim como a fundamentação do trabalho como elemento estruturante do ser social. Partindo dos referenciais da economia clássica inglesa, ou seja, do trabalho como elemento fundamental da produção da riqueza, Marx vai além e diferencia o trabalho em geral do trabalho sob o capitalismo, demonstrando seu caráter alienante. Quais são os limites da economia clássica inglesa, na opinião de Marx? Assim é descrito:

A economia nacional parte do fato dado e acabado da propriedade privada. Não nos explica o mesmo. Ela percebe o processo *material* da propriedade privada, que passa, na realidade (*Wirklichkeit*), por fórmulas gerais, abstratas, que passam a valer como *leis* para ela. Não *concebe* (*begreift*) estas leis, isto é, não mostra como têm origem na essência da propriedade privada. A economia nacional não nos dá esclarecimento algum a respeito do fundamento (*Grund*) da divisão entre trabalho e capital, entre capital e terra. Quando ela, por exemplo, determina a relação do salário com o lucro de capital, o que lhe vale como razão última é o interesse do capitalista; ou seja, ela supõe o que deveria desenvolver. (MARX, 2004, p. 79, grifos do autor).

Nesse sentido, Marx prossegue com a crítica:

O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma *mercadoria*, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral. [...] O trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz privação para o trabalhador. Produz palácios, mas cavernas para o trabalhador. Produz beleza, mas deformação para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas lança uma parte dos trabalhadores de volta a um trabalho bárbaro e faz da outra parte máquinas. Produz espírito, mas produz imbecilidade, cretinismo para o trabalhador (MARX, 2004, p. 80 e 82, grifo do autor).

Nessa obra, Marx, absorvendo a afirmação da economia clássica inglesa de que todo o trabalho humano é fonte de riqueza e valor, questionará por que o sujeito do trabalho se encontra numa situação de tanta desigualdade em relação ao capitalista. Marx afirmará que a Economia Política, naturalizando essa desigualdade, nega a humanidade do proletário. Ao analisar esse processo de produção, afirma que o sujeito não se reconhece no trabalho que produz objetos e que se volta contra ele como algo dotado de um poder próprio, que é o trabalho alienado. Aqui podemos ver as características da alienação que Feurbach

desenvolveu, mas, com uma diferença: não se trata de uma atividade apenas do pensamento, trata-se de uma atividade concreta, real. Essa alienação atinge o produtor e também aquele que se apropria de sua produção, o capitalista, que se relaciona com o objeto da produção como algo separado das formas essenciais humanas de produção, como algo exterior. A propriedade privada é a expressão dessa relação, ainda mais em sua forma desenvolvida, mais universal, que é o capital.

A propriedade privada é, portanto, o produto, o resultado, a consequência necessária do *trabalho exteriorizado*, da relação externa (*äusserlichen*) do trabalhador com a natureza e consigo mesmo.

[...] somente a propriedade privada [a partir de seu surgimento] pode exercer o seu pleno domínio sobre o homem e tornar-se, na forma mais universal, um poder histórico mundial. (MARX, 2004, p.87 e 102).

O trabalho aparece nessa obra como negação do homem. Mas, não é uma negação absoluta, pois Marx, em concordância com Hegel, admite que o trabalho constitui o homem em seu processo de humanização, discordando dele quando não viu sua expressão alienante. Para Marx o trabalho é afirmação e negação, ao mesmo tempo, do homem. De que forma? O homem produz sua humanidade no processo de objetivação de suas forças essenciais, ou seja, no processo de trabalho que é necessariamente social. Só a partir disso, da objetivação, da produção de objetos é que é possível surgir a alienação, ou seja, a aparência de que o objeto é algo alheio ao produtor. Nesse sentido, mesmo estando em relação, é importante diferenciar a objetivação da alienação. A objetivação se expressa historicamente pela alienação, mas pode superá-la.

Nessa obra, a questão da objetivação, ou seja, da produção ganha destaque e será elemento central para a compreensão da práxis para o pensamento de Marx. Ressaltando essa importância, Vázquez assim a define:

A tese fundamental dos *Manuscritos* – a transformação do homem e do mundo pelo trabalho – mostra-se fundamental para o desenvolvimento ulterior do pensamento de Marx a partir de *A ideologia alemã*, isto é, para a formação de sua concepção de história humana como obra do desenvolvimento dialético das forças produtivas e das relações sociais que os homens contraem na produção (p. 127).

A Economia Clássica Inglesa naturaliza as relações sociais capitalistas e desenvolve a explicação da economia até os limites da posição de classe a que pertencem seus teóricos. Marx não deixa de valorizar isso, afirmando que esses autores clássicos acompanharam o processo progressista em que a burguesia estava imersa. A partir do momento em que a burguesia deixa de ser revolucionária e passa a defender a conservação da nova ordem, seus teóricos acompanham o mesmo movimento, não mais explorando as explicações do desenvolvimento econômico, mas, justificando os limites da ordem. Marx, nesse sentido, faz uma clara distinção entre a economia clássica e a vulgar, que percorre esse caminho da justificação. Portanto, partindo dos clássicos e superando-os, Marx prossegue a explicação da relação Estado - sociedade civil, buscando na anatomia desta, os fundamentos de compreensão da realidade. Marx afirma também que Hegel só viu a dimensão positiva do trabalho, não percebendo seu caráter de alienação. Nesse sentido, Marx descobre a dialética do trabalho superando o idealismo hegeliano e, por meio de uma análise materialista e dialética, critica a economia política demonstrando que o homem é resultado de seu próprio trabalho (LUKÁCS, 2009, p. 187).

Marx aprofunda o estímulo que lhe proviera do genial escrito de Engels publicado nos *Anais franco-alemães*. Ele pretende aplicar aos problemas da economia as categorias da dialética, tornada agora dialética materialista; ou, com palavras mais precisas, pretende descobrir na dialética real do ser econômico as leis da vida humana, do desenvolvimento social dos homens, a fim de dar-lhes uma formulação conceitual. Essa dialética, por um lado, revela as leis da sociedade capitalista e, com isso, o segredo do seu desenvolvimento histórico; e, por outro, ela indica a essência do socialismo, não mais como abstrata exigência ideal (ao modo dos utópicos) e, sim, como resultado necessário do desenvolvimento histórico da humanidade. (LUKÁCS, 2009, p. 180).

Nos *Manuscritos* encontraremos outros elementos do materialismo histórico e dialético, que a análise do movimento da realidade permite a Marx captar, como nos mostra Jesus Ranieri:

Essa prática materialista levada a cabo por Marx, prática que é ao mesmo tempo crítica e incorporadora de aspectos do sistema

hegeliano, é aquela que reconhece que a investigação científica se conduz a partir da relação entre totalidade e realidade, uma vez que essa última só pode se dar a conhecer a partir de seus nexos causais. Portanto, em última instância, a partir do recurso das abstrações racionais que levam em conta a hierarquia das determinações materiais postas em ação pelo trabalho do homem. (RANIERI, Prefácio de MARX, 2004, p. 15).

Nesse sentido, Marx opera uma análise da realidade buscando compreender as contradições de seu movimento e suas possibilidades, ou seja, trabalho e capital, unidade de contrários, em movimento. Vejamos:

Mas o trabalho, a essência subjetiva da propriedade privada enquanto exclusão de propriedade, e o capital, o trabalho objetivo enquanto exclusão de trabalho, são a *propriedade privada* enquanto sua relação desenvolvida da contradição, e por isso uma relação enérgica que tende a solução. [...]

O *comunismo* [...] [é a] condição de suprassunção (*Aufhebung*) *positiva* da *propriedade privada* enquanto *estranhamento-de-si* (*Selbstentfremdung*) *humano*, e, por isso, enquanto *apropriação* efetiva da essência *humana* pelo a para o homem. Por isso, trata-se do retorno pleno, tornado consciente e interior a toda a riqueza do desenvolvimento até aqui realizado, retorno do homem para si enquanto homem *social*, isto é, humano. [...] Este comunismo é [...] a *verdadeira* dissolução (*Auflösung*) do antagonismo do homem com a natureza e com o homem; a *verdadeira* resolução (*Auflösung*) do conflito entre existência e essência, entre objetivação e autoconfirmação (*Selbstbestätigung*), entre liberdade e necessidade (*Notwendigkeit*), entre indivíduo e gênero. É o enigma resolvido da história e se sabe como esta solução. (MARX, 2004, p. 103 e 105, grifos do autor).

Essa obra não foi publicada por Marx em vida, permanecendo inédita por um longo período, sendo editada somente em 1932, na União Soviética, sob os cuidados de David Riazanov. Importantes teóricos e militantes não tiveram acesso a esses escritos (assim como a *Ideologia Alemã*, também editada pela primeira vez em 1932), que influenciaram de maneiras distintas o marxismo. Todo o debate sobre os escritos de juventude e da maturidade de Marx teve suas origens nas interpretações dessa obra (JINKINGS In: MARX, 2004, p. 7-8).

É nesse momento que um refinado encontro da filosofia com a economia se apresenta, e Marx, antes mesmo do contato com os esboços de economia

política de Engels, defende “uma ação comunista efetiva” para a superação da propriedade privada dos meios de produção.

2.3.4. Friedrich Engels e a situação da classe trabalhadora inglesa

Friedrich Engels nasceu em 1820, assim como Marx, no condado da Renânia, na localidade de Barmen. Aos 22 anos de idade, foi enviado pelo pai para a Inglaterra. As motivações se deram pelas preocupações com a ativa vida política do filho. Tendo se tornado poliglota, lera Hegel e frequentava agrupamentos contestatórios. Nem mesmo a prestação de serviço militar voluntária de Engels acalmou o pai, já que ele aproveitou a estada em Berlim para frequentar a Universidade como ouvinte, tomando contato com o materialismo de Feuerbach, aproximando-se dos Jovens hegelianos e escrevendo contra o Professor Schelling (NETTO, 2004, p. 31-32).

Em 1842, em decorrência dessas relações, Engels viajou para Colônia para conhecer a Gazeta Renana, momento em que mantém o primeiro contato com Marx.

Na Inglaterra, ele foi para Manchester trabalhar na fábrica de tecidos de seu pai, sob os cuidados do sócio. Netto resume os resultados desse empreendimento:

O Sr. Engels fracassou rotundamente em seu inequívoco projeto. Como Lênin observou (e o Sr. Engels, com certeza, protestaria contra a menção deste personagem ao seu lado), foi na Inglaterra que o jovem Engels tornou-se comunista. No entanto, é necessário ser grato ao Sr. Friedrich: afinal, sem a sua decisão, o jovem Engels não escreveria, aos 24 anos, a obra-prima que é *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra* (NETTO, 2004, p.32. Grifos meus).

A Inglaterra que Engels conhece, na década de 1840 do século XIX, já é a “oficina do mundo”, produzindo minério de ferro e carvão em proporções gigantescas, máquinas a vapor, exportando cerca de 170 milhões de libras anuais, investimentos no exterior entre 200 e 300 milhões de libras, tendo crescimento industrial nas seguintes proporções: 1800-1810: 22,9%; 1810-1820:

38,6%; 1820-1830: 37,2%; 1830-1840: 37,4%; 1840-1859: 39,3% (NETTO, 2004, p. 32-33).

Juntamente com esse crescimento econômico, a Inglaterra vivenciará as crises cíclicas do capital e uma rápida urbanização, com suas consequências e conflitos sociais.

Quanto à polarização social, concomitantemente à emergência da cidade moderna, ela se expressa, enquanto fenômeno necessário do arranque da industrialização capitalista, na generalização da miséria. A civilizada Inglaterra, “oficina do mundo”, tem nos anos 40 do século XIX, 10% da sua população oficialmente qualificada como indigente. É preciso considerar as precaríssimas protoformas do sistema de assistência social, regulado pela draconiana *Lei dos Pobres* (1834), que era implementada de forma tal que, para escapar àquela classificação, os miseráveis viam-se compelidos a aceitar os salários mais vis. As taxas de mortalidade são assustadoramente altas na prole dos trabalhadores urbanos, amontoados em cortiços onde as epidemias grassam. É reduzida a esperança de vida dos operários. A jornada de trabalho, que a partir de 1805 foi excessivamente prolongada graças ao emprego da iluminação artificial (gás), raia o absurdo – 15/17 horas. No que tange à instrução, é de ressaltar a inexistência de qualquer organização pública capaz de atender às menores necessidades das massas trabalhadoras. (NETTO, 2004, p. 34).

A afirmação da sociedade capitalista trouxe, por meio de sua polarização social, sua negatividade, o movimento operário. Desde as organizações de ajuda mútua, passando pelo Ludismo¹⁴, pelas primeiras organizações sindicais - as *trade unions*, pelo cartismo¹⁵, pelas organizações de partidos políticos e até a organização da Associação Internacional de Trabalhadores (AIT), a classe trabalhadora inglesa vivenciou um processo constante de politização, ou seja, transformando as batalhas imediatas por melhores condições de salário e de trabalho numa luta mais ampla, de transformação de sua afirmação numa negação de suas condições. Na afirmação enquanto classe surgia a necessidade

¹⁴ O Ludismo foi um movimento de forte contestação operária dirigido contra a maquinização das fábricas na Inglaterra, tendo Ned Ludd como uma das principais lideranças.

¹⁵ O Cartismo foi o primeiro movimento operário de massas com reivindicações políticas (o sufrágio universal) e econômicas, tendo a Carta do Povo angariado, em 1848, cerca de cinco milhões de assinaturas.

da negação de todas as classes, da passagem de classe em si para classe para si.

Engels vivencia, assim como Marx, o que em seguida expressariam da seguinte forma:

Por fim, em alturas em que a luta de classes se aproxima da decisão final, o processo de dissolução no seio da classe dominante, no seio de toda a velha sociedade, assume um caráter tão cru, tão violento, que uma pequena parte da classe dominante se desliga desta e se junta à classe revolucionária, à classe que traz nas mãos o futuro. Assim como anteriormente uma parte da nobreza se passou para a burguesia, também agora uma parte da burguesia se passa para o proletariado, e nomeadamente uma parte dos ideólogos burgueses que conseguiram chegar à compreensão teórica de todo o movimento histórico. (MARX; ENGELS, 1975, p. 71 apud NETTO, 2004, p. 35).

Em que pese o excesso de otimismo em relação à decisão final que os autores compartilhavam por volta de 1848-50, o momento revela a passagem de Marx e Engels de um democratismo radicalizado para uma concepção comunista. Engels, acompanhando o cotidiano da classe trabalhadora inglesa, inicia um profundo estudo sobre as condições de trabalho no país. Valendo-se de uma análise dialética e materialista, Engels analisará, historicamente, dentro dos limites existentes para um estudo inicial, o movimento real, as categorias econômicas fundamentais para a compreensão da sociedade burguesa. Esse estudo é finalizado em 1844 na forma de ensaio, como *Esboço de uma crítica da economia política*, que serviu como pesquisa inicial para a sua obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*, publicada em 1845.

Engels, logo após concluir esse trabalho teórico, resolve sair da Inglaterra, passa por Paris, onde se encontra com Marx, e discutem o conteúdo do *Esboço*, que Marx tratou como um “esboço genial”, resolvendo ir, em seguida, para a Alemanha para as ações práticas de organização proletária.

Esse texto influenciará decisivamente o percurso de Marx que, na insuficiência das análises sobre a relação Estado/sociedade civil, encontrará na crítica da economia política as primeiras respostas às suas inquietações.

Vejamos alguns aspectos da obra *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Iniciemos com uma carta que Engels escreve a Marx entre o fim de 1844 e 1845 e que aborda suas condições para a produção de seu texto:

Todo o fanatismo religioso de meu pai, exacerbado ainda mais pela minha declaração de renunciar definitivamente à carreira comercial e, se isso fosse pouco, minha atuação aberta e descarada como comunista fez com que desenvolvesse nele, adicionalmente, um intenso fanatismo burguês. Você pode, pois, facilmente imaginar a minha situação (ENGELS, 2007 apud NETTO, p. 11).

E prossegue, numa outra carta:

É repugnante ser não apenas burguês, mas ainda industrial, ou seja, um burguês que participa ativamente na exploração do proletariado. Uns dias na fábrica de meu pai foram suficientes para convencer-me de que tudo isto é asqueroso [...]. Contava permanecer nessa atividade apenas o tempo que me conviesse e logo escrever algo atentatório aos olhos da polícia para cruzar a fronteira sem escândalos, no momento aprazado; mas não aguentarei até lá. Creio que eu seria um homem amargurado se não pudesse registrar diariamente no meu livro [A situação da classe trabalhadora na Inglaterra] as coisas odiosas da sociedade burguesa. (ENGELS, 2007 apud NETTO, p. 12).

Além dessa visão por dentro da empresa, Engels, por meio de seu duradouro relacionamento com Mary Burns, operária irlandesa, terá contato cotidiano com o operariado inglês e suas precárias condições de vida, o que lhe propiciou as adequadas condições para produzir sua obra. Sua pretensão inicial era produzir uma História Social da Inglaterra, projeto inacabado que ficou somente nessa primeira parte.

Na introdução de sua obra, Engels apresenta um quadro conjuntural da Inglaterra entre 1780 e 1840, no período da Revolução Industrial. Cabe o destaque para as considerações sobre o processo revolucionário que se gestava nas formas de produção do capitalismo.

No primeiro capítulo, *O Proletariado industrial*, a análise recai sobre a concentração e a centralização da produção capitalista. Em seguida, no capítulo sobre *As grandes cidades*, “a contribuição do jovem Engels não é só original – é verdadeiramente clássica. Ele toma a urbanização moderna como variável da

industrialização capitalista e, sobretudo, a cidade como *topus* do capitalismo constituído”. (NETTO, 2004, p. 40).

Engels, no capítulo sobre *A concorrência*, inicia uma crítica sobre a economia política, tendo a concorrência industrial e comercial como fenômeno do processo de desenvolvimento capitalista, trata ainda das crises capitalistas, do denominado “exército de trabalhadores desempregados” e de uma teoria sobre os salários. Até o capítulo final, Engels analisará as condições do proletariado inglês, suas formas de protesto e, finalmente, como a burguesia constrói sua própria imagem.

Como dissemos, esse texto influenciou decisivamente a produção de Marx, que já seguia, por outro caminho, nos *Manuscritos*, as pegadas da crítica da economia política. No encontro que tiveram em Paris, com suas obras em mãos, iniciarão uma profunda amizade e uma produção conjunta por toda a vida, ainda que, em alguns aspectos, expressem diferentes posições.

2.3.5. A Sagrada Família

Iniciado o acerto de contas com Hegel, Marx e também Engels continuam a crítica aos seus pares, aos hegelianos de esquerda. *A Sagrada Família, ou Crítica da Crítica Crítica contra Bruno Bauer e seus Seguidores* foi a primeira obra escrita conjuntamente por Marx e Engels, nos finais de 1844, contra as posições idealistas dos irmãos Bauer¹⁶, fundamentalmente. O termo *A Sagrada Família* é uma provocação ao fato de esses jovens hegelianos se considerarem como portadores do Espírito, da Crítica Absoluta e criadores da própria História, relegando ao povo a condição de massa inerte no processo histórico. Os irmãos Bauer criticavam as ideias dominantes na época, considerando-as como principais problemas para o desenvolvimento da Alemanha, mas não questionavam a materialidade dessas ideias nem a sua ordem social, fato

¹⁶ Bruno Bauer (1809-1882) foi historiador, filósofo e teólogo alemão, orientado diretamente por Hegel na Universidade de Berlim, participou ativamente dos debates teóricos junto aos hegelianos de esquerda. Edgar Bauer (1802 – 1886) foi filósofo e ativista político alemão que também integrou a esquerda hegeliana, com perspectivas mais anarquistas e, posteriormente, assim como seu irmão, assumiu posições mais conservadoras.

duramente criticado por Marx e Engels (SCHIRATO, Introdução de MARX, 2005, p. 11-12).

O centro do ataque desses jovens hegelianos era a religião que, segundo eles, deveria sofrer uma crítica definitiva para que a humanidade se libertasse.

Nessa obra, analisando a perspectiva idealista, é que Marx e Engels se debatem em um acerto de conta com as consciências que possuíam, avançando de uma noção abstrata de homem para uma concepção histórica de desenvolvimento humano, seguindo os passos de uma análise materialista da realidade; constroem uma perspectiva socialista no debate que travam com Proudhon, centralizando na ação prática a questão da transformação social; apresentam o conceito de “relações de produção”; iniciam os tratamentos sobre a teoria do “valor-trabalho”, desenvolvida por Smith e Ricardo e dialogam com variadas áreas do saber.

Nesse texto, três questões centrais se apresentam para o debate: qual o elemento ativo da transformação? Para os hegelianos, a atividade crítica teórica era o elemento único da transformação; qual o sujeito da transformação? Para os hegelianos de esquerda era o filósofo armado de sua crítica; como isso se dá? Para eles, com uma crítica radical, desvinculada da ação prática. Na contraposição a essas premissas, Marx e Engels explicitarão suas concepções materialistas da história. Ainda aqui Feuerbach dará uma contribuição aos dois pensadores na medida em que a crítica ao Espírito Absoluto pode ser estendida ao conceito de Autoconsciência de Bruno Bauer, que fez dela o sujeito transformador da realidade, afirmando que fora da autoconsciência o mundo exterior é só aparência. Marx e Engels contestam Bauer demonstrando que a identidade entre teoria e prática na esfera do pensamento é operada de forma mística, reduzindo a prática à teoria. Nesse momento, os dois pensadores buscam demonstrar a distinção entre essas duas esferas para melhor compreendê-las e para criticar o idealismo dos jovens hegelianos. Sua unidade será demonstrada posteriormente. Outro elemento de debate é o do sujeito revolucionário. Enquanto os hegelianos de esquerda fazem uma dura crítica às massas que seriam responsáveis pelos fracassos das ações históricas, Marx e Engels darão uma importância fundamental ao seu papel, sendo consideradas os verdadeiros agentes da história e que agem em determinadas formas históricas

de produção. O proletariado, segundo os autores, na forma histórica capitalista, está diante de algumas antíteses: com a riqueza, a propriedade privada e a burguesia. É nessa relação objetiva de antíteses que se buscará compreender o proletariado como classe social e a sua consciência. Nessa obra, os autores articulam os primeiros elementos dos fatores objetivos e subjetivos do proletariado como sujeito da transformação social, que será aprofundado nas *Teses sobre Feuerbach*. Vejamos como se opera essa relação:

O proletariado e a riqueza são opostos. Como tal, constituem uma totalidade. Ambos são produtos do mundo da propriedade privada. [...]

A propriedade privada enquanto propriedade privada, enquanto riqueza é forçada a perpetuar *sua própria existência*; o mesmo acontece com seu contrário, o proletariado. A propriedade que encontrou sua satisfação em si mesma é o lado *positivo* da contradição.

Inversamente, o proletariado é forçado, enquanto proletariado, a abolir-se a si mesmo e ao mesmo tempo abolir seu contrário, do qual ele depende, que faz dele o proletariado: a propriedade privada. Ele é o lado *negativo* da contradição, a angústia no âmago da contradição, a propriedade privada desintegrada e se desintegrando (MARX; ENGELS, 2005, p. 47, grifos de Marx).

As condições objetivas de desumanização do proletariado colocam as possibilidades de uma ação histórica, da relação da luta imediata com a transformação radical da realidade.

Nesse momento, colaborando com inúmeros órgãos de imprensa e do movimento operário, Marx e Engels conhecem a Liga dos Justos, mas ainda não se vinculam por discordarem de seus fundamentos e proposições. Expulso da França, a pedido do governo prussiano, por seu artigo sobre a greve da Silésia, Marx vai para Bruxelas, na Bélgica, e Engels vai para Barmen participar das agitações operárias em curso.

2.3.6. A Ideologia Alemã e as Teses sobre Feuerbach

Em Bruxelas, Marx e Engels iniciarão outra obra conjunta: *A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stiner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas*. Nessa

obra, farão, finalmente, o “acerto de contas” com Feuerbach, que tanto influenciou os dois pensadores, além da continuidade da crítica aos hegelianos de esquerda. Escrita entre 1845 e 1846, essa obra foi dividida em duas partes: a primeira, dedicada à crítica de Feuerbach, B. Bauer e Stiner e à fundamentação do materialismo histórico e dialético; a segunda parte, uma crítica ao escrito *O Único e Sua Propriedade*, de Max Stiner, ou, nas palavras de Marx, “São MAX” e aos denominados “verdadeiros socialistas”, agrupamento filosófico germânico.

A Ideologia Alemã, produzida para publicação imediata, não encontrou editores interessados naquele momento, ficando apenas para a “crítica roedora dos ratos” e para ajuste com suas próprias consciências filosóficas anteriores como afirmou Marx no Prefácio da *Introdução à Crítica da Economia Política* em 1859. Sua publicação, assim como os *Manuscritos*, realizou-se somente em 1932.

A produção desse volumoso escrito foi um ponto de chegada e também um ponto de partida para a elaboração teórica de Marx e Engels. Não se trata de um corte, de uma ruptura como querem os que separam de forma estanque o “jovem” do “maduro” Marx. Trata-se apenas que, até este momento, eles priorizaram o debate crítico com seus antecessores e, a partir desta obra, tiveram mais “originalidade” e “autonomia” em suas formulações.

Por vias distintas os dois pensadores sofreram influências do pensamento filosófico alemão, seja com Hegel ou através dos hegelianos de esquerda, em especial, Feuerbach. Em *A Ideologia Alemã* realizam as elaborações críticas definitivas a essa tradição, iniciadas nas obras anteriores e que atingem seu ápice aqui, realizando uma superação dialética, ou seja, a negação e a incorporação (*Aufhebung*) daquilo que criticavam, podendo iniciar suas produções teóricas seguintes de forma autônoma, e com independência intelectual formularão uma teoria social, ainda que carreguem importantes incorporações dessas fontes constitutivas.

Em *A ideologia alemã* há um movimento para que a teoria adquira uma perspectiva científica, ou seja, baseada numa análise rigorosa do movimento da realidade seja capaz de ser um instrumento para a transformação social. A insistência no debate com os hegelianos de esquerda é parte disso. Para Marx e Engels a ilusão com o poder das ideias desvinculadas das relações econômicas e

sociais não leva a uma real compreensão da realidade, muito menos a sua transformação.

[...] só é possível conquistar a libertação real [*wirkliche Befreiung*] no mundo real e pelo emprego de meios reais; [...] a escravidão não pode ser superada sem a máquina a vapor e a *Mule-Jenny*¹⁷, nem a servidão sem a melhora da agricultura, e [...], em geral, não é possível libertar os homens enquanto estes forem incapazes de obter alimentação e bebida, habitação e vestimenta, em qualidade e quantidades adequadas. A “libertação” é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é ocasionada por condições históricas [...]. (MARX; ENGELS, 2007, p. 29).

No debate com Feuerbach, seu materialismo contemplativo, portanto, não prático, é criticado. Marx e Engels contrapõem Feuerbach por meio de um materialismo histórico, demonstrando a unidade entre teoria e prática, relacionando a objetividade da realidade, como força material, com a ação prática da humanidade que age sobre uma determinação, ao mesmo tempo, modificando-a.

A “concepção” feuerbachiana do mundo sensível limita-se, por um lado, à mera contemplação deste último e, por outro lado, à mera sensação; ele diz “o homem” em vez de os “homens históricos reais”. [...]

Ele não vê como o mundo sensível que o rodeia não é uma coisa dada imediatamente por toda a eternidade e sempre igual a si mesma, mas o produto da indústria e do estado de coisas da sociedade, e isso precisamente no sentido de que é um produto histórico, o resultado da atividade de toda uma série de gerações, que, cada uma delas sobre os ombros da precedente, desenvolveram sua indústria e seu comércio e modificaram sua ordem social de acordo com as necessidades alteradas. [...]

Na medida em que Feuerbach é materialista, nele não se encontra a história, e na medida em que toma em consideração a história, ele não é materialista. Nele, materialismo e história divergem completamente [...]. (MARX; ENGELS, 2007, p. 30 e 32).

Em que termos a questão histórica é apresentada por Marx e Engels? Iniciando “por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens

¹⁷ Máquina de fiar criada em 1779, na Inglaterra, por Samuel Crompton.

têm de estar em condições de viver para poder ‘fazer história’” (Ibid., p. 32-33), conforme descrevemos no item sobre os elementos iniciais do método.

Nessa obra Marx e Engels introduzem dois novos conceitos: forças produtivas e relações de produção, que são denominados “forma de troca”.

Essa concepção da história consiste, pois, em expor o processo real de produção, partindo para isso da produção material da vida imediata; e em conceber a forma de intercâmbio conectada a este modo de produção e por ele engendrada (ou seja, a sociedade civil em suas diferentes fases) como o fundamento de toda a história, apresentando-a em sua ação enquanto Estado e explicando a partir dela o conjunto dos diversos produtos teóricos e formas de consciência, religião, filosofia, moral etc. (MARX, 1984, p.55).

Dessa forma, o conceito modo de produção aparece com vigor através de uma perspectiva materialista, histórica e dialética. As distintas organizações sociais são explicadas a partir das relações que os homens contraem para a produção da vida, relações que estão imbricadas com o desenvolvimento das forças produtivas. A partir do momento que as relações de produção entravam o desenvolvimento das forças produtivas há um processo de contradição e de antagonismo de classes que, sendo aguçado, pode levar para a sua superação por meio de um processo revolucionário. A nova sociedade surgida aí, em seu movimento, carrega novas contradições, novas formas de lutas de classes. É nesse sentido, analisando o movimento da realidade que Marx e Engels afirmam que o comunismo não é uma ideia, é uma possibilidade real construída pelo desenvolvimento das forças produtivas, isto é, pela humanidade até então. O proletariado surge aqui não mais como a classe que carrega o sofrimento humano, mas como classe que se situa numa posição estratégica no modo de produção capitalista. Como produtor da riqueza, o proletário usufrui de uma pequena parte do que produz. Na medida em que nega sua condição de proletário pode aspirar à construção de uma sociedade onde todos sejam livres produtores associados, onde todos possam usufruir da riqueza social. A única classe que pode aspirar a isso, sob o capitalismo, é a classe proletária e a revolução é a única forma de superação dessa sociedade para a construção, sobre novas bases, de uma sociedade comunista. Diferente de outras revoluções que alteraram os modos de produção mantendo a propriedade privada dos meios

de produção, a revolução socialista provocará uma alteração mais profunda, não só abolindo essa propriedade como também o Estado, as classes sociais, a exploração e o trabalho na sua forma alienada. É nessa perspectiva que a práxis revolucionária adquire na *A ideologia alemã* um sentido teórico e prático mais aprofundado. Trata-se de realizar a crítica ao idealismo dos jovens hegelianos (e conforme eles também afirmaram, um acerto de conta com seus próprios referenciais) e apontar as possibilidades reais de transformação social.

Vázquez faz um interessante questionamento para compreender o processo de produção teórica de Marx e Engels e sua relação com as necessárias ações práticas da luta política e da transformação social. Já foi dito que uma teoria, por mais interpretativa que possa ser, possui consequências práticas. E uma teoria que tenha a pretensão de ser instrumento e guia para a transformação social? Nesse caso, é preciso que a teoria ganhe força material, seja posta em prática, seja confrontada com o movimento da realidade. Como colocá-la em prática? Esse processo, necessariamente, é uma exigência prática e não meramente teórica.

Nesse mesmo processo, além das críticas contidas n' *A Ideologia Alemã*, Marx elaborará outro texto dirigido a Feuerbach: *Teses sobre Feuerbach*, com aforismos¹⁸ críticos ao velho mestre, reafirmando sua concepção materialista e dialética e a necessidade prática da transformação social.

Segundo Vázquez (2007), é nas *Teses sobre Feuerbach* que Marx apresenta com grande nitidez uma verdadeira filosofia da práxis. Na Tese I:

Marx colocou a prática como fundamento do conhecimento ao rejeitar a possibilidade de conhecer à margem da atividade prática do homem (posição do materialismo tradicional) e ao negar também a possibilidade de um verdadeiro conhecimento se o objeto é considerado como mero produto da consciência (posição do idealismo). Conhecer é conhecer objetos que se integram na relação entre o homem e o mundo, ou entre o homem e a natureza, que se estabelece graças à atividade prática humana (p. 144).

¹⁸ Marx aqui adota o mesmo estilo literário de Feuerbach, que escrevia por meio de aforismos.

Na Tese II, a práxis é o critério da verdade. Uma determinada teoria não é falsa nem verdadeira na esfera do pensamento, é só na sua prática que ela pode adquirir validade ou não. Não se trata de uma aplicação correta ou não de uma teoria, mas de uma leitura correta da realidade em movimento. Também não se trata de uma leitura imediata, dada pela correta observação da realidade, mas sim de uma interpretação, por meio da teoria, do movimento da teoria para a prática e vice-versa.

Na Tese III, Marx se contrapõe ao materialismo tradicional que afirmava que a transformação do homem era produzida pela ação educativa de uma parte da sociedade sobre outra. Sua crítica dirige-se aos materialistas e iluministas do século XVIII (Voltaire, por exemplo), a Feuerbach e aos socialistas utópicos que acreditavam que a educação cumpriria um papel fundamental no progresso da humanidade, dissipando os pré-conceitos por meio da razão. Os filósofos do Iluminismo e os déspotas esclarecidos é que seriam os educadores do restante da sociedade que, de maneira passiva, seria educada em direção à razão. A transformação da sociedade é entendida assim como atividade pedagógica e não prática e revolucionária. Essa Tese assinala as seguintes críticas, segundo Vázquez:

a) As condições em que os homens se encontram também são produzidas pelos próprios homens, o que é condicionante também é condicionado;

b) “os educadores também devem ser educados”. Marx critica a tese de que a sociedade deva ser dividida entre educadores e educandos, entre aqueles que exercem uma atividade pedagógica e aqueles que a recebem passivamente, entre aqueles que agem para transformar e não são transformados e os que são transformados, mas não agem na transformação. Marx defende que os educadores devem ser educados porque defende uma práxis que é contínua, que transforma tanto o objeto como o sujeito. Recordemos aqui da passagem que Marx retira de Hegel quando afirma que ao transformar a natureza o homem também se transforma, por isso, o educadores devem ser educados.

c) Por meio desses processos acima descritos, ou seja, a coincidência da transformação das circunstâncias e do próprio homem, é que a prática revolucionária deve ser compreendida. A transformação radical das circunstâncias

que produzem o homem é a sua compreensão de uma realidade produzida por ele e que deve ser abolida ao mesmo tempo em que transforma o próprio homem. Essa unidade é o elemento central da práxis revolucionária.

Na Tese XI, Marx continua a tratar da relação entre teoria e prática, entre interpretação e transformação da realidade, entre filosofia e revolução. Não há uma negação do papel da filosofia, até porque a mera interpretação da realidade, operada até então pelo pensamento filosófico, tem consequências práticas. Uma filosofia que não tenha como perspectiva a transformação, sendo apenas sua interpretação, colabora para a manutenção, ou seja, uma teoria que concilia a razão com o mundo, como foi até então. Marx advoga uma filosofia que ultrapasse a interpretação, que seja instrumento da transformação, uma filosofia que combata outras filosofias, que transforme o mundo com base em uma interpretação. “Assim, portanto, nem mera teoria nem mera práxis; unidade indissolúvel das duas. Tal é o sentido da tese XI”. (VAZQUEZ apud MARX, 2007, p. 151).

Se, para Feuerbach, as ilusões surgiam no plano psicológico, Marx vai afirmar que as ilusões, ou melhor, a alienação e o estranhamento se originam na materialidade social e histórica.

A produção de riqueza representa para o operário a transferência de valor para a mercadoria e seu empobrecimento como trabalhador. “A depreciação do mundo dos homens aumenta em razão direta da valorização do mundo das coisas.” O trabalho produz ao mesmo tempo mercadorias e o operário enquanto mercadoria. O resultado do trabalho se enfrenta com seu produtor como um objeto alheio, estranho – está dado o mecanismo essencial da alienação. Como produtor, o operário não se sente sujeito, mas objeto do seu objeto. A atividade de produção é a fonte da alienação e não mais um processo de ilusão – psicológica ou intelectual. (SADER, 2007, p. 12- 13).

Essa reflexão sobre a alienação relacionada diretamente com a historicidade da produção e da reprodução do ser social, com a centralidade do trabalho, que se inicia nos *Manuscritos* e se completa em *A Ideologia Alemã*, é uma das originalidades que Marx e Engels produzem. A dialética do trabalho como fundante do ser social e, ao mesmo tempo, como trabalho alienado é a contraposição que as sociedades de classes, potencialmente a sociedade

capitalista, apresenta como questão a ser superada. “A compreensão do processo de trabalho permite, ao mesmo tempo, a compreensão da origem da separação da teoria e da prática e das formas que permitem sua reconexão”. (SADER, 2007, p. 15). É nessa tarefa que os autores estarão empenhados.

2.3.7. Carta a Annenkov e a Miséria da Filosofia

Entre 1846 e 1847 foi realizado um intenso debate entre Proudhon e Marx. O primeiro, um reconhecido ativista político e formulador do movimento operário francês, o segundo, ainda sem a expressão.

Nesses anos da década de 1840, a sociedade burguesa se consolida com a Revolução Industrial, colocando em marcha uma sociabilidade inteiramente nova, assim como sua contestação: o movimento operário.

Proudhon, em sua obra de 1840, *O que é a propriedade?*, afirmou que “a propriedade é um roubo” e que “o proprietário não produz nem por si nem por seus instrumentos e, recebendo os produtos em troca de nada, é um parasita ou um ladrão” (Apud NETTO, Introdução de MARX, 2009a, p. 17), o que lhe causou a perda da bolsa de estudos e o tornou célebre. Nesse momento, Proudhon mantém uma radicalidade política, defendendo o uso da força e do processo revolucionário para alcançar a igualdade de condições para os proletários. A centralidade política de Proudhon está na defesa de uma igualdade de condições entre as classes, igualdade nos parâmetros da sociedade burguesa e não fora dela, não pelo seu rompimento na construção de uma nova sociabilidade.

Porém, após outros estudos, Proudhon faz uma inclinação ao reformismo, expresso em sua obra *Sistema das contradições econômicas ou filosofia da miséria*. Após criticar a propriedade privada, agora ele passa a defender uma síntese entre capitalismo e socialismo, numa perspectiva utópico-reformista. Se Marx transitava de um radicalismo democrático para o comunismo, Proudhon fazia o caminho inverso. É nesse cruzamento que a crítica de Marx se situa.

A tomada de posição de Marx, expressa na *Miséria da Filosofia*, marca uma nova etapa de sua evolução, reconhecida por todos os analistas mais qualificados. E nela se conjugam, numa integração plena, os elementos constitutivos da evolução marxiana: o teórico-

científico e o político-metodológico. De um lado, o texto mostra o desenvolvimento das pesquisas de Marx no âmbito da economia política: a crítica marxiana ao conteúdo das formulações pretensamente científicas de Proudhon é o eixo central do livro e as avaliações explicitadas serão confirmadas inúmeras vezes na obra ulterior de Marx. De outro lado, revela o estágio político alcançado por Marx: agora com seu projeto comunista claramente formulado, ele é levado a combater firmemente quaisquer contrafações ideológicas que possam desviar o proletariado das tarefas prático-históricas que o processo social real confere a ele. (NETTO, 2004, p. 103-104).

Marx, que já nutria profundo respeito por Proudhon, lendo suas obras anteriores, tomará contato com a *Filosofia da Miséria* e, preliminarmente, numa carta a Annenkov, fará suas primeiras críticas para, em seguida, analisar detalhadamente as proposições de Proudhon numa obra intitulada, provocativamente, *Miséria da Filosofia*.

Na carta a Paul V. Annenkov, escrita em 28 de dezembro de 1846, Marx (1987) apresenta suas primeiras impressões sobre a obra de Proudhon por meio de uma apresentação de seus referenciais teóricos e metodológicos. Nesse sentido, a carta ganha destaque porque é um dos primeiros escritos de Marx em que ele discute o método de análise da realidade, ou como foi denominado posteriormente por Engels, o materialismo dialético. Ainda que o conteúdo dessa discussão já se encontre, por exemplo, em *A Ideologia Alemã*, aqui ele sintetiza seu caminho metodológico. Nessa carta ele questiona Proudhon por depositar, assim como Hegel, o fundamento da sociedade civil no Estado, quando para o materialismo dialético a sociedade é o fundamento do Estado, ou seja, uma determinada forma de desenvolvimento das forças produtivas dos homens tem como expressão uma forma determinada de comércio e consumo, que enseja uma determinada forma de organização social, que, por sua vez, também enseja uma expressão política, o Estado. Esses homens “não são livres para escolher suas forças produtivas” (p. 15, grifos do autor), pois já as encontram desenvolvidas pelas gerações precedentes, atuando sobre elas, e por isso, a história dos homens se conecta a uma história da humanidade em movimento.

[...] a história social dos homens nada mais é do que a história de seu desenvolvimento individual, tenham eles ou não consciência disto. Suas relações materiais estão na base de todas as outras

relações. Estas relações materiais são apenas as formas necessárias nas quais se realiza sua atividade material e individual. (MARX; ENGELS, 1987, p. 15).

Marx prossegue suas críticas a Proudhon no campo econômico afirmando que ele não avançou além do que Smith e outros discutiram, principalmente quando naturaliza e mistifica categorias em detrimento de sua historicidade. Aqui podemos ver outro traço importante de seu método, a historicização das categorias, que possuem validade histórica, ou seja, como expressões abstratas de uma determinada realidade histórica. Vejamos isso por meio da crítica a Proudhon:

Assim, o sr. Proudhon, devido principalmente à sua falta de conhecimentos históricos, não viu que os homens, ao desenvolverem suas faculdades produtivas, ou seja, ao viverem, desenvolvem certas relações entre eles, e que a natureza dessas relações muda necessariamente com a modificação e o desenvolvimento das faculdades produtivas. Não percebeu que as *categorias econômicas* são apenas *expressões abstratas* dessas relações reais, permanecendo como verdadeiras apenas enquanto essas relações subsistem. Portanto, incorre no erro dos economistas burgueses, que veem essas categorias econômicas como eternas e não como leis históricas, próprias de um desenvolvimento histórico particular, de um desenvolvimento das forças produtivas (MARX; ENGELS, 1987, p. 20, grifos do autor).

Se para Proudhon, de forma idealista, basta mudar as categorias para que a realidade se altere, para Marx, sob a perspectiva materialista, é preciso que a realidade se altere para que novas categorias surjam.

Na obra *Miséria da Filosofia*, Marx apresenta, na crítica a Proudhon, os resultados de seus estudos sobre economia política, iniciados desde os *Manuscritos*. O que foi sintetizado na *Carta a Annenkov* é detalhado nesta obra. O valor-trabalho é uma questão central para Marx, que ainda permanece insuficiente, não indo muito além dos economistas clássicos na indiferenciação entre valor e preço, sem, evidentemente, a naturalização que faziam dos conceitos (NETTO, 2004, p. 104-105). Nesse sentido, há uma clara ruptura com eles, na medida em que Marx demonstra a historicidade dos conceitos como expressões teóricas de relações sociais. Outras insuficiências, segundo Netto, se apresentam a Marx nesse momento: a ausência da teoria da mais-valia, uma

equivocada lei dos salários e da distribuição da taxa de lucros. Questões que só serão resolvidas posteriormente.

Netto finaliza suas considerações sobre essa obra com a seguinte constatação: “[...] no conjunto da obra marxiana, este texto é o primeiro em que a teoria social tem por necessidade e condição a crítica da economia política”. (2004, p. 108).

2.3.8. As revoluções de 1848/49, a Liga dos Justos e o Manifesto Comunista

Os anos finais da década de 40 do século XIX foram intensos: a revolução industrial se consolidava, ocorriam intensas agitações operárias nos países que se industrializavam, as contradições entre a burguesia e o que restava do Antigo Regime se intensificavam provocando processos revolucionários. Se no período anterior as contradições entre os setores do Terceiro Estado se confundiam, agora elas se explicitam nas contradições entre capital e trabalho. É nesse sentido que o proletariado se autonomiza nas suas reivindicações, em suas lutas, que passam a ter uma dinâmica própria. Foi um momento de combinação de contradições passadas e presentes, entre a nascente burguesia industrial e as antigas classes feudais e, no mesmo curso, entre essa burguesia e o também nascente proletariado.

É nesse contexto que, entre 1846 e 1847, a Liga dos Justos sofre uma crise e procura Marx e Engels para colaborarem com a organização, travando uma discussão de reorientação política, e convocam um novo congresso, no qual os dois novos militantes se encarregam da produção de um novo programa, que foi denominado *Manifesto do Partido Comunista*, conhecido posteriormente como *Manifesto Comunista*. Quando sai, em 1848, o *Manifesto* não tem assinatura, é o programa do Partido, da Liga dos Justos, que, em seguida, será chamada de Liga dos Comunistas. Vázquez (2007) assim define o Manifesto:

Por tratar-se de um trabalho teórico destinado a guiar uma revolução concreta, efetiva – a revolução, baseada por sua vez em um conhecimento da realidade social que se quer transformar, é também uma fundamentação da necessidade da mudança revolucionária e da missão histórica que nela cabe ao

proletariado. O *Manifesto* é, nesse sentido, teoria de uma revolução que se quer desencadear. É teoria na medida em que fundamenta, de diversos ângulos, a revolução proletária e na medida em que, como crítica, se opõe às falsas concepções que contribuem para obstaculizá-la ou impedi-la. Em certo sentido, o *Manifesto* nada mais é do que uma síntese e enriquecimento das descobertas teóricas anteriores de Marx. No entanto, não é uma teoria a mais da revolução. Oferece um aspecto novo que vem determinado por algo que não tem antecedentes nos trabalhos anteriores de Marx, a saber: ao mesmo tempo em que é uma teoria da revolução é também – e isso marca uma virada na concepção marxista da práxis ao enriquecê-la com um aspecto novo – uma teoria da organização da revolução ou, em outros termos, da passagem da teoria para a prática. (p. 159).

Em seguida, na análise do *Manifesto*, são destacados por Vázquez: a historicidade e as contradições do modo de produção capitalista; a revolução proletária como ápice da práxis revolucionária, como conquista do poder político, como nova conformação política e a construção de novas relações de produção; organização como classe (em potencial), consciência e partido político (partido-classe / partido comunista).

Marx realiza uma superação (negação e incorporação) tanto do idealismo como do materialismo vulgar.

Se o materialismo contemplativo rejeita legitimamente que o mundo real seja um produto da consciência, e vê a natureza real, material do sujeito e do objeto, reconhece essa materialidade ao preço de colocar tanto um como o outro – como diz Marx – em uma relação abstrata, exterior. A superação desse materialismo radica-se, pois, em reconhecer uma materialidade que pressuponha, por sua vez, a atividade subjetiva. Se o idealismo, pelo contrário, vê o lado ativo da relação sujeito-objeto, vê apenas a atividade da consciência do sujeito e perde de vista o lado material, objetivo dessa atividade. O caminho da superação dessa limitação é justamente reconhecer a atividade subjetiva, mas, ao mesmo tempo, sua materialidade, tanto na atividade em si como em seus produtos. Nesse sentido, cabe dizer que o materialismo marxiano é a inversão do idealismo concebido como filosofia da atividade ideal, e, em forma mistificada, do homem. Marx, por isso, não é Hegel antropologizado nem Feuerbach historizado. Tanto um como outro não superaram o marco da filosofia como interpretação do mundo. [...] Se o idealismo é uma filosofia da atividade, o marxismo é propriamente a filosofia da verdadeira atividade transformadora, isto é, prática (p. 170-171).

Em 1848/49 eclodem vários processos revolucionários, que se iniciam em Paris, na madrugada de 24 de fevereiro de 1848, e se estendem à Prússia, Baviera, Saxônia e outras localidades da Confederação Germânica, territórios poloneses, Boêmia, Hungria, Estados italianos (NETTO, 2004, p. 49). As demandas dessas revoluções são de cunho democrático, por exigências das promessas que as Revoluções Burguesas não cumpriram. É nesse momento que a classe trabalhadora se coloca de forma autônoma, independente. Netto afirmará que o *Manifesto* expressa de forma teórica o que se gestava no movimento operário; não sendo causa das irrupções revolucionárias em curso, apenas deu um norte, um programa para que os revolucionários agissem diante dos acontecimentos.

Marx e Engels seguem, no calor desse processo, para Berlim e, em seguida, para Colônia onde se vinculam às ações do movimento operário. Ali criam um jornal, Nova Gazeta Renana, para publicação de análises da situação na Alemanha, de orientação ao movimento operário, de tribuna de debates entre os revolucionários.

Diferentemente das Revoluções Burguesas clássicas, que mobilizaram variados setores sociais contra a ordem feudal, aqui as dificuldades eram qualitativamente distintas. Ao mesmo tempo em que necessitava de apoio popular, esse setor representava uma ameaça aos interesses burgueses. Se, no momento anterior, a burguesia colocou em marcha um processo de desenvolvimento social, agora, necessitava de precauções.

O projeto de emancipação humana, nestes limites, não desborda o terreno da emancipação política, tal como Marx vislumbrou em 1844. A partir desse marco, o protagonismo burguês centra-se na conservação da ordem (para a qual concorrem, necessariamente, programas reformistas, tornados especialmente claros depois de 1848) que veio instaurando sobre as ruínas do Antigo Regime. A burguesia, enquanto classe, perde o interesse e a capacidade de fazer avançar a sociabilidade para além dos limites da lógica de acumulação e valorização do capital, em razão da qual se operou a emancipação política e se estabeleceu originalmente a figura do *cidadão*. A dimensão essencial da emancipação humana só terá sentido para um outro sujeito histórico, cuja emersão primeira se verifica em 1848: o proletariado. (NETTO, 2004, p. 51-52, grifo do autor).

Netto afirma que uma das principais lições desse processo, para o movimento operário, era a necessidade de um projeto próprio, desvinculado dos interesses da burguesia, um projeto contra a ordem do capital. Nesse sentido, o *Manifesto Comunista* expressa, política e teoricamente, esse processo, na medida em que propõe, no aprofundamento da democracia, as condições de sua própria superação, ou seja, o avanço de emancipação política para a emancipação humana, aparecendo, pela primeira vez, os traços constitutivos do projeto comunista (2004, p. 62).

Após esse processo revolucionário, sem nenhuma dúvida do que fazer, a burguesia imprimiu uma brutal repressão sobre os revolucionários. Marx e Engels seguem para Londres. Antes, porém, em 1849, Marx publicaria *Trabalho assalariado e capital*, como parte de suas reflexões econômicas. Foram anos duríssimos para os revolucionários. Para Marx foram anos de enormes dificuldades econômicas, motivo principal da perda de um filho. A ajuda financeira de Engels, que se viu obrigado a voltar ao trabalho na empresa do pai, foi vital para a sobrevivência da família Marx.

2.3.9. As lutas de classe na França e o 18 Brumário de Luis Bonaparte

A França, na primeira metade do século XIX, esteve marcada pela tentativa de retorno ao poder das classes dominantes do Antigo Regime, desde a Santa Aliança de 1815, passando pelo monarca Carlos X, derrubado em 1830, chegando ao governo de Luís Felipe, que contava com apoio de apenas um setor burguês, o financeiro, que se beneficiava dos empréstimos concedidos à monarquia, conforme descreve Marx no primeiro texto¹⁹ de *As lutas de classes na França (1848-1850)*. Nessa obra, Marx apresenta um quadro conjuntural da França do final da década de 1840 por meio das frações das classes dominantes em luta, assim como da situação de penúria para as classes trabalhadoras francesas diante da crise econômica que se espalhava pela Europa, e também a ruína de setores burgueses industriais, que estavam fora do poder político

¹⁹ *A derrota de junho de 1848.*

francês. É exatamente esse setor - a burguesia comercial e industrial - que incitou o processo revolucionário de 1848, derrubando o regime monárquico e instaurando a República, tendo o protagonismo do proletariado. Após a ebulição contra o governo monárquico e a sua derrubada, ainda sem a proclamação da República, em que os setores burgueses já se acomodavam no governo provisório, o proletariado ainda em luta exigia, pelas armas, a instauração da República e de seus interesses. De fevereiro a junho de 1848, os interesses do proletariado foram protelados pela nova burguesia no poder que, diante da rebelião, em junho, impõe a derrota por meio do controle do processo político, da violência, de assassinatos e de prisões das principais lideranças operárias. Marx descreve em que condições políticas o proletariado estava:

O proletariado, ao impor a República ao governo provisório e através do governo provisório, a toda a França, apareceu imediatamente em primeiro plano, como partido independente, mas, ao mesmo tempo, lançou um desafio a toda a França burguesa. O que o proletariado conquistava era **o terreno** para lutar pela sua emancipação revolucionária, mas não, de modo algum, **a própria emancipação**. (MARX, 1986, p. 58, grifos meus).

Marx chama a atenção aqui para o impasse em que o proletariado estava, pois exigia da burguesia um programa que não lhe pertencia. Se num primeiro momento o proletariado e a burguesia estavam juntos na derrubada do poder monárquico, logo em seguida o proletariado exigia um programa de empregos que resolvesse os problemas econômicos e sociais que lhe afligiam. E fazia isso por dentro do governo provisório. A burguesia não poderia atender esse programa. O seu desenvolvimento era exatamente a agudização dessas contradições. É nisso que Marx se detém, criticando os setores do proletariado que defendiam essas reformas. Na medida em que desfere essa crítica, Marx defende a autonomia dos interesses do proletariado diante da burguesia. Essa defesa não era apenas uma questão teórica, era, sobretudo, a resposta prática do proletariado diante de um impasse real. As razões da derrota não foram simplificadas nas ações do proletariado, foram analisadas diante das condições concretas do desenvolvimento capitalista na França. Vejamos:

O desenvolvimento do proletariado industrial tem por condição geral o desenvolvimento da burguesia industrial, sob cujo domínio

adquire ele existência nacional que lhe permite elevar sua revolução à categoria de revolução nacional, criando os meios modernos de produção, que hão de transformar-se em outros tantos meios para a sua emancipação revolucionária. Somente o domínio da burguesia industrial extirpa as raízes materiais da sociedade feudal e prepara o único terreno em que é possível uma revolução proletária. (MARX, 1986, p. 60).

Ainda que em Paris houvesse um desenvolvimento industrial e um proletariado equivalente, no restante do país vigorava uma superioridade de camponeses e da pequena burguesia. As condições de um processo revolucionário sob a direção do proletariado estavam limitadas por essa realidade. A derrota do proletariado estava conjugada, portanto, aos fatores objetivos e sua expressão subjetiva. O grande fato positivo da revolução de 1848, segundo Marx, foi a demonstração da necessidade de emancipação do proletariado, de que seus interesses só poderiam ser defendidos pelo próprio proletariado. As revoluções de 1848/49 encerravam os interesses comuns da “fraternidade” que vinham do Terceiro Estado francês.

A *fraternité*, a fraternidade das classes antagônicas, uma das quais explora a outra, essa fraternidade proclamada em fevereiro e escrita com grandes caracteres nas paredes das ruas de Paris, em cada cárcere e em cada quartel, tem como verdadeira, autêntica e prosaica expressão a *guerra civil*; a guerra civil sob sua forma mais espantosa, a guerra entre o trabalho e o capital. Essa fraternidade resplandecia diante de todas as janelas de Paris na noite de 25 de junho, quando a Paris da burguesia acendia suas luzes, enquanto a Paris do proletariado ardia, gemia e se esvaía em sangue. A fraternidade durou precisamente o tempo em que o interesse da burguesia esteve irmanado com o do proletariado. (MARX, 1986, p. 73).

Marx prossegue sua análise descrevendo o posicionamento dos setores dominantes da nova república diante da velha aristocracia financeira, que ao invés de enfrentá-la pôs-se na mesma relação anterior, ou seja, de dependência estatal diante dos setores financeiros. A dívida pública, assim como antes, continuava a aumentar e os problemas econômicos e sociais não foram resolvidos. Em dezembro de 1848 Luis Napoleão é eleito presidente da França numa demonstração de descontentamento com a jovem restauração da república. Se em 1848 a burguesia e a pequena burguesia reprimiram os setores proletários,

agora, sob o governo de Luis Napoleão, com apoio dos antigos setores monarquistas, parte da burguesia e da pequena burguesia foi reprimida. E nesse contexto o proletariado foi colocado cada vez mais numa condição de radicalização, e Marx, analisando os distintos interesses de classes em disputa apresenta pela primeira vez a formulação da *ditadura de classe do proletariado* (Ibid., p.137).

Entre 1849 e 1850 houve recuperação da economia francesa e as condições de radicalização diminuíram, mesmo com a anacrônica aprovação do fim do sufrágio universal, em 1850. Ainda assim os problemas econômicos não foram resolvidos totalmente, provocando a restauração do Império, em 1852, através de um golpe de estado e da autointitulação de Luis Napoleão como Napoleão III.

A grande questão para a burguesia francesa era a expansão comercial, o que implicava conflitos com os demais países europeus. Napoleão III leva à frente essa aventura expansionista, colecionando inúmeros fracassos, chegando à derrocada completa na guerra franco-prussiana de 1870 que desembocou na Comuna de Paris (BERTELLI, Apresentação de MARX, 1986b, p. 19-21).

É sobre esse contexto, de conflitos entre variados setores de classe, que Marx e Engels se debruçam escrevendo artigos para a revista que haviam criado: a *Neue Rheinsche Zeitung*. Foram seis as edições da revista que circulou de junho de 1848 a maio de 1849, cujos conteúdos foram sistematizados nas linhas anteriores. Os artigos escritos por Marx foram reunidos por Engels, em 1895, que publicou a obra conhecida como *As lutas de classe na França*, com uma introdução que causou muito mais polêmicas que a própria obra, que apresentaremos posteriormente.

Cabe também destacar que essa obra deve ser lida juntamente com duas outras, de muito mais fôlego, que são o *18 Brumário de Luis Bonaparte* (1852) e *Guerra Civil na França* (1871), que completam o quadro de análise conjuntural do país, das lutas de classes, das lições para o proletariado.

Voltando à conjuntura francesa. Se de um lado a burguesia buscava meios para seu fortalecimento através da expansão comercial, de outro lado, o proletariado, que saiu derrotado das revoluções de 1848/49, buscou se articular

de forma independente, sem os vínculos que mantinha com a burguesia democrática.

Marx, que já conhecia profundamente a história francesa e que acompanhou detalhadamente a conjuntura do período revolucionário de 1848/49, fez uma refinada análise do golpe de Luis Bonaparte, em 1852, buscando demonstrar “como a luta de classes na França criou circunstâncias e condições que possibilitaram a um personagem medíocre e grotesco desempenhar um papel de herói”. (MARX, 2002a, p. 14).

Além disso, inicia seu texto demonstrando a fragilidade da busca de Luis Bonaparte, agora Napoleão III, de colocar-se na condição do tio, o Bonaparte original: “Hegel observa em uma de suas obras que todos os fatos e personagens de grande importância na história do mundo ocorrem, por assim dizer, duas vezes. E esqueceu-se de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa” (Idem, p. 21). Ainda que a Revolução Francesa houvesse produzido um caminho sem volta, Marx prossegue sua análise demonstrando como naquela conjuntura francesa o velho e o novo se entrecruzavam o tempo todo, como um período histórico de transição continha esses elementos contraditórios em luta, ou seja, os antigos partidários da monarquia eram, nesse curto período, os protagonistas da república. Os proletários que impulsionaram a instituição da república em 1848 foram derrotados pela pequena burguesia naquele mesmo ano, assim como ela fora também derrotada pelo “partido da ordem” (grande burguesia financeira e industrial e setores monarquistas) e pela eleição de Luis Bonaparte. Em seguida, a luta entre o partido da ordem, que dirigia o parlamento, e o poder executivo é aguçada, momento em que a burguesia deixa de apoiar o partido da ordem, dividindo o partido e fortalecendo Luiz Bonaparte. Esse período compreendeu a Revolução de Fevereiro (1848) até 2 de dezembro de 1851, momento de ruptura do parlamento com o poder executivo. Tudo em defesa da república, ao mesmo tempo em que Marx identificava o momento como “Paródia da restauração do império” (Ibid., p. 122).

Por meio de uma análise econômica e da estrutura de classes, Marx identificou Luis Bonaparte como expressão dos interesses de classe dos camponeses conservadores, daqueles que pretendiam ampliar suas propriedades e seus ganhos, classe numericamente expressiva, classe que no isolamento de

seus interesses não se permitia atuar como classe, transferindo assim para um ser superior a defesa de seus interesses. Foi nessa condição que ele foi eleito e que administrou os interesses das diversas classes sociais, com a importante ressalva de que, com o apoio dos setores da alta burguesia, ajustou a forma política de governo aos seus interesses econômicos.

Otávio Ianni, na apresentação de *O 18 Brumário* (MARX, 2002a), destacou a importância dessas reflexões de Marx para as ciências sociais, afirmando que se trata de uma obra clássica:

É uma obra importante, precisamente porque nela apresentam conjuntamente algumas das principais contribuições do pensamento dialético. Aí está paliçada a teoria da luta de classes, bem como a concepção marxista de Estado. Explica-se a maneira pela qual o exército se envolve na política e quais são os sentidos da “politização” dos militares. No confronto entre diferentes concepções sobre a organização política da sociedade, verificamos como se manifestam os ideais da social-democracia. Ao mesmo tempo, ficamos conhecendo a maneira pela qual a atividade dos homens, tomados individualmente e em grupo, assume significação coletiva e histórica. Ou melhor, de como as classes sociais e suas facções se apresentam nos acontecimentos, esclarecendo os seus sentidos ou incutindo-lhes novas direções. Nessa linha de reflexão, verificamos como se dá a formação da consciência, em especial como a consciência de classe e a consciência social individual conjugam-se e desencontram-se na produção dos acontecimentos. Além disso, verificamos a maneira pela qual o Estado aparece representando a “vontade geral” e em que medida ele exprime os interesses da classe dominante. O “bonapartismo”, de que falavam os políticos e cientistas sociais modernos, é um desenvolvimento da interpretação formulada nessa obra.

Em suma, em *O 18 Brumário* podemos acompanhar as maneiras segundo as quais se dão os encadeamentos entre as diversas esferas da existência coletiva. Em particular, conhecemos as diferentes conexões recíprocas entre o *econômico* e o *político*. Observamos, com precisão, as maneiras pelas quais ocorrem as transições de modo de produção às relações de produção e às ideologias. Em outras palavras, nesta obra o pensamento dialético revela-nos a maneira pela qual se dá a produção da história, como dialética do real. (IANNI, Apresentação de MARX, 2002a, p. 12).

Cabe destacar também a capacidade de Marx, nessa obra, de captar o movimento da realidade ou, nas palavras de Ianni, a “dialética do real” de forma

precisa. Suas previsões conjunturais, realizadas no início de 1852 confirmaram-se no final desse mesmo ano, como atesta ele próprio no Prefácio à segunda edição de 1869: “A frase final: ‘Mas quando o manto imperial cair sobre os ombros de Luis Bonaparte a estátua de bronze de Napoleão ruirá do topo da Coluna Vendôme’, já se converteu em realidade” (MARX, 2002, p. 14). Lembrando que no período em que Marx escreveu a obra ainda vigia o regime republicano, com Luis Bonaparte como presidente eleito. O golpe dado em 1851, com a dissolução da Assembleia Legislativa, se completou meses depois, no final de 1852, com a autoproclamação de Luis Bonaparte como Napoleão III. Engels, no prefácio para a terceira edição alemã desta obra destacou o profundo conhecimento de Marx da história francesa:

A França é o país onde, mais do que em qualquer outro lugar, as lutas de classe foram sempre levadas à decisão final, e onde, por conseguinte, as formas políticas mutáveis nas quais se processam estas lutas e nas quais se condensam seus resultados tomam os contornos mais nítidos. Centro do feudalismo na Idade Média, país modelo, desde a Renascença, da monarquia unitária baseada nos testamentos, a França desmantelou o feudalismo na Grande Revolução e instaurou o domínio da burguesia com uma pureza clássica inigualada por qualquer outro país europeu. A luta do proletariado revolucionário contra a burguesia dominante surgiu aqui sob formas agudas desconhecidas em outros países. Esta foi a razão pela qual Marx não só estudou a história anterior da França com especial predileção, como acompanhou também sua história contemporânea em todos os detalhes, reunindo materiais destinados a futura utilização. Por isso, neste terreno, os acontecimentos nunca o apanhavam de surpresa. (ENGELS, Prefácio de MARX, 2002a, p. 17-18).

Como já dissemos anteriormente, os anos de 1850 serão difíceis, a luta de classes se intensifica e Marx aprofundará seus estudos econômicos.

2.3.10. A luta de classes, a Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) e a produção de O Capital: crítica da economia política

Frequentador assíduo da biblioteca do Museu de Londres, Marx intensificou os estudos de economia, preparando sua principal obra, *O Capital*.

Além disso, estudou história e literatura dos povos eslavos e continuou a publicar textos nos mais variados periódicos na época.

Nesse momento, a partir da década de 1850, a economia capitalista europeia, e também nos Estados Unidos, passaria por momentos de intenso crescimento econômico. Marx, analisando a crise econômica de 1847 e suas consequências políticas, aprofundará seus estudos sobre a economia política, identificando as crises como fator estrutural do desenvolvimento do capitalismo. Se a economia clássica centrava a análise da crise na esfera do consumo, Marx a deslocava para a produção. Cada vez mais as crises adquiriam um caráter mundial, como foi, por exemplo, a crise de 1857, que

[...] teve início nos Estados Unidos, que haviam recebido grande quantidade de população imigrante e grande quantidade de capitais utilizados na especulação de terras e ferrovias. O primeiro sintoma da crise apareceu com a falência, em julho de 1857, do banco *The Ohio Life Insurance and Trust Company*, empenhado na especulação ferroviária, causando um pânico financeiro nas bolsas americanas que se espalhou pelas bolsas de valores da Europa, afetando as indústrias têxteis e siderúrgicas, causando desempregos. Em 1859 seus efeitos se reduziram, o aumento do desemprego parou, e os preços começaram a se elevar novamente (COGGIOLA, 2009, p. 60).

A partir daí, as crises subsequentes ganharam ainda mais atenção de Marx, que buscou as relações entre as crises econômicas e políticas na perspectiva de orientar a atuação do movimento operário naqueles momentos cruciais.

Nesses estudos é que Marx inicia os rascunhos sobre a crítica da economia política, que ficaram conhecidos como *Grundrisse* (1857-1858), que serviram de base para a obra *Para a crítica da economia política* (1859) e de material de pesquisa de *O Capital*.

No *Prefácio da Contribuição à Crítica da Economia Política* (2008), Marx descreve o trajeto de sua pesquisa, que se inicia nos primeiros anos da década de 1840, momento em que lidou pela primeira vez com os “interesses materiais” (p. 46). Nos estudos críticos de Hegel, Marx teve a necessidade de compreender os mecanismos de funcionamento da sociedade civil, ou seja, a sua anatomia, a

economia política. Desde aquele momento até a publicação do primeiro volume de *O Capital*, conforme buscamos demonstrar,

[...] Marx combina a atividade científica com uma intensa atuação política. Na verdade, não se pode afirmar que realiza plenamente a intenção de retornar ao gabinete de estudos, tanto em razão de seu envolvimento político quanto das frequentes mudanças de cidade e país, quase todas resultado de perseguição política. Em 1845, é expulso de Paris, para onde havia se mudado dois anos antes, após deixar a redação da *Gazeta Renana*. Dali transfere-se para Bruxelas, onde vive até 1848, quando é deportado da Bélgica. Retorna a Paris; imaginando que a revolução de 1848 se alastraria à Alemanha, regressa à Colônia. Com a vitória da contrarrevolução em toda a Europa, é banido da cidade alemã em 1849 e, finalmente, se refugia em Londres, onde vive pelo resto da vida. (DUAYER, Apresentação de MARX, 2011, p. 12).

É em Londres que Marx decide aprofundar seus estudos econômicos, “começar tudo de novo e a submeter a exame crítico os novos materiais” (MARX, 2008, p. 50). Depois de um longo processo de pesquisa é que Marx resolve sistematizar suas conclusões por meio dos *Grundrisse*, rascunhos de sua obra principal: *O Capital*. Nesses rascunhos é possível dizer que as pesquisas de Marx estavam concluídas, restando apenas sua forma de exposição. Também encontramos nos *Grundrisse* uma *Introdução à contribuição à crítica da economia política*, texto conhecido pela exposição mais sistemática de Marx acerca de seu método, descrito anteriormente no item sobre os elementos iniciais do método.

Destacamos aqui mais um elemento importante do método. Marx, nessa *Introdução*, aponta que a sociedade capitalista, sendo a organização social mais desenvolvida, mais complexa do ponto de vista da produção material, carrega uma maior riqueza e diferenças categoriais. Nesse sentido, ele inverte os procedimentos positivistas, que vão da análise mais simples para a mais complexa. Vejamos como Marx opera essa inversão:

A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida, mas diferenciada. As categorias que exprimem suas condições, a compreensão de sua própria organização a tornam apta para abarcar a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva arrastando, enquanto que tudo o que fora antes apenas indicado se desenvolveu, tomando toda a sua

significação etc. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior, não pode, ao contrário, ser compreendida senão quando se conhece a forma superior. A economia burguesa fornece a chave da economia antiga etc. Porém, não conforme o método dos economistas, que fazem desaparecer todas as diferenças históricas e veem a forma burguesa em todas as formas de sociedade. (MARX, 2008, p. 264).

Nos *Grundrisse* (e n' *O Capital*) encontraremos toda a sua teoria do valor desenvolvida, com as categorias de mais-valia²⁰, força de trabalho como capacidade de trabalho, trabalho necessário e trabalho excedente, mais-valia absoluta e mais-valia relativa, capital constante e capital variável, entre outras.

Em janeiro de 1859, Marx resolve publicar a primeira parte desses estudos, cuja importância assim é descrita:

Na *Contribuição à crítica da Economia Política*, Marx estuda a mercadoria e o dinheiro ou a circulação simples, desenvolvendo de modo sistemático e completo sua teoria do valor e sua teoria monetária. É também, indubitavelmente, umas das fontes mais importantes – a outra é *O Capital* – para o estudo de seu pensamento econômico. (FERNANDES, Introdução de MARX, 2008, P. 21).

Nesses anos da década de 1850 as dificuldades econômicas e de saúde de Marx continuam. Sua obra *Para a Crítica da economia política* não foi publicada anteriormente porque Marx não tinha dinheiro para postá-la, dizendo, posteriormente que “Seguramente é a primeira vez que alguém escreve sobre dinheiro com tanta falta dele” (JINKINGS; BACKES, 2005). Em 1862, ele tenta emprego como escrevente numa ferrovia, mas é reprovado por sua caligrafia.

É nesse contexto de crescimento econômico; de crises; da guerra civil nos Estados Unidos – que completou o processo de dominação da burguesia industrial; das tentativas de unificação italiana e alemã – que se completariam na década de 1870; das greves francesas entre 1862 e 1864; do levante polonês e de ações de solidariedade internacional que o proletariado se reorganiza, convocando para Londres, no dia 28 de setembro, a fundação da AIT (DEL ROIO,

²⁰ Duayer (2011) traduz “*Mehrwert*” por mais-valor “porque, além de ser a tradução literal de ‘*Meherwert*’, contribui para esclarecer o conteúdo da categoria” (p. 23). Utilizamos o termo mais-valia por sua consolidação nas traduções em português.

2008, p. 79-80), cuja redação do *Manifesto Inaugural*, que coube à Marx, apontava que:

[...] a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores; os esforços dos trabalhadores para conquistar sua emancipação não devem tender a constituir novos privilégios, mas a estabelecer para todos os mesmos direitos e os mesmos deveres; a submissão e a dependência do trabalhador ao capital é a fonte de toda a servidão: política, moral e material; por essa razão, a emancipação econômica dos trabalhadores é o grande propósito ao qual deve se subordinar todo o movimento político; todos os esforços realizados até hoje fracassaram pela falta de solidariedade entre os operários das diversas profissões em cada país, e de uma união fraternal entre os trabalhadores das diversas regiões; a emancipação dos trabalhadores não é um problema simplesmente local ou nacional, mas interessa a todas as nações civilizadas, sendo necessariamente subordinada a solução do problema ao seu concurso teórico e prático; o movimento que se desenvolve entre os operários dos países mais industriais, fazendo nascer novas esperanças, dá uma advertência de não cair em velhos erros, e aconselha combinar todos os esforços ainda isolados. (COGGIOLA, 2008, p, 109-10).

A AIT era composta por diversas organizações operárias, com distintos matizes políticos, entre eles o movimento mutualista e cooperativista, cujas orientações preocupavam Marx e Engels. Diante disso, Marx se envolve ainda mais na produção de *O Capital*, antecipando alguns estudos em curso, como foi a publicação de uma exposição intitulada *Salário, preço e lucro*, em 1865. Também publica nesse mesmo ano uma biografia de Proudhon, que havia morrido recentemente.

Del Roio (2008), analisando a participação dos operários dos principais países industrializados na AIT, afirmará que o sindicalismo inglês se mostrou avesso a qualquer debate ideológico, permanecendo preso às concepções reformistas e sindicalistas. Os trabalhadores franceses passaram por dois momentos nesse processo, primeiramente, sob influência de Proudhon, criticavam as greves e o conflito entre capital-trabalho, que deveria ser superado pelo cooperativismo e pela “troca justa”. Depois da morte de Proudhon, o movimento operário francês se radicaliza, iniciando um processo grevista e de afirmação de sua posição de classe, tendo início a organização do anarco-

sindicalismo. Na Alemanha havia disposição de organização política por parte dos trabalhadores, sendo fundada em 1863 a Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, sob grande influência de Ferdinand Lassale, de perspectivas reformistas, que veio a falecer logo em seguida (DEL ROIO, 2008, p. 81-82).

É diante desse ecletismo que Marx e Engels atuaram na construção da AIT. As polêmicas eram intensas e o I Congresso é convocado para setembro de 1866. Três outros congressos seriam realizados em 1867, 1868 e 1869, confirmando a influência das ideias do sindicalismo revolucionário (ou coletivismo), e também de Marx, entre a maioria dos operários.

No curso desse processo, Marx publica, em 1867, o primeiro volume de *O Capital: crítica da economia política*, obra que busca compreender os fundamentos da sociedade capitalista, sua gênese, seu desenvolvimento e suas crises. Em vida foi publicado somente este volume, os demais foram editados e publicados por Engels. O volume II foi publicado em 1885, o III, em 1894, e o que seria o IV volume, *Teorias sobre a mais-valia*, foi publicado em 1905 por Kautsky.

Em *O Capital*, Marx chega ao ápice de sua produção teórica, revelando os mecanismos de funcionamento da sociedade capitalista. Para o que cabe neste texto, é suficiente apontar, em relação ao método materialista histórico e dialético, sua plenitude, ou seja, para a busca que o autor fazia, desde os *Manuscritos de Kreuznach*, em 1843, da relação Estado/sociedade civil, chegou satisfatoriamente à compreensão desse movimento em *O Capital*. Aqui o pressuposto materialista e a lógica dialética dialogam linha a linha.

O principal objetivo da obra era propiciar ao movimento operário, através da análise da estrutura da sociedade capitalista, as ferramentas teóricas para a sua transformação radical. Os impactos da obra naquele momento foram muito diminutos, o que não desmerece sua importância. Sem dúvida nenhuma, as gerações imediatamente posteriores é que souberam tirar lições proveitosas da produção marxiana.

Logo após a publicação do volume I, Marx inicia estudos sobre a história e as propriedades comunais da Rússia, estabelecendo contatos com militantes russos. Também estuda a história da Irlanda e faz a leitura de Karl E. Dühring,

que será duramente criticado por Engels numa obra posterior, denominada *Anti-Dühring*, que abordaremos adiante.

Outro importante acontecimento foi a fundação do Partido Operário Socialdemocrata alemão, o SPD, em 1869, com o qual Marx e Engels estabelecerão intensa relação, seja de forma positiva, vendo nele a organização operária se politizando, como também de forma crítica, como foram as observações que Marx descreveu, posteriormente, em 1875, no texto *A Crítica do Programa de Gotha*, acerca do programa reformista do Partido. Além do SPD, vários outros partidos operários foram construídos nesse período²¹, demonstrando que a luta de classes havia atingido um patamar superior de conflitos.

2.3.11. A Comuna de Paris e a crise da AIT

É no principal momento da política expansionista do Império francês, de conflitos intraburgueses, que a classe operária vivenciará a primeira experiência e tentativa de construção de uma nova ordem social, que foi a Comuna de Paris.

Napoleão III, em sua política de expansão comercial, colocou a França em guerra com a Prússia, em 1870/71. O que se imaginava como uma fácil tarefa se tornou um pesadelo francês. A Prússia, sob governo de Bismarck e que patrocinava a unificação alemã sob sua hegemonia, derrotou facilmente a nação inimiga na batalha de Sedan, onde Napoleão III foi aprisionado. Em 28 de janeiro de 1871, os dois governos assinaram uma convenção sobre os termos do pós-guerra, com exigências humilhantes à França: indenização de 200 milhões de francos, obrigatoriamente pagos em duas semanas; rendição dos fortes de Paris, entrega da artilharia e munições do exército de Paris. Logo em seguida, também confirmando previsão de Marx no *18 Brumário*, a República é reinstalada na França.

Nesse momento, em Paris, os operários, por meio da Guarda Nacional, instauram um governo revolucionário e defendem a cidade dos ataques prussianos. A burguesia francesa se divide, uma parte defendia a continuidade da

²¹ Ver Coggiola (2008), *Marx, Engels e o movimento operário da segunda metade do século XIX*.

guerra, a outra, que é majoritária no governo provisório, preocupada com os acontecimentos em Paris, receava que a continuidade da guerra levasse o país ao controle operário, que já acontecia na capital com a instalação da Comuna. Seu primeiro manifesto apontava o caminho:

Os proletários de Paris, [...] em meio aos fracassos e às traições das classes dominantes, compreenderam que chegou o momento de salvar a situação, tomando em suas mãos a direção dos negócios públicos [...]. Compreenderam que é seu dever imperioso e seu direito incontestável tornar-se donos de seus próprios destinos, tomando o Poder. (MARX, 1986a, p. 69).

E suas primeiras medidas foram: supressão do serviço militar obrigatório com o reconhecimento da Guarda Nacional como única força armada, da qual os operários faziam parte; isenção do pagamento de aluguéis de moradias; representação estrangeira na Comuna como afirmação do internacionalismo proletário; teto para os salários dos membros da Comuna; separação da Igreja e do Estado com o fim de toda inversão pública de recursos para a Igreja, declaração de propriedade pública dos bens da Igreja e retirada de todos os símbolos e referências religiosas das escolas; levantamento das fábricas fechadas pelos patrões com a finalidade de controle operário; extinção do trabalho noturno dos padeiros; supressão das casas de penhor; derrubada da Coluna de Vendôme com a estátua de Napoleão, entre outras (ENGELS, Introdução de MARX, 1986a, p. 22-23). Além disso, cabe o destaque para o internacionalismo exercido na Comuna com a nomeação de um alemão, Leo Frankel (1844-1896), para Ministro do Trabalho.

E o que era a Comuna de Paris? Engels sintetiza:

Ultimamente, as palavras “ditadura do proletariado” voltaram a despertar o terror ao filisteu social-democrata. Pois bem, senhores, quereis saber que face tem essa ditadura? Olhai para a Comuna de Paris: eis aí a ditadura do proletariado! (Idem, p. 29).

Diante desse perigo, o governo francês, em Versalhes, faz um acordo com a Prússia, que liberta mais de 140.000 soldados franceses que, juntamente com apoio do governo prussiano massacraram, depois de pouco mais de dois meses de batalha, a Comuna de Paris.

A AIT, solidária ao processo revolucionário, mesmo com destacado acompanhamento e participação terá pouca influência nessa experiência. As ideias de Proudhon e, principalmente, de Louis Auguste Blanqui tiveram enorme ascendência sobre os destinos da Comuna.

Por meio dos manifestos da AIT, em especial três deles que serão publicados na obra *Guerra Civil na França*, produzido durante o processo e publicado em junho de 1871, Marx concluirá suas análises sobre a França, iniciadas com *Lutas de Classe na França* e *O 18 Brumário* e atestará e reforçará suas considerações sobre o caráter de classe do Estado, reafirmando a necessidade de a classe operária avançar da organização econômica para a política, ou seja, a organização proletária em partido que almeje a conquista do poder político.

Nos dois primeiros textos, Marx aponta quais deveriam ser as ações da AIT diante da guerra franco-prussiana, avalia sob uma perspectiva de classe o significado do militarismo e da guerra, como as questões econômicas das burguesias estavam interligadas na guerra e o papel do internacionalismo proletário dos trabalhadores franceses e alemães contra suas classes dominantes.

No terceiro texto, Marx descreve detalhadamente o processo de constituição da Comuna, os acordos produzidos pelo governo francês com Bismarck por meio de documento a que a Comuna teve acesso, um resgate histórico desde a revolução de fevereiro de 1848, momento da instituição da segunda república, e avalia os feitos heroicos e os erros cometidos pela Comuna. Entre os erros, Marx aponta que “a classe operária não pode limitar-se simplesmente a se apossar da máquina do Estado tal como se apresenta e servir-se dela para seus próprios fins” (MARX, 1986a, p. 69). Nessas reflexões sua concepção de Estado é desenvolvida por meio de uma análise da relação entre o desenvolvimento material das sociedades e suas expressões políticas, tanto sob o feudalismo como sob a sociedade burguesa, descrevendo como as alterações nos modos de produção produziram alterações nas formas de organização política da sociedade, em que o Estado se apresentava cada vez mais como “máquina do despotismo de classe” (Ibid., p. 70). Esse texto, com a descrição dos feitos do operariado em Paris, completa suas análises históricas sobre a França.

Com a derrota da Comuna de Paris, os conflitos no interior da AIT se aguçam, pois, além da diversidade já existente, os anarquistas, adeptos de Bakunin, que aderiram à AIT em 1868, se recusavam a acatar as decisões da Associação, pois eram contra qualquer tipo de organização política, de centralização de decisões. A cisão estava dada.

No Congresso convocado para Haia, em 1872, em que as posições de Marx são majoritárias, é decidida a transferência do Conselho Geral da AIT para Nova York. Antevendo que, após a derrota da Comuna, as posições de seita teriam fôlego nas diversas organizações e as divergências se intensificariam, a mudança de local tentava preservar um embrião para uma posterior reorganização. Dessa forma, em 1876, a AIT se extinguiu.

Marx, em 1873, devido à gravidade de seu estado de saúde, é proibido de realizar qualquer tipo de trabalho, viajando com a filha para tratar de sua saúde em 1874.

2.3.12. A Grande Depressão e a fase monopolista e imperialista do capital

E nesse momento, em 1873, o mundo capitalista conheceu sua primeira grande crise econômica. Iniciada com a quebra da Bolsa de Viena, a crise se espalhou rapidamente pela Europa e para os Estados Unidos, acarretando um longo período de depressão, indo até 1895 (COGGIOLA, 2009).

Nessa crise, somente as grandes empresas suportaram o abalo. As pequenas faliram ou foram incorporadas às grandes. Os monopólios e oligopólios se formaram, as grandes empresas fundiram-se com grandes bancos, formando o capital financeiro. A corrida colonial, na busca de fontes mais baratas e estratégicas de matéria prima, intensificou-se novamente. A exportação de capitais, com o excedente financeiro, tornou-se uma nova fonte de acumulação e os cartéis e trustes monopolizavam os mercados internos e externos.

Além disso, novas formas de produção são introduzidas por meio da denominada Segunda Revolução Industrial que, além de revolucionar a forma de produção capitalista, promoveu um brutal encarecimento dos custos das

tecnologias, impossibilitando sua fácil propagação, como foi na fase anterior, de livre concorrência. Ao mesmo tempo, esse processo possibilitou o barateamento de inúmeros itens dos custos de vida dos trabalhadores, ou seja, a exploração da mais-valia relativa.

Nesse sentido, o modo de produção capitalista ganhava uma nova face: imperialista e monopolista. O desenvolvimento da livre concorrência criou o seu próprio contrário, o monopólio. Essa superação se deu num novo patamar, a disputa entre as empresas se transformou numa nova concorrência, só que numa condição distinta, na concorrência entre grandes monopólios e, conseqüentemente, entre as nações. Lênin definiu esse momento da seguinte forma:

[...] convém dar uma definição do imperialismo que inclua os cinco traços fundamentais seguintes: 1) a concentração da produção e do capital levada a um grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica; 2) a fusão do capital bancário com o industrial e a criação, baseada nesse “capital financeiro”, da oligarquia financeira; 3) a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande; 4) a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si, e 5) o termo da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes. O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a Terra entre os países capitalistas mais importantes. (LENIN, 1984, p. 367-368).

A luta entre os capitalistas e a corrida colonial, além da dimensão econômica (manutenção dos países dominados como produtores de matérias-primas e importadores de produtos industrializados), ganham também uma dimensão política (controle político e militar), cultural e social (imposição dos próprios padrões culturais: ideias, valores, hábitos, costumes, modos de vida, sistemas políticos, educacionais e ideológicos etc.), preparando as condições para o ápice dessa nova concorrência, a primeira guerra mundial, que viria a ocorrer no início do século XX.

2.3.13. O legado de Marx e Engels

O final da década de 1870 e início de 1880 são os últimos anos de vida de Marx, momento em que se dedicou à preparação dos volumes II e III de *O Capital*; além de continuar seus estudos sobre as comunas russas, sobre geologia, física e matemática, participou de campanhas operárias e viu sua esposa adoecer e falecer em 1881. Marx faleceu em Londres, em 1883.

Engels, nesse período, dedica-se à publicação de *Crítica ao Programa de Gotha*, de Marx, e publica, em 1878, a obra *Anti-Dühring*, respondendo a um pedido do SPD a respeito das proposições de Dühring, que pretendia apresentar um novo sistema filosófico e socialista. Muito mais do que uma resposta a um personagem que só ficou conhecido por essa polêmica, essa obra de Engels foi uma síntese da produção dos dois teóricos, fundamentalmente acerca do método de Marx. Vejamos sinteticamente o conteúdo desses dois textos.

Na *Crítica ao Programa de Gotha*, Marx avalia o programa do que viria a ser o Partido Social Democrata Alemão, junção de dois importantes setores políticos influenciados por Liebknecht e Bebel, militantes políticos de Eisenach, cidade alemã, e por Ferdinand Lassalle, importante militante social democrata alemão. Escrita em 1875 e publicada em 1891, a *Carta* é um importante documento, pois contém uma dura crítica ao esboço do programa do partido e discute conceitos e programa da transição socialista ao comunismo, num dos raros momentos em que Marx projeta perspectivas sobre a sociedade futura. Nesse texto Marx descreve que, na transição, elementos da velha sociedade ainda conviverão com os da nova sociedade, que o trabalho ainda conterà medida de valor, pois cada indivíduo dará sua cota de trabalho e, deduzidas as despesas com todas as questões da reprodução social e do trabalho, obterá aquilo que produziu.

Aqui impera, evidentemente, o mesmo princípio que regula o intercâmbio de mercadorias, uma vez que este é um intercâmbio de equivalentes. Variaram a forma e o conteúdo, porque sob as novas condições ninguém pode dar senão seu trabalho, e porque, de outra parte, nada pode passar a ser propriedade do indivíduo, fora dos meios individuais de consumo. Mas, no que se refere à

distribuição destes entre os diferentes produtores, impera o mesmo princípio no intercâmbio de mercadorias equivalentes: troca-se quantidade de trabalho, sob uma forma, por outra quantidade igual de trabalho, sob outra forma diferente. (MARX, 2001, p. 7).

Marx, diante dessas condições, afirma que a igualdade do direito burguês ainda prevalece, pois a igualdade ainda é medida pela quantificação de trabalho, que essas relações ainda são necessárias num período de transição, pois, “O direito não pode ser nunca superior à estrutura econômica nem ao desenvolvimento cultural da sociedade por ela condicionado” (Idem, p. 7). Somente depois de um processo histórico de desaparecimento da subordinação forçada dos indivíduos à divisão do trabalho, de desaparecimento da contraposição do trabalho intelectual e manual, com o desenvolvimento do indivíduo em todas as esferas, com o desenvolvimento das forças produtivas e da riqueza social, “só então será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte do direito burguês e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: de cada qual, segundo sua capacidade, a cada qual, segundo suas necessidades” (Ibid., p.7-8). Marx continua sua crítica ao programa de Gotha no tratamento da distribuição da riqueza como algo distinto da forma como ela é produzida, afirmando que a distribuição é consequência do modo de produção de uma determinada sociedade; criticando o viés nacionalista do programa; questionando a compreensão lassaliana do trabalho assalariado; criticando a concepção de Estado “neutro” que ajudaria a constituição de cooperativas de produção que abririam caminho ao socialismo.

Para o tema do Estado, Marx dedica um questionamento mais detalhado. Em primeiro lugar, ele critica a generalização que o programa faz do Estado quando proclama a necessidade de um “Estado livre”.

A “sociedade atual” é a sociedade capitalista, que existe em todos os países civilizados, mais ou menos livre de complementos medievais, mais ou menos modificada pelas particularidades do desenvolvimento histórico de cada país, mas ou menos desenvolvida. Pelo contrário, o “Estado atual” se modifica com as fronteiras de cada país. No Império prussiano é diverso do que existe na Suíça, na Inglaterra é diferente do dos Estados Unidos, “O Estado atual” é, portanto, uma ficção. (Ibid, p. 12).

Marx não descola uma categoria de análise, um conceito, de sua expressão real, histórica. Ainda que elementos genéricos do Estado possam ser apresentados, é preciso conjugá-los com a forma em que se expressam. É nesse sentido que discute a transição do Estado para uma sociedade sem Estado. Entre uma forma e outra, a ditadura revolucionária do proletariado é a sua expressão. Aqui vale uma breve avaliação do conceito de ditadura do proletariado. Marx descreve as sociedades de classe, portanto, as sociedades em que o Estado é a expressão das relações sociais entre opressores e oprimidos, em que as classes dominantes exercem, por meio da propriedade privada dos meios de produção, seu domínio político pelo Estado como dominação ditatorial, ainda que revestida da forma democrática. Portanto, o Estado, em todas as suas formas, é necessariamente uma dominação despótica. Com a transição socialista, o Estado não perde essa característica, a nova sociedade que se inicia carrega elementos da velha sociedade, o Estado, sob novo tipo, ainda é um Estado de dominação de classe, mas, agora, nessa transição socialista, ele expressa a dominação da antiga classe oprimida sobre a velha classe opressora que usará de todos os meios para retomar o poder econômico e político que detinha. Por isso, a ditadura revolucionária do proletariado é a transição para a construção de uma sociedade onde a dominação de uma classe por outra não seja mais necessária assim como o Estado, onde a nova sociedade seja a sociedade dos livres produtores associados.

Marx critica o programa por não apresentar uma estratégia que supere a existência do Estado, da exploração etc., pois o texto contém apenas um programa de ações nos marcos da sociedade burguesa.

Além disso, por fim, sua crítica dirige-se também para a reivindicação sobre a educação a cargo do Estado e outras questões pontuais. No programa de Gotha consta a reivindicação de “Educação popular geral e igual a cargo do Estado. Assistência escolar obrigatória para todos” (Ibid, p. 13). Vejamos sua crítica a essa exigência:

Educação popular igual? Que se entende por isso? Acredita-se que na sociedade atual (que é a de que se trata), a educação pode ser igual para todas as classes? [...] “Assistência escolar para todos. Instrução gratuita”. [...] O fato de que em alguns Estados [...] sejam “gratuitos” também os centros de ensino

superior, significa tão somente, na realidade, que ali as classes altas pagam suas despesas de educação às custas do fundo dos impostos gerais. [...] O parágrafo sobre as escolas deveria exigir, pelo menos, escolas técnicas (teóricas e práticas), combinadas com as escolas públicas. Isso de “educação popular a cargo do Estado” é completamente inadmissível. Uma coisa é determinar, por meio de uma lei geral, os recursos para as escolas públicas, as condições de capacitação do pessoal docente, as matérias de ensino etc., e velar pelo cumprimento destas prescrições legais mediante inspetores do Estado, como se faz nos Estados Unidos, e outra coisa completamente diferente é designar o Estado como educador do povo! Longe disto, o que deve ser feito é subtrair a escola a toda influência por parte do governo e da igreja. (MARX, 2001, p. p.13-14).

Como se vê, Marx defende a autonomia da classe operária dos instrumentos de dominação do Estado, ainda que a luta política cotidiana seja importante para arrancar direitos nos marcos da sociedade burguesa. O que Marx critica é que o partido transforme as reivindicações imediatas, táticas, em programa estratégico.

Na obra *Anti-Dühring*, Engels, no prefácio da segunda edição, diz que a polêmica com Dühring “transformou-se em uma exposição mais ou menos coerente do método dialético e da ideologia comunista defendida por Marx e por mim, numa série de domínios bastante vastos” (ENGELS, 1979, p. 9). A obra é dividida em três seções interrelacionadas sobre filosofia, economia política e socialismo. Um elemento de destaque (e também de polêmica posterior) nessa obra, e que se estende a outro texto - *Dialética da natureza*, é o debate sobre a existência de um movimento dialético da natureza sem a intervenção humana. Cabe lembrar que o final do século XIX foi um período de intensas transformações nas ciências naturais, com o destaque para as descobertas de Charles Darwin. Foi nesse ambiente que Engels elaborou suas novas reflexões.

Tratava-se, evidentemente, de que eu, ao fazer a recapitulação das matemáticas e ciências naturais, procurava convencer-me sobre uma série de pontos concretos – sobre o conjunto eu não tinha dúvidas, - de que, na natureza, se impõem, na confusão das mutações sem número, as mesmas leis dialéticas do movimento que, também na história, presidem à trama aparentemente fortuita dos acontecimentos; as mesmas leis que, formando igualmente o fio que acompanha, de começo e fim, a história da evolução

realizada pelo pensamento humano, alcançam pouco a pouco a consciência do homem pensante; leis essas primeiramente desenvolvidas por Hegel, mas sob uma forma que resultou mística, a qual o nosso esforço procurou tornar acessível ao espírito, em toda a sua simplicidade e valor universal (ENGELS, 1979, p. 11).

A polêmica sobre a dialética da natureza foi objeto de intensos debates entre os marxistas ao longo do século XX. Lukács²² e Karl Korsch²³ iniciaram as primeiras reflexões sobre a distinção entre Marx e Engels, nessa seara.

Um texto dessa obra – *Do socialismo utópico ao socialismo científico* – amplamente divulgado e publicado em separado também exerceu enorme influência sobre as gerações marxistas, pois sintetizava as diferenças no campo socialista e resumia o materialismo histórico e dialético.

Engels, que se considerava o “segundo violino” em relação a Marx, reconhecia a importância de seu companheiro nos seguintes termos:

Recentemente mencionaram várias vezes o papel que tive na elaboração desta teoria, por isso não posso furtar-me a dizer aqui as poucas palavras necessárias a esclarecer as coisas. Não posso negar que antes e durante minha colaboração de quarenta anos com Marx tive uma certa participação independente, tanto na fundação, quanto na elaboração da teoria. Mas a maior parte das ideias, diretrizes fundamentais, particularmente no campo econômico e histórico, e especialmente a sua clara formulação definitiva pertencem a Marx. A contribuição que dei – exceto para uma ou outra ciência especial – poderia ter sido trazida por Marx mesmo sem mim. Ao contrário, o que Marx fez, eu não estaria em condições de fazer. Marx estava mais acima, via mais longe, tinha uma visão mais ampla e mais rápida que todos nós. Marx era um gênio, nós, no máximo, tínhamos talento. Sem ele a teoria estaria muito longe de ser o que é. É com razão, portanto, que ela leva o seu nome (ENGELS apud JONES, p. 385).

No discurso fúnebre em homenagem a Marx, Engels disse que “Seu nome e sua obra permanecerão por séculos afora”, reconhecendo a magnitude de sua produção. Nesse sentido, Engels se dedicou, conforme afirmamos anteriormente, à edição e publicação dos demais volumes de *O Capital* assim como de outras

²² LUKÁCS (2003)

²³ KORSCH (2008).

obras de Marx, dando continuidade também às batalhas no campo político, conhecendo Kautsky e Bernstein.

Em 1883, publicou *A dialética da natureza*; em 1884, publicou *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, um importante estudo acerca das origens das sociedades de classe; participou da fundação da II Internacional, em 1889; em 1894 publicou *Contribuição à história do cristianismo primitivo e A questão camponesa na França e Alemanha* e, seu último e polêmico escrito, a *Introdução* da obra *As lutas de classe na França*, em 1895.

Sobre a polêmica da *Introdução*, que se tornou um verdadeiro testamento político de Engels, pois foi seu último escrito, deve-se compreender o processo de luta política em curso, com vários partidos operários fundados e em pleno desenvolvimento, cujas observações de Engels incomodaram os editores da obra, o Partido Operário Social Democrata Alemão (SPD), poderoso partido operário que conquistava cada vez mais espaço institucional.

Nessa *Introdução*, Engels sinalizava as diversas frentes de atuação do movimento operário, desde as tarefas no campo institucional até a necessária luta armada, não mais como destacamento de uma minoria, mas como uma ação de massas. Dizia também que o capitalismo de 1895 não era o mesmo de 1850, que o proletariado deveria tirar lições do desenvolvimento capitalista e da derrota da Comuna de Paris para as lutas daquele período.

Como o SPD estava em plena ascensão, sem querer assustar ainda mais a burguesia alemã, foi solicitado a Engels que revisasse seu texto, o que foi prontamente atendido. Acontece que nesse processo, o SPD publicou, sem autorização de Engels, a *Introdução* somente com passagens selecionadas que faziam entender que a via parlamentar poderia ser a ação privilegiada dos partidos operários, o que provocou sua fúria e reprimenda. Engels, então, solicitou que o Partido publicasse sua *Introdução* na íntegra, conforme carta endereçada a Kautsky:

Vi hoje no *Vorwärts* um extrato de minha *Introdução*, publicado sem meu consentimento e arrumado de tal modo que surjo como um pacífico adorador da legalidade a todo custo. Essa é mais uma razão para que deseje ver publicada integralmente a *Introdução* na *Neue Zeit*, a fim de que seja dissipada essa vergonhosa

impressão (ENGELS, Introdução de Marx, 1986b, p. 29, grifos do autor).

Seu pedido não foi atendido. Esse texto mutilado causou verdadeira confusão no seio da II Internacional, cujas interpretações foram as mais variadas. Eduard Bernstein, um dos mais próximos colaboradores, por exemplo, tomando como referência essa Introdução, afirmará que suas posições reformistas eram as mesmas de Engels. Somente em 1930, na URSS, o texto completo foi publicado.

Engels morre em 5 de agosto de 1895, suas cinzas foram lançadas ao mar em Eastbourne. Suas ideias, assim como as de Marx, continuam rondando o mundo. O legado de Marx e Engels seguiu sob direção da II Internacional, que reuniu uma nova geração e que teve a difícil tarefa de aliar a teoria com a práxis revolucionária.

3. A II INTERNACIONAL: OS TORTUOSOS CAMINHOS DA RELAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Como já havíamos afirmado anteriormente, o momento de reorganização internacional do movimento operário deu-se sob profundas mudanças econômicas, políticas e sociais. Desde 1860 a expansão das indústrias siderúrgicas e a concentração industrial aceleraram-se com a denominada II Revolução Industrial. O neocolonialismo foi a forma adequada para os países imperialistas controlarem as fontes de matéria prima, a exportação de capitais e o controle de mercados de consumo. A ação imperialista dos estados, juntamente com os interesses dos grandes monopólios, deu a tônica das relações internacionais entre os países, em meio à primeira grande crise econômica do capitalismo, que se estendeu de 1873 a 1895.

A classe trabalhadora, principalmente a europeia e a dos Estados Unidos, também passou por profundas mudanças sociais. As lutas travadas até então asseguraram direitos e conquistas em variados setores sociais, como a organização sindical, direitos trabalhistas, sufrágio universal em alguns locais, melhoria das condições de trabalho para determinados setores operários, a necessidade da solidariedade internacional, entre outras. Se no período anterior, nos países centrais do capitalismo, a única forma de aumento de lucratividade foi a exploração da força de trabalho de forma absoluta, a partir do final do século XIX, a burguesia, com as lutas em curso e com o avanço tecnológico, pôde explorar a força de trabalho de forma relativa. Isso não garantiu a diminuição da exploração, pelo contrário, ela se intensificou pela utilização de capital constante (trabalho morto) em relação ao capital variável (trabalho vivo). As consequências foram o aumento do desemprego, a possibilidade de melhora no poder de alguns setores operários e a intensificação dos conflitos entre os países imperialistas.

Ainda como elemento introdutório deste tema, é importante tratar do legado de Marx e Engels, que esboçamos anteriormente e que seguirá aqui como mapeamento das gerações de teóricos que caminharam pelas trilhas do materialismo histórico e dialético. Evidentemente que trataremos deles na intrincada relação que tiveram com suas questões práticas, ou seja, com a luta política e seu contexto.

Segundo Anderson (2004), os principais teóricos contemporâneos a eles e que estabeleceram relação direta com Engels foram Labriola (1843-1904), Mehring (1846-1919), Kautsky (1854-1938) e Plekhanov (1856-1918). Bernstein (1850) e Morris (1834-1896) também são citados pelo autor, mas num plano inferior. Essas principais figuras situavam-se em regiões economicamente mais atrasadas do leste e do sul da Europa. Labriola, filho de um proprietário de terras na Campânia, filósofo hegeliano, aderiu ao marxismo por volta de 1890. Mesmo estimulando a criação de um partido socialista na Itália, não participou de sua fundação por divergências com seu programa. Foi colaborador do periódico francês *Le Devenir Social* e escreveu a obra *Ensaio sobre a concepção materialista da história* (1896). Mehring, filho de um *junker* da Pomerânia, entrou para o Partido Socialdemocrata Alemão (SPD) em 1891, sendo colaborador do *Die Neue Zeit*, principal revista teórica do Partido, publicando importantes obras, como *Sobre o materialismo histórico* (1893), *Correspondências entre Marx e Engels* (1913) e *Karl Marx* (1918), a primeira grande biografia do autor, além de ensaios sobre literatura e arte. Kautsky, filho de um pintor da Boêmia, se aproximou do movimento operário como jornalista, tornando-se editor do *Die Neue Zeit*, redigiu o programa oficial do SPD no Congresso de Erfurt e escreveu obras como *A concepção materialista da história*, *As origens do cristianismo*, entre outras. Editou as *Teorias da mais-valia*, obra de Marx. Plekhanov, filho de proprietário de terras em Tambov, na Rússia central, aproximou-se do marxismo no exílio suíço, fundando, em seguida, a organização política Grupo Emancipação do Trabalho. Foi membro do Comitê Central do Partido Operário Socialdemocrata Russo e de seu órgão de imprensa, o *Iskra*, escrevendo a obra *O desenvolvimento da concepção monista da história* (ANDERSON, 2004, p. 26-29)

Todos esses teóricos e militantes

[...] estavam interessados, de diferentes maneiras, em *sistematizar* o materialismo histórico como uma teoria geral do homem e da natureza, capaz de substituir disciplinas burguesas rivais e dotar o movimento operário de uma visão de mundo ampla e coerente que pudesse ser facilmente apreendida por seus militantes. Tal tarefa envolveu esses “novos teóricos”, da mesma forma que ocorrera com Engels, com um duplo compromisso: elaborar os princípios filosóficos gerais do marxismo como concepção da história e estendê-lo a domínios que não tinham

tido abordados por Marx. (ANDERSON, 2004, p. 27-28, grifo do autor).

Com a preocupação de sistematizar as obras de Marx e Engels é que essa tarefa será levada adiante por importantes figuras dos partidos operários que surgiam nesse momento. A geração seguinte, herdeira da tradição clássica, estará diante de algo que Marx e Engels não vivenciaram: um vigoroso movimento operário de massas. A II Internacional foi constituída nesse contexto.

3.1.A REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO OPERÁRIO E A FUNDAÇÃO DA II INTERNACIONAL

Em meio à divisão do movimento operário francês, responsável pela organização do I Congresso Internacional Operário Socialista, em Paris, no período de 14 a 21 de julho de 1889, é refundada a organização internacional dos trabalhadores, conhecida como II Internacional. Com o movimento operário francês dividido, dois setores anunciaram a organização do Congresso, o marxista e o possibilista, cujas distinções veremos adiante.

É nesse primeiro congresso (o marxista) que será aprovado o dia 1º de maio como Dia internacional dos trabalhadores, em função dos assassinatos de operários em Chigago, em 1887, e da adoção da luta pela jornada diária de trabalho de oito horas. Estiveram presentes, segundo Carone (1993), cerca de 200 delegados²⁴ dos seguintes países: França, Alemanha, Inglaterra, Argentina, Áustria, Bélgica, Boêmia, Bulgária, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, Holanda, Itália, Noruega, Polônia, Romênia, Rússia, Suécia e Suíça. Engels, que trabalhou intensamente para garantir a maioria de delegados afinados com as teses marxistas, não participou do congresso, dedicando-se à edição dos demais volumes de *O Capital*.

A primeira observação sobre a II Internacional é a sua diversidade. Variadas organizações com diversas perspectivas políticas conviveram em suas

²⁴ Coggiola (2008) afirmou que esse congresso contou com a participação de 300 delegados.

distintas fases. Edgar Carone (1993), em sua obra *A II Internacional pelos seus congressos (1889-1914)*, dividiu sua trajetória da seguinte forma:

1) de 1889-1895, período de crescimento da burguesia europeia, com a consequente ampliação numérica e organizativa do operariado; domina a ideia de que há mudança gradativa, “natural” do movimento operário, o que levará à extinção do regime da burguesia; 2) a crise de 1893 já está superada em 1895, a prosperidade econômica e a alta de preços fazem pensar que a classe burguesa teria condições de sobreviver durante muito tempo; é o momento em que Bernstein formula a teoria revisionista; 3) a Revolução Russa de 1905 anuncia a nova fase revolucionária, e aparecem lideranças mais radicais na Alemanha (Karl Liebknecht, Rosa Luxemburgo), nos Países Baixos (Pannekoek), na Rússia (Lênin) e os anarco-sindicalistas na França e Itália. (CARONE, 1993, p. 14).

A segunda observação é que a dinâmica de funcionamento da II Internacional estava dada diretamente pelas experiências dos principais partidos que se reuniam nela. Assim, é importante apresentar, em linhas gerais, as características de algumas organizações que serviram de modelo aos demais.

3.2. O SPD COMO MODELO DE PARTIDO OPERÁRIO

Fundado, em 1875, pela junção das Associações Operárias Alemãs com a Associação dos Trabalhadores, o Partido Socialdemocrata Alemão (SPD) fará a fusão de teses marxistas com o reformismo de Lassale. Marx e Engels fizeram duras críticas ao programa do Partido, mas estabeleceram relações de proximidade e colaboração. Da fundação ao Congresso de Erfurt, em 1891, essa ambiguidade programática foi motivo de intensas disputas internas. O período de repressão pós-guerra franco-prussiana e da Comuna de Paris se abateu também sobre os trabalhadores alemães, provocando, segundo Carone (1993), a saída de setores oportunistas do partido.

O Programa de Erfurt, que substituiu o de Gotha, é de autoria de Karl Kautsky. O texto é de tendência marxista, sendo abandonada qualquer veleidade de caráter lassaliano. Na primeira parte são apresentados os problemas da monopolização dos meios de produção, da ruína das classes médias, da multiplicação das crises, do papel emancipador da classe operária, da internacional

operária. Na segunda parte aparece a lista das reivindicações: sufrágio universal direto e estendido às mulheres, separação entre Igreja e Estado, laicidade das escolas, imposto progressivo sobre a renda, legislação social (8 horas de trabalho, interdição do trabalho aos menores de 15 anos, seguro pago pelo Estado. (CARONE, 1993, p. 18).

O SPD demonstrará um importante grau de organização nesse período, aumentando cada vez mais sua relação com o movimento sindical, produzindo uma importante literatura partidária e formação política em suas escolas e com um crescimento eleitoral ascendente, tornando-se o principal partido da Alemanha no início do século XX. Os dados seguintes demonstram o crescimento eleitoral do Partido. Em 1871, 124.655 votos; 1877, 493.158 votos; 1887, 763.128 votos; 1890, 1.427.298 votos; 1898, 2.107.076 votos; 1907, 3.259.020 votos; 1912, 4.250.329 votos. (CARONE, 1993, p. 19).

Isso, mesmo demonstrando força, não representava capacidade de maior influência sobre o poder político na Alemanha, pois a Constituição de 1867, sob controle da Prússia e de Bismarck, deu pleno controle político ao executivo, ou seja, ao rei da Prússia, através de um chanceler, ele próprio.

Ao mesmo tempo em que cresceu, o SPD encontrou limites.

Os anos que cobrem o decênio de 1890 e 1900 são ricos e favoráveis ao PSDA. O seu prestígio se estende para o exterior, sua estrutura serve de modelo para as correntes do mundo inteiro. Mas o corpo burocrata, criado após a legalidade de 1890, o obriga a se burocratizar cada vez mais, na medida em que o partido vai vencendo as eleições [...]. O número de atividades do partido se multiplica e pesa: escolas, prédios, tipografias, jornais etc. [...]. A organização e o seu aparelho tornaram-se tão importantes para os membros e para aqueles que geriam e exerciam funções, que sua manutenção e desenvolvimento se sobrepuseram por vezes aos objetivos a que deveria servir e às finalidades que a haviam feito nascer. A manutenção do objetivo revolucionário, cujo abandono privaria o movimento de seu impulso mais profundo, criava uma tensão contraditória com o objetivo das melhorias e conquistas no seio da ordem econômico-social existente. Em vez de se completarem, os dois grandes conjuntos de objetivos paralisavam-se mutuamente [...]. (CARONE, 1993, p. 21).

Essa dicotomia encontrará um momento trágico com a guerra mundial, que abordaremos posteriormente. De qualquer forma, o SPD se tornou referência para

o movimento operário internacional entre o final do século XIX e início do século XX. Com a derrota da Comuna de Paris, com uma rápida industrialização e com a concentração de meios de produção, o centro político da luta de classes se deslocou para a Alemanha. Coggiola (2008) caracterizou a situação do SPD, na Alemanha, da seguinte forma:

Em alguns países, na Alemanha em primeiro lugar, já era considerada, com seus parlamentares, sindicatos, e toda uma rede de associações culturais, teatros, clubes esportivos, associações juvenis e infantis, uma “sociedade dentro da sociedade”, uma sociedade paralela que pré-figurava a sociedade socialista do futuro. (COGGIOLA, 2008, p. 130).

Inicialmente, a marca do SPD era o ecletismo de posições teóricas socialistas, com destaque para a influência de Lassalle, conforme vimos nas duras avaliações que Marx apresenta na *Crítica ao programa de Gotha*. Nesse momento, as teses de Marx e Engels não foram assimiladas pelo conjunto do partido. Eram restritas a alguns de seus dirigentes.

Como sistema concluído em si mesmo e como visão política do mundo, o marxismo se organizou posteriormente, no período que vai do fim nos anos 70 à morte de Engels; e então condicionou os programas e a tática da social-democracia alemã, bem como – mas com algumas limitações fundamentais – da Segunda Internacional. Decerto, isso não exclui o fato de que alguns elementos da teoria marxista – enunciados sobretudo no *Manifesto* e no Livro I de *O Capital* – já haviam sido assimilados pelo movimento operário alemão e internacional no final dos anos 60 e no decorrer dos anos 70. A formação de uma ortodoxia marxista e seu vínculo com o movimento operário tiveram lugar em condições históricas particulares, que devem ser analisadas [...] substancialmente associadas ao nome de Karl Kautsky. (STEINBERG, 1983, p. 208).

Sem dúvida, o grande teórico do SPD foi Kautsky, responsável pela “paternidade das noções de ‘marxista’ e de ‘marxismo’ no sentido que assumiu em nosso vocabulário [...]” (HAUPT, 1983, p. 364) e por sua difusão, tendo a revista *Neue Zeit*, órgão oficial do partido, como principal veículo no início dos anos de 1880.

No instante de maior desalento, no verão de 1882 (ao tempo das leis de exceção anti-socialistas), usei propor ao editor Dietz

fundar uma revista mensal. Acabara de libertar-me do socialismo eclético, então amplamente difundido, uma mixórdia de elementos lassalianos, rodbertussianos, langhianos, dühringianos com elementos marxianos, para tornar-me um marxista consequente, unido a Bernstein, com quem colaborava desde janeiro de 1880. Queríamos dedicar todos os nossos esforços justamente à difusão dessa nova conscientização. (KAUTSKY apud HAUPT, 1983, p. 364-365).

A revista, que depois de dez anos tornou-se semanal, foi um importante instrumento de difusão do marxismo e de luta política não só na Alemanha, como em outras partes da Europa. O fato é que o marxismo defendido por Kautsky e Bernstein foi um importante instrumento de luta interna no SPD contra outras posições. Ignaz Auer, militante do partido e opositor interno, assim definiu a concepção desses dois dirigentes: “Eu não conheço uma religião de Marx, nem um programa de Marx ao qual eu ou outros companheiros tenhamos jurado fidelidade; só conheço um programa do partido. Kautsky prega uma religião de Marx”. (AUER, Apud Haupt, 1983, p. 368).

Kautsky apresenta um aspecto de sua concepção do marxismo da seguinte forma: “É o método que resulta da aplicação da concepção materialista da história à política: graças a ele o socialismo se tornou uma ciência [...]. No socialismo marxista o essencial é o método, não os resultados”. (KAUTSKY Apud Haupt, 1983, p. 369). É a partir desse referencial que Kautsky se aproxima das concepções evolucionistas de Darwin. Como ele mesmo diz: “Marx e Engels ‘partiram de Hegel, eu parti de Darwin’”. (Idem, p. 382).

É a partir desse momento que Haupt identifica a difusão dos termos marxista e marxismo, avançando para diferenciações internas.

O “marxismo” se divide em escolas hostis, e a terminologia, conseqüentemente, sofrerá várias modificações. Daí por diante “marxismo” será acompanhado de algum qualificativo e o conjunto de uma série de etiquetas: haverá o marxismo “verdadeiro” e “falso”, “estrito” e “amplo”, “ortodoxo” e “revolucionário”, “dogmático” ou “criador”. Mas, assim, o termo muda fundamentalmente de significado, acabando por designar orientações e interpretações contrastantes, cujo único denominador comum vem a ser uma profissão de fé ou uma simples referência a Marx. A partir de então, ao invés de falar de

marxismo em geral, talvez seja melhor usar o plural: marxismos. (HAUPT, 1983, p. 375).

Nesse momento, a obra que mais influenciou essa geração de marxistas não foi *O Capital* ou o *Manifesto Comunista*, mas sim o *Anti-Dühring* de Engels. Vejamos a declaração de Kaustky:

Se devo avaliar a influência que o *Anti-Dühring* exerceu sobre mim – escreveu Kautsky – nenhum outro livro contribui tanto para a compreensão do marxismo. *O Capital* de Marx é sem dúvida uma obra mais poderosa, mas só através do *Anti-Dühring* aprendemos a compreender *O Capital* e a lê-lo corretamente. (KAUTSKY apud JONES, 1983, p. 381).

Uma determinada leitura dessa obra se transformou na enciclopédia do marxismo, no texto mais eficaz de explicação do materialismo histórico e dialético e colaborou para a formação da denominada escola do marxismo do movimento operário. Associado a isso, o evolucionismo de Darwin foi assimilado por variados setores como complemento à teoria marxista do período. O determinismo econômico com vestes evolucionistas foi a expressão dessa deformação. De maneira geral, com raras e importantes exceções, o marxismo da II Internacional e, em especial, o marxismo no SPD, foi caracterizado como mecânico, evolucionista, antidialético, positivista e distante das proposições de Marx e Engels. Ela havia se transformado em mero instrumento de luta política e afirmação de um credo por parte de inúmeras organizações políticas. A crise econômica de 1873, que se prolongou até 1895, era vista por muitos teóricos e dirigentes da II Internacional como a crise terminal do capitalismo. Gramsci assim definiu a situação:

Quando não se tem a iniciativa na luta e a própria luta acaba por se identificar com uma série de derrotas, o determinismo mecanicista se torna uma força formidável de resistência moral, de coesão, de paciente e obstinada perseverança. “Fui momentaneamente derrotado, mas a força das coisas trabalha em meu favor, a longo prazo etc.” A vontade real se traveste num ato de fé, numa certa racionalidade da história. (GRAMSCI apud ANDREUCCI, 1983, p. 23).

Passada a turbulência econômica da crise e com a sua recuperação, as teses do desmoronamento do capitalismo perderam força e falava-se numa “crise

do marxismo”. Nesse sentido, em 1899, Eduard Bernstein publicou a obra *As premissas do socialismo e as tarefas da social-democracia* criticando os fundamentos do materialismo histórico, principalmente a determinação econômica; a dialética e a teoria do valor de Marx e a inevitabilidade da concentração de riqueza e do empobrecimento da classe trabalhadora. Mantém, entretanto, a ideia – muito difundida na II Internacional – da inevitabilidade do socialismo, só que por reformas e por vias pacíficas. Kautsky, então, fará uma dura crítica a Bernstein, acusando-o de revisionista e abrindo uma cisão no seio tanto do SPD como da II Internacional. A crítica ao revisionismo não impediu Kautsky de comungar com Bernstein, ainda que por caminhos diferenciados, nesse momento, uma visão mecanicista e triunfalista da inevitabilidade do socialismo. Rosa Luxemburgo, longe do mecanicismo de Kautsky, por meio de sua obra *Reforma ou Revolução*, e com maior profundidade, também fará profundas críticas às formulações de Bernstein.

A partir desse debate sobre o revisionismo, a social-democracia alemã de Kautsky viveu um forte impacto interno, sendo atacada pela direita, por meio das teses de Bernstein, e pela esquerda radical, expressa por Rosa, Pannekoek, além de Lênin, entre outros. É nesse “fogo cruzado” que a social-democracia levará adiante sua estratégia institucional de defesa de reformas, de acúmulo de forças, de ampliação parlamentar, obtendo sucessos seguidos nas eleições, como demonstramos acima. Diante das dificuldades encontradas no início do século XX, Kautsky, coerente com sua visão mecanicista, afirmava que “a revolução não é algo que possa ser feito” (KAUSTSKY Apud WALDENBERG, 1983, p. 228), o que significava a espera das condições que a história apresentaria, as condições da evolução econômica como movimento inexorável para o advento do socialismo. E fazia isso com a justificativa teórica do texto editado de Engels, na *Introdução* da obra *As lutas de classe na França*. Essa estratégia será desenvolvida até o limite, que, nesse caso, foi a I Guerra Mundial, momento de definição do movimento operário e socialista, momento de expressão das distintas estratégias e perspectivas teóricas. De qualquer forma, o SPD foi o modelo de partido e de estratégia política para uma grande parte dos partidos europeus.

3.3. A DISPERSÃO FRANCESA

Na França a predominância foi a dispersão e a falta de unidade entre as diversas organizações. As ideias de Proudhon e o anarquismo influenciaram profundamente o movimento operário no século XIX. Ao mesmo tempo, é nesse terreno que a classe operária vivenciará a sua mais importante experiência nesse século, a Comuna de Paris.

Duas principais organizações políticas disputavam a hegemonia da classe trabalhadora com o anarco-sindicalismo, os “guedistas”, de orientação marxista, e os possibilistas, de cunho reformista. Após a anistia de 1879, vários dirigentes políticos retornaram ou foram soltos das prisões, entre eles Jules Dumas, que conquistou uma cadeira no parlamento francês, Jules Guedes e Paul Lafargue, genros de Marx, que foram os principais defensores das posições marxistas. Conhecidos como “guedistas”, formaram a Federação de Trabalhadores Socialistas, tomando como exemplo o programa e a organização do SPD alemão. Os possibilistas (broussistas), liderados por Paul Brousse, propunham um programa reformista, de melhorias por dentro do sistema, tomando como base a disputa pelos municípios e com uma organização partidária descentralizada. Esses dois setores envidaram esforços de unificação, sendo o congresso socialista de St. Etienne, em 1882, um momento importante desse processo, em que os possibilistas conquistaram maioria na constituição do Partido Operário Socialista Revolucionário, propondo que em cada circunscrição eleitoral, o Partido tivesse um programa próprio. Os guedistas, não concordando com isso, romperam e construíram o Partido Operário Francês, propondo a greve geral como instrumento de luta e organização operária. (COGGIOLA, 2008).

É diante dessa situação que o congresso de fundação da II Internacional é convocado para Paris. As duas organizações políticas francesas convocam o mesmo congresso para a construção dessa entidade. Os dois congressos acontecem, sendo que os possibilistas desistem de continuar o processo em função do fracasso da convocação do II Congresso. Os setores marxistas darão continuidade aos demais congressos, levando adiante a II Internacional, que dirigiu seguidas críticas a essa divisão. Somente em 1904, depois da realização do Congresso de Amsterdã, a unidade entre as organizações políticas francesas

aconteceu, o que influenciou também o movimento sindical, com a unificação de diversos setores na Central Geral dos Trabalhadores – CGT, em 1905.

3.4. O TRABALHISMO INGLÊS

Na Inglaterra, o movimento operário se expressou muito mais pela via sindical do que política durante o século XIX. O desenvolvimento capitalista alcançado no país, ainda mais com a II Revolução Industrial, repercutiu diretamente na organização da classe operária inglesa, tendo uma parcela - beneficiada pela política imperialista britânica - aderido a posições mais moderadas. Marx havia denominado esse setor como “aristocracia operária”. Esse setor tornou-se majoritário nas direções das principais organizações operárias no final do século XIX, apagando o passado revolucionário e imprimindo, conscientemente, uma guinada reformista. (COGGIOLA, 2008, p. 128-129).

No campo político, a expressão desse reformismo operou-se pela constituição da “Sociedade Fabiana”, “que discordava de Marx em relação à natureza e ao papel do Estado. Eles, os fabianos, acreditavam ser possível, numa democracia parlamentar baseada no sufrágio universal, chegar à igualdade social e até à supressão da propriedade privada”. (COGGIOLA, 2008, p. 131-132). Exemplo da perspectiva reformista que tinham foi o apoio que deram ao governo britânico em sua política imperialista, que julgavam benéfica ao país e à classe trabalhadora inglesa.

A unidade entre os setores sindicais e políticos foi responsável pela criação do Partido Trabalhista, o *Labour Party*, em 1900. A bipolaridade anterior, entre conservadores e liberais, foi substituída pela polarização entre os conservadores e trabalhistas, que se desvencilharam da representação liberal. Isso produziu uma reviravolta na sociedade inglesa, possibilitando aos trabalhadores inúmeras conquistas sociais, como a implantação das aposentadorias e do sistema público de saúde. Além disso, a representação parlamentar trabalhista forçou para que a Câmara dos Comuns tivesse mais peso do que a Câmara Alta.

Mesmo com a importante trajetória do movimento operário inglês, Carone afirmou, distinguindo os três casos até aqui citados, que:

O fenômeno alemão e o francês, distintos entre si em vários aspectos, vão marcar, cada um deles, diferentes partidos socialistas. O único que foge à regra é o movimento operário inglês, que sofre influência e tem trajetória própria. No entanto, a repercussão inglesa é diminuta no campo operário internacional, o que não acontece, como vimos, com os de origem alemã e francesa, que são modelos para a maior parte dos partidos proletários na Europa, América e Ásia. (CARONE, 1993, p. 27).

3.5. POPULISMO E MARXISMO NA RÚSSIA

No final do século XIX, mesmo mantendo o sistema czarista, a Rússia passava por importantes mudanças após a derrota na Guerra da Crimeia (1853-58), momento em que explodiram revoltas camponesas em 25 províncias, provocando a abolição da servidão da gleba, a criação de câmaras municipais, a diminuição da censura na imprensa e demais setores sociais, entre outras medidas. A Rússia possuía 79% de sua população no campo, que abastecia toda a Europa com sua produção agrícola e que representava, em 1900, 45,3% da economia nacional, enquanto que a indústria, controlada por capital imperialista, possuía 21% (NEP 13 DE MAIO, 2000).

Por causa dessas características, o movimento revolucionário russo tomará como base o campo – mais especificamente, as experiências das comunas camponesas – como forma de organização e resistência diante do regime czarista. É nesse ambiente, a partir de 1860, que o “populismo” se organizará através da criação do agrupamento “*narod*” (povo/nação), que se denominou “*Zemlia i Volia*” (Terra e Liberdade). Depois de tentativas frustradas de organização camponesa para derrubar o Czar, esse agrupamento passou a defender o terrorismo político, ou seja, o assassinato de figuras importantes do governo como forma de mobilizar a revolta popular, chegando até mesmo a assassinar o Czar Alexandre II. O terrorismo tornou-se forma de luta política na Rússia e em outras localidades, provocando ainda mais repressão pelos governos. Parte significativa do anarquismo aderiu a essa perspectiva, dando

inclusive forma teórica a essa prática, como foi *O Catecismo do Revolucionário*, de Netchaev e Bakunin. (COGGIOLA, 2008, 125-127).

Criticando o terrorismo é que o marxismo surge na Rússia. Nos últimos anos de vida, Marx havia se interessado profundamente pela situação na Rússia, estabelecendo correspondência com militantes russos, entre eles Vera Zasulich e Danielson, antigos militantes populistas, e Plekhanov. Exilada na Suíça, em 1883, Vera Zasulich, junto com Plekhanov e Axelrod, fundam a primeira organização marxista da Rússia, o grupo “Emancipação e Trabalho”. Tendo como referências Marx e Engels, esses jovens analisaram a submissão do desenvolvimento russo sob a perspectiva do desenvolvimento capitalista, procurando tratar das especificidades que possuíam. Na troca de correspondências entre Vera Zasulich e Marx, este fez as seguintes considerações sobre o processo russo:

[Na Rússia], graças a uma excepcional combinação de circunstâncias, a comuna rural, estabelecida em escala nacional, pode ir-se desprendendo de suas características primitivas e se desenvolvendo como elemento da produção coletiva em escala nacional. É precisamente graças à contemporaneidade da produção capitalista que pode apropriar-se de todas as suas aquisições positivas sem passar por suas espantosas peripécias. (MARX, 1881, apud COGGIOLA, 2008, p. 126).

Em 1898, esses militantes fundaram o Partido Operário Socialdemocrata Russo (POS DR), que marcou profundamente a história do movimento operário, aliando uma intensa produção teórica com uma prática política que levará à primeira grande experiência de construção de uma sociedade socialista, de que trataremos adiante.

3.6. AS CONTRADIÇÕES INTERIMPERIALISTAS, REVOLUÇÕES E A UNIDADE ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Três grandes acontecimentos – a guerra anglo-bóer, a guerra russo-japonesa e a revolução russa de 1905 – demonstraram a dinâmica do capitalismo no início do século XX, a extensão e intensificação dos conflitos interimperialistas e o anúncio de conflitos bélicos numa intensidade ainda maior. No seio da II Internacional essas questões foram cada vez mais debatidas, realinhando setores

em seu interior em função de suas perspectivas políticas. Os bolcheviques do POSDR e a ala esquerda do SPD, lideradas por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht, formaram um setor à esquerda na II Internacional, na defesa do internacionalismo proletário e contrários a qualquer desenlace nacionalista. De outro lado, alinhado principalmente pela liderança do SPD e sua perspectiva cada vez mais reformista, formou-se um setor mais institucionalizado que apostava nos avanços que o processo eleitoral apresentava.

É nesse contexto que uma nova geração marxista será gerada, costurando a intrincada relação entre teoria e prática, produzindo novas análises e colocando à prova as distintas estratégias de transformação social.

3.7. O DESLOCAMENTO DO MARXISMO PARA A EUROPA CENTRAL E ORIENTAL

Nesse momento, após a geração contemporânea de Marx e Engels, outras importantes figuras do movimento operário terão destaque em suas organizações e na II Internacional, dotando-os de novas análises no interior da perspectiva marxista. Se no período anterior já se percebia um deslocamento da cultura marxista para o oriente, nessa fase esse processo se consolida. Sigamos os passos desses teóricos e de seus contextos num breve mapeamento.

Lênin (1870-1923), filho de funcionário público, fundador do POSDR, colocou-se a tarefa de compreender sua terra natal, produzindo, em 1899, *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, um estudo que pesquisou o processo histórico russo, fundamentalmente agrário, sob a perspectiva do materialismo histórico e dialético.

Segundo Anderson (2004), essa geração e, em particular Lênin, inaugurou uma sólida produção de *teoria política* no interior do marxismo, além de importantes estudos econômicos.

Foi de Lênin a elaboração *sistemática* de uma teoria política marxista da luta de classes, de uma perspectiva organizacional e tática. A grandeza de seu trabalho nesse plano foi tamanha que transformou para sempre toda a arquitetura do materialismo histórico. Antes de Lênin, o universo político propriamente dito estava praticamente inexplorado pela teoria marxista. No espaço

de aproximadamente 20 anos, ele criou os conceitos e métodos necessários para a condução de uma vitoriosa luta proletária pelo poder na Rússia, dirigida por um partido operário hábil e dedicado. (ANDERSON, 2004, p. 32-33, grifo do autor).

Essa produção teórica, antes da Primeira Guerra, expressou-se nas seguintes obras: *Que fazer?* (1902), em que Lênin fez críticas ao economicismo, ou seja, a distinção das ações sindicais e sua primazia frente às tarefas político-partidárias, dando destaque para a necessária relação da luta econômica e política. Além disso, Lênin defendeu uma organização partidária mais profissional com uma vanguarda mais preparada, pois estava diante de um governo despótico e repressor, havendo necessidade de um partido adequado a essas condições; *Um passo à frente, dois atrás* (1904), em que abordou as questões organizativas e as divergentes concepções de Partido entre a ala bolchevique e a menchevique, momento em que o debate acerca dos estatutos e do papel do jornal revelou as posturas distintas entre elas; *Dois táticas da socialdemocracia* (1905), acerca da Revolução de 1905 e da continuidade das divergências internas do POSDR, que, nessa altura, demonstrou profundas diferenças sobre o balanço da derrota de 1905 e das ações posteriores; entre outras obras. Adiante trataremos de sua produção no período da guerra e da Revolução Russa.

Rosa Luxemburgo (1871-1919), filha de um comerciante de madeira da Galícia, referência teórica do Partido Socialdemocrata Polonês e do SPD, sendo mais tarde fundadora da Liga Spartacus e do Partido Comunista Alemão (KPD), produziu um importante trabalho sobre o imperialismo, *A acumulação do capital* (1913), com reflexões sobre a relação entre o mundo capitalista desenvolvido e a sua periferia, em que a mais-valia extraída desta era fundamental para a acumulação do capital nos países centrais, tendo a expansão militar um papel necessário sob essa lógica. Essa mesma obra foi objeto de uma interessante polêmica entre os marxistas acerca dos esquemas de reprodução do capital de Marx, cujas teses Rosa Luxemburgo polemizou.

Rosa Luxemburgo vivenciou todos os dilemas que a socialdemocracia alemã passou, e atacou duramente o reformismo que tomava conta do SPD. Suas análises

continham, entretanto, elementos de uma crítica da democracia capitalista, de uma defesa da espontaneidade proletária e de uma concepção de liberdade socialista que estavam à frente da compreensão que Lênin tinha dessas questões, por causa do ambiente mais complexo que ela conheceu. *Reforma social ou revolução*²⁵, a mordaz e polêmica obra com a qual ela respondeu ao evolucionismo de Bernstein, aos 28 anos, foi o ponto de partida de sua singular trajetória: seguiu-se uma série de teorizações sobre a greve geral como arma ofensiva arquetípica para a emancipação da classe operária [...]. (ANDERSON, 2004, p. 34).

Rudolf Hilferding (1877-1941), filho de um agente de seguros, médico pediatra e economista, tornou-se deputado do Reichstag pelo SPD, produziu, em 1907, e publicou em 1910, *O Capital financeiro*, obra em que tratou do processo de monopolização da economia e do papel dos bancos na fase imperialista do capital. Nessa obra, apresentando ressalvas à teoria da instabilidade do capitalismo de Marx, defendeu que o sistema caminhava para uma estabilização. Hilferding foi um dos principais expoentes do chamado austro-marxismo, tornando-se, depois de Kautsky, a principal referência teórica do SPD alemão.

Leon Trotski (1879-1940), filho de fazendeiro da Ucrânia, militante do POSDR, foi umas das principais figuras do movimento revolucionário internacional. Na polêmica sobre a organização partidária, Trotski se afasta de Lênin e se aproxima dos mencheviques, sem que tivesse concordância com suas demais concepções. Como independente, buscará aproximar, sem sucesso, as duas alas do Partido. Na Revolução de 1905, foi participante ativo, sendo eleito presidente do *Soviet* de São Petersburgo. Anderson atesta sua importância da seguinte forma:

A revolução russa de 1905, acompanhada atentamente na Alemanha e na Áustria, produziu a primeira análise política *estratégica* de natureza científica na história do marxismo: *Resultados e perspectivas*, de Trotski. Apoiada em uma notável compreensão da estrutura do sistema de Estado do imperialismo mundial, esta pequena obra expôs com brilhante precisão o caráter e o rumo futuros da revolução socialista na Rússia. Escrita por Trotski aos 27 anos, não foi seguida por nenhum outro trabalho importante seu até a Primeira Guerra, por causa de seu

²⁵ Obra produzida em 1900.

isolamento do Partido Bolchevique a partir de 1907. (ANDERSON, 2004, p. 32).

Trotsky, que iniciou sua militância próxima ao setor menchevique do POSDR, afastando-se posteriormente, permaneceu independente até o processo revolucionário de 1917, momento em que aderiu ao Partido Bolchevique, tornando-se uma de suas principais lideranças.

Otto Bauer (1881-1938), filho de um fabricante de tecidos da Áustria, dirigente do Partido Socialdemocrata austríaco, produziu *A questão das nacionalidades e a social democracia* (1907), cujo tema não fora desenvolvido na tradição marxista até então. Tratou das origens e composições das nações e o papel do imperialismo. Também polemizou com Rosa Luxemburgo sobre os esquemas de reprodução do capital de Marx e foi uma das principais referências do austro-marxismo.

Em que pesem as diferenças no interior dessa geração marxista, seus integrantes produziram uma rede de solidariedade internacional importante, tomando contato e polemizando com as produções teóricas entre eles, e dotaram a classe operária de instrumentos práticos e teóricos na luta pela superação da sociedade capitalista.

O desenvolvimento global do marxismo nas décadas que antecederam a Primeira Guerra havia logrado uma unidade entre teoria e prática muito mais estreita do que no período precedente, graças à ascensão dos partidos socialistas organizados da época. O engajamento dos principais teóricos marxistas na prática de seus partidos nacionais não lhes infundiu um espírito particularista nem os segregou [...]. Ao contrário, o debate e a polêmica internacionais eram sua segunda natureza [...]. No entanto, mesmo nas novas condições da época, eles constituíram uma rede relativamente homogênea de discussão e comunicação, na qual destacados escritores das mais importantes seções da II Internacional [...] conheciam, em primeira ou segunda mão, os trabalhos de seus colegas, e na qual não havia fronteiras para a crítica. (ANDERSON, 2004, p. 34-35).

Agora, vejamos como a unidade entre teoria e prática do movimento operário foi colocada à prova diante de alguns dos principais acontecimentos do início do século XX.

3.8. O ENSAIO GERAL

Em 1904 a Rússia entra em guerra com o Japão por disputas territoriais na Manchúria e na Coreia. Os dois impérios confrontam-se num ambiente de acirrados conflitos internacionais, como citamos anteriormente. É nessa guerra que o Japão se apresenta como a mais nova potência imperialista, buscando expansão territorial e espaço no mercado mundial. A Rússia, com uma força militar superior, já como celeiro de produtos agrícolas da Europa, necessitava dessa mesma medida expansionista. Aliás, as principais potências imperialistas estavam, desde a Conferência de Berlim, que buscou uma nova divisão das colônias entre as potências, na mesma direção.

A Rússia, nesse momento, passava por convulsões sociais de variados tipos. O crescimento populacional explodiu, com taxas de 156% entre os anos de 1865 e 1890, de mais de 145% entre 1890 e 1913, saltando de uma população de 75,1 para 170,9 milhões de pessoas, sem que houvesse expansão territorial ou qualquer medida social governamental para atender as demandas de emprego, de alimentação etc. Ao mesmo tempo, havia um investimento financeiro maciço, por parte de capitais internacionais, em vários setores econômicos, como nas estradas de ferro, na metalurgia, na extração mineral e de petróleo. Nos demais setores industriais e no bancário, a burguesia russa fortalecia-se nos principais centros do país. A classe operária, evidentemente, acompanhou esse movimento, crescendo em números absolutos e concentrando-se nesses centros urbanos. Tudo isso não tirou a principal característica econômica da Rússia, sua predominante economia agrária. Todo esse processo foi acompanhado de investimento e apoio governamental, com o Estado atuando diretamente nesse processo e buscando manter alguns setores sob monopólio estatal. (REIS FILHO, 2003, p. 28-32).

A guerra, um desastre militar para a Rússia, acirrou a crise social: aumento no custo de vida, desabastecimento interno, repressão, mortos e feridos. Somente em 1905, 1.843.000 trabalhadores entraram em greve por reivindicações trabalhistas e sociais, acontecendo também revoltas sociais no campo e entre os

militares, como ficou simbolizado na revolta do Encouraçado Potemkin, no Mar Negro.

É nesse contexto que a Revolução de 1905 explode. No dia 9 de janeiro, domingo, 250 mil operários em greve, com um abaixo assinado com 100 mil assinaturas, dirigem-se para o palácio do Czar, numa manifestação pacífica exigindo diversas medidas: jornada diária de trabalho de oito horas, salário mínimo, eleições, assembleia representativa. A repressão é brutal. Por ordem do Czar a população é metralhada. Inicia-se o processo revolucionário. As greves e agitações aumentam por todo o país, no campo e nas cidades, fazendo surgir uma nova forma de organização entre os trabalhadores, os *soviets* (conselhos).

Os soviets tiveram enorme e imediato sucesso: formas de organização ágeis, flexíveis, informais, descentralizadas, com uma hierarquia interna frouxa e uma burocracia mínima, quando não inexistente, com um conceito de representação fluido, sem mandatos fixos, adaptada, nessa medida, aos rigores impostos por uma legislação altamente repressiva e por uma eficiente polícia política. Construídos para impulsionar as lutas sociais e políticas, não se limitaram a isso, desempenhando também, em situações críticas, determinadas funções governamentais (abastecimento, trânsito, iluminação, saúde pública etc.), ensaiando-se, assim, como poder paralelo, alternativo. (REIS FILHO, 2003, p.42).

As diversas organizações do movimento operário estavam empenhadas nessa construção social, independente das estratégias e avaliações que possuíam acerca do processo revolucionário. Lênin, expoente da ala bolchevique do POSDR, defendeu que todas as energias do Partido deveriam ser colocadas na ampliação das relações com as massas, num processo de educação política e organização para que o processo revolucionário tivesse sucesso. A estratégia bolchevique estava assentada na chamada revolução democrática. A partir das referências marxistas, a análise que faziam do desenvolvimento capitalista na Rússia indicava um processo de amadurecimento do capitalismo, mas sobre bases agrárias, travado por relações de produção ainda feudais, assim como sua estrutura política e social. Não havia um desenvolvimento capitalista que colocasse na ordem do dia a revolução socialista. Era necessário passar por uma revolução democrático-burguesa, com a instituição de medidas democráticas, de

total liberdade de imprensa e organização, de instituição da República, de convocação de uma Assembleia Constituinte, momento em que a classe operária faria toda a pressão pela aprovação de seu programa mínimo. Nesse processo revolucionário, em que a burguesia teria papel predominante, não deveriam ser confundidos os programas e objetivos estratégicos díspares. Lênin, resgatando as resoluções do III Congresso do POSDR, afirmou que os bolcheviques poderiam, inclusive, fazer parte do governo para que suas medidas fossem aplicadas. No entanto, afirmou que as organizações operárias não deveriam abandonar as armas, exatamente para que suas reivindicações não fossem traídas. À burguesia russa interessava um processo de democratização, já que seus interesses estavam subjugados a um Estado teocrático e czarista e aos grandes monopólios europeus, sem espaço de representação. (LENIN, 1984, p.173-176).

Com essa perspectiva é que o partido bolchevique atuou no processo revolucionário de 1905, que ainda se arrastou até 1907. O desfecho desse “ensaio geral” foi o atendimento de algumas medidas sociais, como a instituição de uma assembleia representativa, a *Duma*, liberdade de imprensa e organização. Deu-se também, por meio de um acordo, o fim da guerra contra o Japão. Isso possibilitou que tropas de elite voltassem para conter as agitações operárias, que foram duramente reprimidas. Os setores burgueses, que fundaram o Partido Kadete (KD), aceitaram os termos na negociação e abandonaram os setores operários à repressão governamental. Em seguida, várias medidas governamentais foram suspensas, os *soviets* proibidos, suas lideranças presas e assassinadas, obrigando vários dirigentes partidários ao exílio.

Os anos seguintes foram de intenso debate no interior do POSDR, cindido nas duas alas, menchevique e bolchevique. De um lado, os setores que avaliaram que houve uma radicalização desnecessária, de outro, os que defenderam a radicalização do processo e criticaram a moderação dos demais setores. O POSDR, até 1910, promoveu tentativas de unificação de suas alas, depois disso as divergências não permitiram mais esse movimento, ainda que a estratégia da revolução democrática fosse comum às duas alas.

Outra questão importante foi o papel da burguesia nessa estratégia, ficando claro que na revolução de 1905 ela não levou adiante suas próprias reivindicações, recolocando a ação da classe operária e a própria estratégia em

debate. Trotski, resgatando Marx, apresentou a tese da revolução permanente, ou seja, que as tarefas democráticas deveriam estar atreladas ao curso de uma revolução socialista. Lênin manteve a defesa da necessidade de alianças com outros setores, como o campesinato, por exemplo, o que colocava nuances em relação à proposta de Trotski, na medida em que os interesses dos camponeses não eram os mesmos do operariado. Também defendeu os interesses de autodeterminação dos povos, o que provocou um acirrado debate com Rosa Luxemburgo, ardorosa defensora do internacionalismo proletário e crítica de qualquer solução nacional.

Até a eclosão da Primeira Guerra, o movimento operário russo pôs-se a tarefa de reorganização partidária e de continuidade, no interior da II Internacional, do debate sobre os conflitos interimperialistas que se intensificavam, momento em que as lições do “ensaio geral” de 1905 foram testadas.

3.9. A GUERRA E A FALÊNCIA DA II INTERNACIONAL

Desde o final do século XIX, com o advento de uma nova fase do desenvolvimento capitalista, os interesses burgueses imprimem uma dinâmica qualitativamente distinta do momento anterior, a concorrência entre os Estados e seus monopólios. O resultado desse processo, a guerra, é descrito de maneira didática por Rosa Luxemburgo.

[...] as guerras entre Estados capitalistas são em geral consequências de sua concorrência sobre o mercado mundial, pois cada Estado não tende unicamente a assegurar mercados, mas a adquirir novos, principalmente pela servidão dos povos estrangeiros e a conquista de suas terras. As guerras são favorecidas pelos preconceitos nacionalistas que se cultivam sistematicamente no interesse das classes dominantes, a fim de afastar a massa proletária de seus deveres de solidariedade internacional. Elas são, pois, da essência do capitalismo, e não cessarão senão pela supressão do sistema capitalista. (LUXEMBURGO apud COGGIOLA, [20--], p.1).

Todo o período anterior a 1914 foi denominado “paz armada”, dada a dinâmica belicista entre as nações nos inúmeros conflitos que rondavam o

mundo. A II Internacional, desde 1907 até sua eclosão, denunciava que a guerra atendia aos interesses econômicos da burguesia, que os trabalhadores deveriam se opor a ela, ainda mais que seriam chamados a defenderem seus “interesses nacionais” matando-se uns aos outros. Ao mesmo tempo em que, nos congressos da II Internacional, juras internacionalistas eram professadas, no interior de importantes países um processo de institucionalização se fortalecia com crescimento eleitoral e social dos partidos socialdemocratas. O maior exemplo disso foi o SPD, que se tornou o maior partido da Alemanha. Mesmo no Congresso da II Internacional de Stuttgart, em 1907, houve um setor minoritário que iniciou uma crítica ao anticolonialismo e ao anti-imperialismo da organização internacional, manifestando apoio a essas políticas nacionais de seus governos. Lênin, criticando essas posturas no Congresso, manifestou-se nos seguintes termos:

Neste caso marcou-se a presença de traço negativo do movimento operário europeu, traço que pode ocasionar não poucos danos à causa do proletariado. A vasta política colonial levou, em parte, o proletariado europeu a uma situação pela qual não é o seu trabalho o que mantém toda a sociedade, senão o trabalho dos indígenas quase totalmente subjugados das colônias. A burguesia inglesa, por exemplo, obtém mais ingresso de centenas de milhões de habitantes da Índia e de outras colônias suas, do que de operários ingleses. Tais condições criam em certos países uma base material, uma base econômica, para contaminar o chauvinismo colonial ao proletariado destes países. (LENIN apud COGIOLA, [20--], p.2).

Nos Congressos seguintes, de 1910 e 1912, a crítica à guerra continuou ao mesmo tempo em que esses setores reformistas cresciam, indicando o desfecho que teria a II Internacional. Em 1912, dada a iminência da guerra, um Congresso Extraordinário foi convocado. Novamente as juras internacionalistas foram anunciadas, sem que nenhuma medida prática fosse aprovada. As posições políticas já haviam se definido pelas ações dos partidos em seus países. Com o início dos conflitos bélicos, na Alemanha e na França, os partidos operários aprovaram os créditos de guerra em seus parlamentos e passaram a defender “os interesses da pátria”. Karl Kautsky, grande referência do SPD, aderiu prontamente ao nacionalismo belicista, Mehring, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht insurgiram-se contra isso, rompendo com o Partido e fundando a Liga Spartacus

e, em seguida, o Partido Comunista. A mesma política foi seguida pelos austro-húngaros, belgas e ingleses. Hilferding e Bauer alistaram-se no exército para combater na guerra. Até mesmo Plekhanov, introdutor do marxismo na Rússia, apoiou a política belicista. Os bolcheviques, Rosa Luxemburgo, Karl Liebknecht, setores minoritários dos demais partidos criticaram fortemente a transformação política desses setores, defendendo uma ação internacionalista contrária à guerra e de combate ao capitalismo.

A orientação dos dirigentes da Internacional Socialista, nos Congressos realizados de 1907, era que os trabalhadores tentassem ao máximo, em seus países, evitar a deflagração do conflito. Caso isso não fosse possível, deveriam aproveitar o momento para precipitar a queda do capitalismo. Entretanto, quando em 1914 teve início a Primeira Guerra Mundial, os principais partidos filiados à II Internacional apoiaram seus respectivos governos e, em nome do nacionalismo, apoiaram a ofensiva bélica de cada país, provocando o colapso da Internacional Socialista. Somente os partidos russos, sérvio e húngaro, além do Partido Socialista Italiano – junto com pequenos grupos dentro de outros partidos – permaneceram fiéis aos princípios antigamente enaltecidos pela Internacional. Lênin taxou os socialdemocratas de “reformistas” e “revisonistas”, anunciou a “falência da Internacional” e conclamou os revolucionários a se unirem numa nova internacional.

Os povos, até então supostamente unidos no mesmo ideal, se chacinavam mutuamente nos campos de batalha. A linha divisória até ali estabelecida, baseada na luta de classes, foi deslocada e posta à mercê dos imperialismos em luta. Ao receber tal choque, a Segunda Internacional desmoronou. Na verdade, ela nem sequer tentou lutar. O nacionalismo e o revisionismo ligaram-na intimamente ao regime existente, atrelaram-na ao carro do capitalismo com o qual ela foi arrastada para a guerra. (COGGIOLA, [20--], p.6)

A partir daí, o setor crítico à guerra convocou um congresso para setembro de 1915, em Zimmerwald, na Suíça, e exigiu que os partidos respeitassem as decisões dos congressos anteriores. Em 1916, na cidade suíça de Kienthal, um novo congresso aconteceu, tendo o lema “guerra civil e não a paz civil” como palavra de ordem dos revolucionários ou da chamada “Esquerda de Zimmerwald”. Os acontecimentos seguintes serão momento de aplicação desse lema.

3.10. OS ENCONTROS E OS DESENCONTROS DA TEORIA E PRÁTICA: A REVOLUÇÃO RUSSA

Durante a Primeira Guerra, a economia russa entra em colapso, tendo queda de sua superfície plantada em 11% e sua produção em 21%. O preço do pão sobe 63% entre 1913 e 1916. O exército russo era composto de 8 milhões de soldados, tendo em 1914, 500 mil mortos, em 1915, 1.700.000 mortos ou feridos. Na Duma, forma-se um bloco progressista entre nobreza liberal e burguesia, numa dura crítica ao Czar, que fecha o parlamento, aumentando a crise política. Com o aumento da fome, saques e ondas de greve varrem o país. Os grevistas somam 150 mil, em 1915, 310 mil, em 1916, nos dois primeiros meses de 1917, 575 mil grevistas. Nesse mesmo ano, 5.500.000 soldados estão fora de combate; a Rússia derrotada nas principais frentes de batalha. (NEP 13 DE MAIO, 2000).

É nesse contexto que se desenrola um novo processo revolucionário na Rússia, que terá dois momentos: a revolução de fevereiro e a de outubro. A estratégia de uma revolução democrática, antecessora de uma revolução socialista, continuava como central para os bolcheviques e mencheviques, e foi com ela que atuaram durante o processo revolucionário de fevereiro. As ondas de greve, rebeliões do campo e entre os militares provocaram uma tentativa de repressão do governo, que foi interrompida pela negativa dos soldados em atacarem os trabalhadores. No final do mês de fevereiro, o Czar é destituído e a Duma (nobreza liberal e a burguesia, do Partido Kadete) negocia a formação de um novo governo provisório, com maioria Kadete. As manifestações continuam com exigências do programa dos soviets: reforma agrária, redução da jornada de trabalho, assembleia constituinte, melhoria nas condições de vida e de trabalho etc.

Diante disso, o governo provisório convida representantes dos soviets para compor o governo. Até então, a participação no governo não estava fora dos planos dos revolucionários. Mas, contrariando as perspectivas do próprio partido bolchevique, Lênin, através das chamadas “Teses de Abril” (1917), defende que o partido não participe do governo e que os soviets – “Todo poder aos soviets!” - assumam o controle do país, pois as tarefas democráticas estariam diretamente interligadas com a revolução socialista. Os mencheviques e os Socialistas

Revolucionários (SR) aceitam o convite com participação em seis ministérios. Os bolcheviques passam a defender em todos os sovietes a sua política, enquanto os demais setores do movimento operário, com exceção dos anarquistas, estão no governo. Com a radicalização dos bolcheviques, a burguesia exige, após oferecer mais espaço aos mencheviques e SRs no governo, que se reprimam os bolcheviques, o que é aceito, obrigando-os à clandestinidade. Os bolcheviques, então, propõem a luta armada para derrubar o governo provisório. Nesse momento se instala o debate, no interior do Partido, sobre se a insurreição deveria contar ou não com apoio dos sovietes. Lênin defende, mesmo não tendo maioria de bolcheviques nos sovietes, que a insurreição só aconteça com o seu apoio, que a tarefa do partido é, mesmo na clandestinidade, conquistar o apoio dos sovietes, pois esse seria o órgão máximo de governo na transição socialista. Os meses seguintes foram de um intenso trabalho junto às massas, nas greves, nas reivindicações trabalhistas e sociais, no campo, junto aos soldados, nos acirrados debates nos sovietes.

Nesse momento, a Rússia ainda permanecia na guerra e o comando do exército é dado a Kornilov, que prepara, no retorno do campo de batalha, um golpe militar para derrubar o governo provisório. Os bolcheviques resolvem adotar uma política que aumentará ainda mais sua influência no país: organizar a resistência ao golpe de Kornilov. Trotski é encarregado de preparar a Guarda Vermelha para a defesa, que obtém sucesso, impedindo o golpe e prendendo Kornilov. Em seguida, os bolcheviques, diante da radicalização do movimento operário, lançam um novo lema: “Paz, Terra e Pão”, síntese do programa imediato que defendem. Os sovietes, cada vez mais como um poder paralelo, vão assumindo funções políticas, econômicas e sociais. A reforma agrária é colocada em marcha pelos próprios camponeses. Operários assumem diversas fábricas, soldados colaboram no armamento do povo, até que, em outubro, com aprovação do Congresso Pan-russo dos Sovietes, a insurreição é realizada, derrubando o governo provisório, quase sem violência, que viria no momento seguinte, na intervenção estrangeira e com a guerra civil que durou de 1918 a 1921.

Anderson, analisando o percurso teórico e prático dessa geração marxista, dará o seguinte destaque para o papel de Lênin nesses acontecimentos:

O curso épico da Revolução Russa naqueles anos encontrou sua orientação teórica nos textos de Lênin, em quem pensamento e ação políticos agora se fundiam rapidamente em uma unidade sem paralelo na história. Das *Teses de Abril* a *O Estado e a revolução*, e de *O marxismo e a insurreição* ao *Esquerdismo, doença infantil do comunismo* e *O imposto em espécie*, os trabalhos de Lênin estabeleceram novas normas dentro do materialismo histórico – a “análise concreta de uma situação concreta”, que ele chamou de “alma viva do marxismo”, adquiriu neles uma tal força dinâmica que o termo leninismo passou a ser empregado pouco tempo depois. (ANDERSON, 2004, p. 35-36, grifos do autor).

O autor dará destaque também para outros importantes dirigentes que aliaram a luta política a um refinado preparo teórico. Trostky, além de comandante do Exército Vermelho durante a invasão estrangeira na guerra civil, produziu obras fundamentais no calor do processo, *Como a revolução se armou* e *Literatura e Revolução*, além de uma vasta obra anterior e posterior à Revolução Russa. Bukharin (1888-1938), outro destacado dirigente bolchevique, produziu uma obra sociológica do materialismo histórico, *As Teorias do materialismo histórico* (1920). Preobrajenski (1886-1937) foi um destacado teórico econômico, produzindo importantes reflexões sobre a economia russa na transição socialista, entre elas *A nova economia* (1924). Riazanov (1870-1938), organizador dos sindicatos na Rússia, foi o primeiro diretor do Instituto Marx-Engels, um importante espaço de tradução, publicação e difusão das obras clássicas do marxismo. Tudo indicava que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS se tornaria o espaço de difusão da cultura marxista. Fora da URSS, Rosa Luxemburgo escreveu, em 1918, *A Revolução Russa*, publicado em 1922.

O clima de rebeldia que solapava o mundo com a Revolução Russa foi fulminante, marcando para todo o século XX o movimento operário.

Aparentemente, só era preciso um sinal para os povos se levantarem, substituírem o capitalismo pelo socialismo, e com isso transformarem os sofrimentos sem sentido da guerra mundial em alguma coisa mais positiva: as sangrentas dores e convulsões do parto de um novo mundo. A Revolução Russa [...] pretendeu dar ao mundo esse sinal. Tornou-se, portanto, tão fundamental para a história deste século quanto a Revolução Francesa para o século XIX. (HOBSBAWM, 1995, p. 62).

Com a invasão do exército branco – tropas estrangeiras, setores aliados do Czar, Kadetes - e a guerra civil (1918-1922), a URSS se isolou. As demais revoluções não tiveram sucesso. Na Alemanha, onde houve cerca de 10 mil conselhos, as revoluções que explodiram no curso de poucos anos foram reprimidas, com o trágico desfecho do assassinato de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Na Hungria, após o governo dos conselhos operários, com duração de 100 dias, em que Lukács foi ministro, o desfecho foi o mesmo. Nos demais países, o movimento operário rebelava-se, por meio das tomadas de fábricas e insurreições (1919-1920) na Itália de Gramsci, da greve geral de 1919 na Escócia, da onda de greves na França, entre outras. Foi nesse processo que a nova internacional, em 1919, se reorganizou, agora como Internacional Comunista ou III Internacional, agregando os partidos alinhados à perspectiva revolucionária. Os partidos reformistas também reorganizaram a antiga II Internacional, com seus teóricos analisando os caminhos por que optaram. Bauer, nesse momento ministro do governo austríaco, escreveu uma obra intitulada *A Revolução austríaca* (1924). Hilferding, que também participou do governo, sendo duas vezes ministro das finanças na República de Weimar, continuou sua produção teórica sobre as questões econômicas. Os anos de 1920 foram de intensas disputas políticas entre as duas organizações internacionais, ao mesmo tempo em que o fascismo e o nazismo ganhavam espaço.

3.11. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A CONCEPÇÃO DE PRÁXIS EM LÊNIN

Dada a importância teórica e política de Lênin, se faz necessário um retorno à sua produção e a alguns momentos da luta política para compreendermos a relação entre teoria e prática que o revolucionário russo estabeleceu em toda sua trajetória. Mais uma vez nos valeremos das reflexões de Vázquez (2007).

É no contexto político, econômico e social desse período que devemos compreender as formulações teóricas e a prática política de Lênin, percebendo-o como fruto de uma realidade que ele lutava para transformar, conforme demonstramos por meio do caminho percorrido anteriormente.

Para compreender Lênin é preciso partir do reconhecimento de que ele é antes de tudo um dirigente político revolucionário. É nessa condição que exerce uma intensa atividade teórica. A unidade entre teoria e prática é a sua marca. “Sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário possível. [...] Uma teoria revolucionária correta [...] só se forma de maneira definitiva em estreita conexão com a experiência prática de um movimento verdadeiramente de massas e verdadeiramente revolucionário”. (LÊNIN, 1959, apud VÁZQUEZ, 2007, p. 177).

As primeiras atividades teóricas de Lênin estão expressas nos escritos *Quem são os “amigos do povo”?*, *Conteúdo econômico do populismo* e *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. Seu principal objetivo é compreender a realidade em que vivia e qual deveria ser o instrumento adequado para a transformação social. Os populistas (*narodniki*) defendiam que o capitalismo era um sistema social estranho ao desenvolvimento da Rússia, que a transição socialista poderia se realizar sem que o capitalismo se desenvolvesse, que as comunas rurais (*obschina*) seriam embriões dessa nova organização social. Lênin, em seus estudos, avaliava que o desenvolvimento na Rússia caminhava num sentido capitalista, de desagregação das comunas, de domínio camponês altamente explorado, de aumento de trabalhadores assalariados nos centros urbanos, de transformação da economia natural em mercantil, com todas as particularidades russas de um regime czarista autocrático. Por isso, segundo Lênin, a revolução na Rússia seria burguesa, mas, tendo especificidades próprias, a direção estaria sob o proletariado. Enquanto os populistas faziam uma crítica romântica ao capitalismo, desejando saltar essa etapa no desenvolvimento econômico russo, Lênin realizava uma análise objetiva da realidade, amparada pelo materialismo histórico e dialético. Essas diferenciações marcaram os embates teóricos e práticos do final do século XIX e início do século XX na Rússia.

O programa do Partido Operário Social-democrata Russo (POS DR) contém alguns desses elementos traçados por Lênin em seus estudos, a teoria articulava-se com uma prática política concreta, as condições da Rússia naquele momento. A construção de uma teoria do partido também ficou marcada na produção teórica e prática de Lênin. A fundação do jornal *Iskra* e a obra *Que fazer?* (1902) são esforços nesse sentido, de construção de um partido revolucionário num contexto

em que as liberdades democráticas não existiam, e a organização se dava num ambiente de intensa repressão e clandestinidade. É nessas condições que Lênin pensava a organização partidária. Esses elementos conjunturais são fundamentais para compreender por que o dirigente revolucionário defendia, por exemplo, uma estrutura partidária mais fechada, com revolucionários profissionais, diferente da situação na Alemanha, onde as liberdades democráticas foram conquistadas e se permitia ao seu partido operário uma abertura maior, mais ampla para a participação das massas. Outro tema dessa obra foi a polêmica com os setores economicistas que, influenciados pelo reformismo social democrata alemão, defendiam a separação entre a luta política e a econômica, sendo que a primeira ficaria a cargo da burguesia na luta contra o Czar, enquanto que a segunda ficaria sob responsabilidade dos trabalhadores, que, na sua luta cotidiana, ascenderiam, espontaneamente, em sua organização. Lênin critica essa posição afirmando que a luta econômica, o sindicalismo, por si só levaria a uma consciência limitada apenas aos marcos reivindicatórios e não a uma luta para além deles. Por isso, o partido cumpriria um papel fundamental na elevação da consciência de classe, na articulação entre a luta econômica e política. Isso não fez com que o dirigente revolucionário desconsiderasse a importância de elementos positivos na espontaneidade, como foi, por exemplo, durante o processo revolucionário de 1905, a criação dos *soviets* (conselhos) pela massa e não pelo partido.

Não foi nenhuma teoria, tampouco nenhum chamamento – viesse de quem viesse -, nem a tática que alguém pudesse ter inventado nem a doutrina de um partido, mas sim a força da própria realidade, o que conduziu esses órgãos sem partido, de massas, à necessidade de desencadear a insurreição e as converteu em seus órgãos. (LÊNIN, 1959, apud VÁZQUEZ, 2007, p. 184).

A proposta de organização partidária de Lênin, como afirmamos, estava ancorada na realidade existente. Tanto é assim que após a Revolução de 1905, depois de conquistar algumas concessões, o POSDR altera várias restrições e amplia consideravelmente seus militantes, tornando-se um partido de massas. Sobre isso, Lênin, posteriormente, alertou:

O erro principal dos que hoje criticam *Que fazer?* consiste em que deduzem completamente essa obra da situação concreta de um

período determinado do desenvolvimento do nosso partido, já longe. [...]

Que fazer? é um compêndio da tática iskrista e da política iskrista em matéria de organização durante os anos de 1901 e 1902. Um “compêndio”, nem mais nem menos. (LÊNIN, 1959, apud VÁZQUEZ, 2007, p. 185).

Sobre a luta política, destacamos dois períodos da estratégia defendida pelo POSDR: de 1905 a abril de 1917 (a estratégia da revolução burguesa), e de abril a outubro do mesmo ano (a estratégia da revolução proletária). Na obra *Duas táticas da social-democracia na revolução democrática* (1905), Lênin desenvolve os objetivos dos revolucionários para o primeiro período.

Os marxistas estão absolutamente convencidos do caráter burguês da revolução russa. O que significa isso? Significa que as transformações econômico-sociais, que se converteram em uma necessidade na Rússia, não só implicam em si a erosão do capitalismo, a erosão burguesa, como, pelo contrário, desmatarão pela primeira vez o terreno para um desenvolvimento vasto e rápido, europeu e não asiático, do capitalismo. (LÊNIN, 1959, apud VÁZQUEZ, p. 186-187).

Lênin tinha plena consciência da necessidade do desenvolvimento econômico capitalista e da democratização russa como processos necessários para avançar numa transição socialista. Porém, avaliando as condições na Rússia, apontava a debilidade da burguesia russa, que não aspirava a nenhum processo democrático, pois ela, principalmente a grande burguesia, estava mais ligada aos senhores feudais que às organizações contrárias ao regime czarista. Somente a pequena burguesia (pequenos e médios camponeses) e o proletariado – também diminuto - aspiravam a uma revolução democrática. Dessa forma, Lênin, diferente do referencial clássico do marxismo até então, afirmava que a revolução democrática burguesa teria como dirigente o proletariado com apoio dos camponeses e de pequenas frações da burguesia. Nessa primeira fase da revolução, todos esses setores atuariam com certa unidade, o que não ocorreria numa segunda fase, a socialista. Por isso, a direção do processo revolucionário deveria ficar a cargo do proletariado. Essa era a estratégia dos bolcheviques, enquanto que os mencheviques defendiam o modelo clássico ocidental, a

revolução, em sua primeira fase, sob direção da burguesia com apoio do proletariado e dos camponeses.

Com a primeira fase da revolução de 1917, em fevereiro, variados setores sociais compõem o governo provisório: frações da burguesia, operários (mencheviques) e camponeses (socialistas revolucionários – SR). Nesse momento, Lênin faz uma leitura da realidade; aponta para o esgotamento das possibilidades da etapa burguesa e opera uma radical mudança no que defendera até então, passando a apoiar a luta contra o governo provisório e a necessidade da revolução proletária sob direção dos soviets, que haviam se fortalecido no processo revolucionário e se constituído como poder paralelo. “Todo poder aos soviets!” foi o lema defendido por Lênin. Essas reflexões estão contidas nas *Teses de Abril*, momento em que Lênin, voltando do exílio, defende perante o partido bolchevique a mudança de rumos, que é acatada e levada adiante até a revolução de outubro.

Esse processo revolucionário mantém tarefas da primeira fase, ou seja, elementos da revolução democrática e burguesa: “Nossa tarefa *imediate* não é a ‘implantação’ do socialismo, mas sim a instauração do *controle* da produção social e da distribuição dos produtos pelos soviets de deputados operários” (LÊNIN, 1959, apud VÁZQUEZ, 2007, p. 191, grifos do autor). Realizadas as medidas apontadas após a revolução de outubro, Lênin aponta as tarefas futuras: “*Depois* dessas medidas, será perfeitamente possível dar na Rússia os *passos* ulteriores em direção ao socialismo, se nossos operários recebem a ajuda dos operários dos países da Europa Ocidental [...]. a transição *efetiva* na Rússia será *inevitável* e seu êxito assegurado. (Idem, p. 193, grifos do autor).

Vázquez destaca três traços essenciais da prática revolucionária de Lênin: a) a unidade dos fatores objetivos e subjetivos; b) a unidade da estratégia e da tática e c) a unidade da teoria e da prática. Sobre a unidade do primeiro fator, Lênin, nos meses que antecederam a revolução de outubro, apresenta como fatores objetivos da luta proletária a impossibilidade das classes dominantes de manterem sua dominação, o agravamento para níveis insuportáveis das condições de vida das classes trabalhadoras e a intensificação de suas lutas.

Conjugada a isso, a subjetividade está colocada, ou seja, há um movimento consciente das classes trabalhadoras para a superação dessas condições, que se expressou na insurreição armada, já que todas as outras alternativas estavam vedadas. Nesse sentido é que a unidade entre os fatores objetivos e subjetivos se apresenta.

Quanto à unidade entre a estratégia e tática, a questão fundamental é uma correta análise da realidade, que possibilita traçar a estratégia para o período assim como as formas de luta para alcançá-la. Já vimos que as táticas que Lênin formulou durante o período anterior a abril de 1917 eram distintas das formuladas nas *Teses de Abril*, pois corresponderam, segundo Lênin, a mudanças na conjuntura. Essa capacidade de análise do movimento da realidade e as alterações nas formas de lutas adequadas para cada momento histórico é o que, segundo Vázquez, garantiu a unidade entre estratégia e tática para o processo revolucionário.

Sobre a terceira unidade, entre teoria e prática, é destacado que, no primeiro momento Lênin, de acordo com os referenciais clássicos, tem plena noção de que o socialismo é uma possibilidade gerada pelo próprio desenvolvimento do capitalismo, que na Rússia feudal as contradições entre a burguesia e as classes dominantes czaristas deveriam aflorar e a revolução burguesa seria resultado desse processo, o que não acontece, já que essas classes, nas condições russas, criaram laços de unidade. É por isso que Lênin se vê diante da tarefa de buscar no movimento da realidade a expressão das contradições reais, a buscar uma nova teoria da revolução nas condições russas. A defesa de que o proletariado deveria ser a classe portadora inclusive das tarefas da democracia burguesa contra o Estado czarista e parte da própria burguesia é fruto dessa análise, que estava presente como estratégia no primeiro período e, com as alterações táticas necessárias, também no segundo período. Essa perspicácia de Lênin, ao contrário do que o senso comum propaga, demonstra a unidade entre teoria e prática de uma forma não dogmática, pois, como ele próprio defendia, “o fenômeno é mais rico do que a lei” (LÊNIN, 1959, apud VÁZQUEZ, 2007, p. 198), demonstrando que a prática é o critério da verdade.

Sobre as reflexões filosóficas de Lênin, duas obras se destacam: *Materialismo e empiriocriticismo* (1908) e *Cadernos Filosóficos* (1914-1916). Na primeira obra, Lênin está polemizando com teóricos do próprio partido sobre questões políticas de participação institucional na Duma. Influenciado por Mach, que defendia que “o que chamamos ‘matéria’ ou ‘mundo exterior’ seria somente um ‘aspecto de nossas sensações’” (VÁZQUEZ, 2007, p. 200), esse grupo que acredita defender o marxismo resvala para posições idealistas, segundo Lênin. A contraposição a isso é feita pela defesa do materialismo como primazia do ser, da coisa, da matéria, e de que a consciência e o conhecimento seriam o reflexo do mundo exterior que existe independente deles. Acontece que essa tese é defendida com exemplos frágeis, mecânicos, que Marx combateu nas polêmicas com Feuerbach, que via na matéria um objeto simplesmente exterior e não como objetividade social. Marx, sem negar a primazia da matéria, verificou a relação dialética entre sujeito-objeto, objetividade-subjetividade, consciência e mundo exterior demonstrando a unidade entre esses fatores e não de sua separação. Ele não criticou o idealismo para se afirmar materialista simplesmente pelo reconhecimento da primazia da matéria, mas, para construir uma nova unidade entre eles, distinta do idealismo e que se dava pela práxis, como atividade transformadora. É com esse materialismo tradicional, segundo Vázquez, que Lênin critica os discípulos de Mach. Se Lênin tinha razão em criticar o idealismo desse grupo, retornava ao materialismo anterior a Marx para criticá-los. Ele não deixou de tratar das questões da práxis, da atividade transformadora, isso sempre esteve presente em suas reflexões, só que a crítica feita nessa obra estava ancorada numa visão ainda mecânica do materialismo que deixou a prática numa posição subalterna. Vázquez assim define a fonte dessa posição:

A razão fundamental do esquecimento que Lênin concede – o grande revolucionário – à prática no plano teórico está em sua inserção na tradição filosófica marxista que se origina no Engels do *Anti-Dühring*, empenhado em elaborar uma concepção filosófica geral na qual se perde o papel fundamental que a práxis tinha em Marx. E essa inserção se reforça em Lênin com a ajuda do pensador que, até o final de sua vida, ele considerou como o maior marxista da Rússia e seu mestre indiscutível: Plekhanov – não obstante suas divergências políticas. A crítica de Lênin ao idealismo é em *Materialismo e empiriocriticismo* uma crítica

plakhanoviana na que falta o princípio praxeológico fundamental. (VÁZQUEZ, 2007, p. 204).

Entre 1914 e 1916, exilado na Suíça e sob um contexto de guerra mundial e de aprofundamento do reformismo na II Internacional, Lênin avança seus estudos na leitura de Hegel, em particular na obra *Ciência da Lógica*, buscando compreender as fontes da dialética de Marx. Seu estudo e suas anotações de Hegel foram publicados pela primeira vez em 1929-1930, nos chamados *Cadernos Filosóficos*. É nessa obra que ele supera as lacunas existentes nas suas reflexões anteriores, a dialética ganha espaço central, sendo concebida como a “unidade de contrários” em movimento, como desenvolvimento contínuo, como atividade do sujeito que inclui a prática. As diferenças entre sua concepção anterior e esta obra são evidentes, como podemos verificar:

O conhecimento é a aproximação eterna, infinita, do pensamento ao objeto. O *reflexo* da natureza no pensamento do homem deve ser entendido não ‘de forma inerte’, não ‘de forma abstrata’, não carente de movimento, NÃO CARENTE DE CONTRADIÇÕES, mas no eterno PROCESSO do movimento, no surgimento das contradições e de sua solução. (LÊNIN, 1959, apud VÁZQUEZ, 2007, p. 206, destaques do autor).

Dessa forma, o conhecimento não é tratado apenas como reflexo, mas como atividade que necessita passar por estágios de abstração na busca da reprodução da realidade em níveis cada vez mais profundos. E isso é feito pela abstração, partindo do concreto abstrato, passando pela elaboração conceitual até chegar ao abstrato concreto. Para Lênin essa atividade teórica vincula-se necessariamente à prática que opera sobre uma realidade objetiva que limita a sua ação. A partir daqui a dialética aparece com todo vigor em Lênin, que demonstra que essa atividade teórica, com sua vinculação prática, necessita, para superar os limites impostos pela realidade, de uma clara compreensão de sua objetividade, de seus limites, de seu movimento. Entendendo a prática como “atividade do homem orientada para um fim”, Lênin (1959, apud VÁZQUEZ, p. 208) compreende a realidade como atividade humana que possui objetividade e que deve ser compreendida para que possa ser transformada. Vázquez assim define a unidade entre teoria e prática nesse revolucionário:

Para Lênin, a teoria como conhecimento científico da realidade histórico-social, que se deseja transformar de acordo com fins revolucionários, de classe, é, pois, não só reflexão sobre a práxis, mas, acima de tudo, teoria da práxis, teoria que surge da prática, a ela serve e, ao mesmo tempo, está na própria prática como parte necessária e indissolúvel (p. 216).

É com essa compreensão da relação entre teoria e prática, a práxis revolucionária, que Lênin foi capaz de captar o movimento da realidade e compreender as ações práticas de classe para a transformação revolucionária da sociedade russa, inclusive as suas limitações concretas da transição socialista para uma sociedade sem classes.

3.12. AS ORIGENS DO MARXISMO OCIDENTAL

Os objetivos deste item, ponto de chegada para a compreensão da relação entre teoria e prática produzidas pelos teóricos e militantes políticos desde Marx e Engels até o surgimento do marxismo ocidental, limitam-se a uma breve apresentação dos condicionantes políticos e sociais que Anderson (2004) e Sader (2009) indicaram como momento desse processo, além de uma sintética apresentação dos referenciais que nortearam seus primeiros teóricos. Sendo ponto de chegada, também será um ponto de partida para o prosseguimento de estudos posteriores, momento de retomada e aprofundamento das produções teóricas, do contexto político, econômico e social e dos caminhos percorridos pelo marxismo ocidental e pela III Internacional, a Internacional Comunista. Sigamos os propósitos deste item.

O mundo pós-Primeira Guerra Mundial assistiu à tentativa de retomada do crescimento econômico anterior e aos desfechos da Revolução Russa. E a Rússia, após a derrota das potências invasoras, iniciava sua reconstrução e a primeira experiência de transição socialista. À Alemanha, derrotada na guerra, foi imposta uma desmoralizante responsabilização pelos custos dos conflitos, perdendo territórios, pagando indenizações às demais potências, impedida de organização militar, entre outras imposições. Toda a década de 1920 foi de intensa crise econômica no país, com explosões hiperinflacionárias, planos

econômicos, reorganização governamental, agitações operárias, fortalecimento do Partido Comunista.

Nos demais países beligerantes da Europa imperaram o endividamento externo, o desemprego e a débil retomada do crescimento econômico. Somente os Estados Unidos, que entraram tardiamente na guerra (1917), tiveram melhor situação, de crescimento econômico contínuo, tornando-se maior exportador e credor mundial, a maior economia no pós-guerra. Para os Estados Unidos, tudo parecia caminhar bem. As declarações de Calvin Coolidge no Congresso do país, em 4 de dezembro de 1929, atestavam isso.

Nenhum Congresso dos Estados Unidos já reunido, ao examinar o estado da União, encontrou uma perspectiva mais agradável do que a de hoje [...]. A grande riqueza criada por nossa empresa e indústria, e poupada por nossa economia, teve a mais ampla distribuição entre nosso povo, e corre como um rio a servir de caridade e aos negócios do mundo. As demandas da existência passaram do padrão da necessidade para a região do luxo. A produção que aumenta é consumida por uma crescente demanda interna e um comércio exterior em expansão. O país pode encarar o presente com satisfação e prever o futuro com otimismo. (COOLIDGE apud HOBBSAWM, 1995, p.90).

No ano seguinte o mundo conhecia sua mais grave crise econômica, tendo como epicentro os Estados Unidos. O otimismo nos Estados Unidos semeava o caminho “rumo ao abismo econômico”, nas palavras de Hobsbawm. Essa grande depressão não seria resolvida com medidas governamentais convencionais ou novas alternativas econômicas; a velha guerra apresentava-se novamente como solução das questões econômicas.

A URSS, durante toda a década de 1920, colocou-se na reconstrução do país, destruído pela Primeira Guerra e pela guerra civil. Um intenso debate se deu sobre as alternativas econômicas para a transição socialista. Como construir o socialismo em condições de baixo desenvolvimento das forças produtivas? A Nova Política Econômica foi implantada, tendo nos Planos Quinquenais as medidas de planejamento do desenvolvimento econômico e distribuição de riqueza. Com o isolamento da URSS, as relações internacionais se deram, fundamentalmente, através da III Internacional, que teve um grande impulso com a adesão e criação de partidos comunistas pelo mundo inteiro. Lênin, por meio de

sua obra *A doença infantil do “esquerdismo” no comunismo* (1921) apresentou seu balanço da Revolução Russa e analisou a situação nos países centrais, observando as dificuldades da revolução nesses locais, dado o poderio do capital e o reformismo da classe operária. Esse texto teve uma enorme repercussão, tomando a forma de um sistema teórico que orientou a ação política dos revolucionários europeus. Lênin também observou que um processo de burocratização se desenvolvia, em que a democracia operária exercida através dos sovietes estava sendo substituída pelas decisões do Partido. Debilitado por um atentado em 1922, ele ainda conseguiu apontar esse problema em seus últimos textos.

Com a morte de Lênin, em 1924, e, fundamentalmente, com o processo histórico de construção do socialismo naquelas condições, qualquer possibilidade de recuperação da democracia dos sovietes foi apagada, assim como o desenvolvimento de uma cultura marxista crítica. Lembremos que uma importante parcela da vanguarda da classe operária e do partido, que estavam à frente do Exército Vermelho, foi morta na guerra civil.

A consolidação de um estrato burocraticamente privilegiado acima da classe operária era assegurada por um regime policial cuja ferocidade desconhecia limites. Nessas condições, a unidade revolucionária entre teoria e prática que tornara possível o bolchevismo clássico foi irremediavelmente destruída. Na base, a casta que confiscou o poder no país calou as massas e pulverizou sua espontaneidade e autonomia; no topo do Partido, os expurgos afastaram gradualmente os últimos companheiros de Lênin. Todos os trabalhos teóricos sérios foram interrompidos após a coletivização. [...] O país mais avançado do mundo no desenvolvimento do materialismo histórico, que havia superado toda a Europa pela variedade e vigor dos seus teóricos, foi transformado, em uma década, numa atrasada terra de semianalfabetos, notável apenas pelo rigor de sua censura e pela cruza de sua propaganda. (ANDERSON, 2004, p. 40-41).

Se a sociedade soviética produzia o stalinismo, no mundo capitalista o movimento operário não teve vida tranquila, ao contrário, sofria as maiores privações. Para que a recuperação econômica tivesse sucesso, além de outras medidas, era necessário o aumento da extração de mais-valia dos trabalhadores, o que significava piora em suas condições de vida e a necessária repressão ao

movimento operário organizado. Na Alemanha, a República de Weimar reprimiu os setores mais radicalizados e se deparou com o nazismo na década de 1930. Na Itália, desde o início da década de 1920, o fascismo, com Mussolini, já mostrava a violência de sua repressão aos trabalhadores. Gramsci permaneceu preso por quase todo o período fascista, saindo apenas para morrer. Na Áustria, o fascismo clerical se abateu sobre o movimento operário, destruindo as organizações sindicais. Na Hungria, a ditadura já estava instalada. Na Espanha, na década de 1930, o fascismo também se apodera do governo após guerra civil e golpe militar, apoiado pela Itália, Portugal e Alemanha. Esse processo termina, como conhecido, com a expansão nazi-fascista e Segunda Guerra Mundial.

Anderson (2004) afirma que até esse momento, por volta de 1918, havia uma unidade orgânica ente teoria e prática dos mais diversos dirigentes políticos. A partir desse momento, diante desse contexto que apresentamos, houve um progressivo e lento divórcio dessa unidade ou o fim das distintas formas da relação entre teoria e prática. O autor identifica também um deslocamento territorial da produção marxista, saindo da região centro-oriental da Europa para seu ocidente. Diríamos nós que também para o oriente e para a América Latina. Esses dois processos estão interligados. Suas origens estão exatamente nesse período, do socialismo soviético, do nazi-fascismo e de crise do capitalismo, tendo em três importantes dirigentes e teóricos sua expressão: Gramsci, Karl Korsch e Lukács.

Lukács, membro do Partido Comunista da Hungria, foi ministro da República Soviética Húngara em seu curto período de existência. Em 1928, Lukács, que já havia escrito a importante obra *História e Consciência de Classe* (1922), produziu as teses oficiais do Partido Comunista Húngaro com críticas às posições da III Internacional, sobretudo em relação ao ataque que o VI Congresso fazia aos socialdemocratas, classificando-os de socialfascistas, caracterização de que Lukács discordava. Diante dos conflitos com a III Internacional, e pretendendo permanecer nas fileiras comunistas, Lukács faz uma retratação e se isola no Partido, produzindo reflexões sobre literatura e filosofia.

Karl Korsch (1886-1961), militante do partido comunista desde 1920, que participou ativamente da revolução alemã, sendo também ministro no governo comunista da Turíngia, em 1923, e deputado pelo Partido Comunista, em 1925,

foi expulso do Partido em 1926 por negar que o capitalismo estivesse estável, por defender agitações operárias e críticas ao acomodamento da URSS com o capitalismo. Continuou a participação nos espaços de luta e discussões marxistas na Alemanha, mas, com a ascensão de Hitler, se exilou na Escandinávia e nos Estados Unidos, ficando isolado da prática política. Dentre as inúmeras obras produzidas por Korsch, *Marxismo e Filosofia* (1923) foi a mais destacada e também polêmica.

Gramsci, ativo dirigente do Partido Comunista Italiano, sendo seu principal teórico, foi preso em 1926, sob a ditadura de Mussolini. Na prisão produziu enormemente, mesmo com toda a censura imposta. Como estava preso nos anos iniciais do stalinismo, Gramsci foi poupado dos conflitos pelos quais seus contemporâneos passaram, o que não o impediu de tecer análises críticas sobre as disputas internas na URSS, sobre a necessidade de maior democracia entre os revolucionários e sobre a posição da III Internacional a respeito os regimes fascistas.

Esses três dirigentes e teóricos comunistas representam, evidentemente contra as suas vontades, segundo Anderson, uma transição para uma relação entre teoria e prática distinta, valendo a repetição de sua avaliação que fizemos no início deste trabalho.

[...] fascismo e stalinismo, as duas grandes tragédias que, de maneiras tão diferentes, se abateram sobre o movimento operário europeu no período entreguerras, se somaram para dispersar e destruir os potenciais expoentes de uma teoria marxista nativa vinculada à prática das massas do proletariado ocidental. A solidão e morte de Gramsci na Itália, o isolamento e exílio de Korsch e Lukács nos EUA e na URSS, respectivamente marcam o fim da fase em que o marxismo ocidental ainda estava próximo das massas. (ANDERSON, 2004, p.52).

Além do fascismo e no stalinismo, outro fator desse processo foram as derrotas das revoluções na Alemanha e na Hungria, conforma avalia Sochor:

A derrota da revolução europeia, no caso de alguns intelectuais comunistas, canaliza a energia dos mesmos, não empenhada na ação prática, para a atividade teórica. Isso certamente pode ser dito a propósito de G. Lukács e de K. Korsch. A derrota da revolução privou-os de qualquer função de governo; e, de comissários revolucionários, retornaram à sua atividade de

estudiosos. Na expectativa, ainda plena de esperanças, de uma nova onda, eles se esforçaram para elaborar filosoficamente o que esperavam de uma época revolucionária e de uma nova ordem social. (SOCHOR, 1987, p. 15).

Sobre esse período, é importante resgatar as características predominantes da II Internacional que permaneceram sob a III Internacional (Internacional Comunista – IC), fundamentalmente com o predomínio stalinista. Qual seja: uma visão positivista, mecanicista e evolucionista do desenvolvimento histórico em que a revolução seria o curso natural e inevitável, pois o capitalismo seria levado pelo próprio curso da história à bancarrota. Com a exceção de Lênin, falecido em 1924, de Rosa Luxemburgo, falecida em 1919, entre outros, a lógica dialética da realidade foi negligenciada por dirigentes e teóricos que estavam à frente da IC naquele momento. Lembremos que Lênin, no exílio suíço, durante os primeiros anos da guerra, diante de suas insuficiências filosóficas, empreendeu um profundo estudo de Hegel, conforme analisado anteriormente. Korsch, Gramsci e Lukács empreenderam esforços teóricos nesse sentido, procurando resgatar a dialética materialista de Marx e Engels num período conturbado, em que o stalinismo e o fascismo ganhavam terreno. Sobre isso, atestou Lukács:

Nos anos 20, Korsch, Gramsci e eu tentamos, cada qual seguindo seu próprio caminho, enfrentar o problema da necessidade social e da sua interpretação mecanicista que constituía a herança da Segunda Internacional. Herdamos o problema, mas nenhum de nós – nem mesmo Gramsci, talvez o mais dotado dos três – o resolveu. (NETTO, Apresentação de KORSCH, 2008, p. 20).

Se a Revolução Russa colaborou para o rompimento com a tradição da II Internacional, momento de publicação de *História e Consciência de Classe e Marxismo e Filosofia*, escritos por Lukács e Korsch, respectivamente, em 1923, seu desenvolvimento estalinista sufocou qualquer reflexão crítica no campo marxista. E Lukács e Korsch foram os primeiros exemplos. Além da crítica ao mecanicismo presente nessa geração marxista e do resgate da dialética, havia distinções importantes nessas duas obras, que Netto destaca:

[...] há algo que as distingue essencialmente: a apreensão das *mediações* entre teoria e práxis (nomeadamente a práxis política revolucionária). [...] o fato é que, na estrutura teórica de *História e consciência de classe*, sistemas de mediações entre teoria e

práxis, consciência e ser, ideologia e ação político-interventiva são centrais. E aquilo de que carece, justamente, a reflexão korschiana de 1923, é na consideração da relação entre teoria e práxis, a apreensão e a ponderação das mediações. (NETTO, Apresentação de KORSCH, 2008, p. 13, grifo do autor).

A obra de Korsch é uma profunda crítica ao marxismo mecanicista da II Internacional, especialmente o anterior a 1914, cujos principais problemas têm origem, segundo ele, no abandono da dialética materialista de Marx e Engels e da incompreensão da filosofia hegeliana para a constituição dessa nova teoria social. Se, em 1923, Korsch nutria admiração por Lênin, após sua expulsão do partido, ele rompe teoricamente com as proposições do dirigente russo e vai minimizando a importância das contribuições de Marx e Engels. Diferente de Lukács, Korsch não fez nenhuma autocrítica e manteve suas críticas até o final de sua vida. Sobre a obra, Sochor apresenta as seguintes considerações:

Inicialmente, Korsch tomara o modelo *O Estado e a revolução* de Lênin e pretendia realizar, num outro campo, o que Lênin fizera com a teoria do Estado e da ditadura do proletariado: reconstruir e aplicar praticamente as ideias originais de Marx à relação entre o socialismo científico e a filosofia, deformada pelo marxismo vulgar da Segunda Internacional. Portanto, ele se liga diretamente quer às obras juvenis de Marx, como a *Introdução à crítica do direito de Hegel* ou as *Teses sobre Feuerbach*, quer a *O Capital*. Todavia, afasta-se de modo marcante das opiniões filosóficas de Lênin, e esse afastamento é particularmente acentuado na Anticrítica de 1930, na qual polemiza abertamente com Materialismo e empiriocriticismo, sublinhando como, nessa obra, Lênin não se ocupa tanto “do problema teórico da verdade ou da falsidade da filosofia materialista que ele defende, mas sim da questão prática, da sua utilidade em vista da luta revolucionária da classe operária”. (SOCHOR, 1987, p. 63-64).

Korsch critica o economicismo do marxismo vulgar e defende a devida importância das esferas subjetivas, políticas e jurídicas, não como contraponto à estrutura econômica, mas como um todo articulado, como totalidade social. Além disso, contra a leitura mecânica e estreita da XI tese sobre Feuerbach, que relega a filosofia apenas a um aspecto do pensamento puro, que seria superada pela ação prática, Korsch faz uma defesa da filosofia, afirmando que marxismo e filosofia são inseparáveis, que a filosofia também é um elemento material,

demonstrando assim a relação dialética entre ser e pensamento. Sua leitura dessa tese aponta para a necessária vinculação da filosofia com a ação prática transformadora.

Já na obra *História e consciência de classe* reúne diversos artigos filosóficos e políticos cuja originalidade se expressa na convicção de que a dialética limita-se ao desenvolvimento histórico e não aos demais fenômenos da natureza, como era para Engels, e também sobre a historicidade do materialismo histórico e dialético, ou seja, sua validade apenas para a compreensão da sociedade capitalista e não para explicar toda a história da humanidade. Além disso, a referência para a definição do marxismo era, para Lukács, o método desenvolvido por Marx e Engels e não, necessariamente, os seus postulados e orientações para a luta política em que estavam envolvidos no século XIX. Uma das questões centrais do método, para o autor, era a perspectiva da totalidade concreta, “categoria fundamental da realidade”. (LUKÁCS, 2003, p. 79). Ainda que a esfera econômica possua uma importância nesse processo, Lukács recupera a relação dialética da interrelação entre todos os complexos sociais da totalidade, sendo esta o elemento fundamental do método. Além disso, a identidade sujeito/objeto hegeliana e algumas aproximações com as caracterizações de tipo ideal de Weber são outras marcas dessa obra. Essas formulações entraram em choque com o determinismo econômico da III Internacional, o que causou uma forte reação contra Lukács, quase sempre com acusações mecânicas de idealismo e de refutar as “verdadeiras” teses do materialismo histórico.

Esse debate sobre a totalidade e os ataques ao determinismo econômico ficaram mais evidentes nas críticas que Lukács desferiu contra Bukharin, mais especificamente contra o seu manual *A teoria do materialismo histórico*, que tratava a técnica social como elemento determinante sobre as relações de produção, adquirindo uma função fetichista, segundo Lukács. (SOCHOR, 1987, p. 23).

Depois de sofrer críticas e ser afastado do partido, Lukács não rompe com suas tradições políticas e resolve fazer uma autocrítica, apenas formal, para se manter vinculado ao movimento comunista. Depois disso, vai aprofundar seus estudos sobre estética e ética e voltará a tratar dos temas políticos somente após a década de 1950.

Gramsci é um autor que também dará importância para a questão da subjetividade, procurando entender o processo de formação de consciência da classe trabalhadora. Essa é a tônica de sua produção inicial, aliada a um otimismo sobre as possibilidades abertas pela Revolução de Outubro. Em seus escritos juvenis (1914-1918), a questão da nova ordem também estará presente, marcada ainda como princípio moral, que se expressa por meio dos conselhos operários, organismos que poderiam ter a capacidade de direção da sociedade. Sua atenção, nessa questão, estava voltada para a subjetividade desse trabalhador e produtor, que sendo os

[...] elementos mais conscientes, poder-se-ia obter uma transformação radical da psicologia operária, tornar a massa melhor preparada e mais capaz para o exercício do poder, difundir uma consciência dos deveres e dos direitos do camarada e do trabalhador, uma consciência concreta e eficiente porque gerada espontaneamente a partir da experiência viva e histórica [...] (GRAMSCI apud BADALONI, 1987, p. 21).

Ao mesmo tempo em que se projetava nos conselhos o embrião da nova organização societária, havia uma subestimação dos instrumentos de repressão da burguesia por meio de uma análise do enfraquecimento do Estado italiano. Após as derrotas no processo de ocupação das fábricas, entre 1919-1920, Gramsci transfere a responsabilidade para a burocracia do Partido Socialista que havia impedido, segundo ele, a transformação social italiana. Naquele momento, ele avaliava que três grandes forças foram suscitadas: a independência da base camponesa no Partido Popular, o fascismo na pequena burguesia e o fortalecimento do Partido Comunista.

Além disso, revendo a superestimação dos elementos subjetivos e de suas previsões, Gramsci afirmará que:

Não se pode propor, antes da conquista do Estado, a modificação completa da consciência de toda a classe operária; seria utópico, já que a consciência da classe operária como tal só se modifica quando já se modificou o modo de viver da própria classe, ou seja, quando o proletariado já se houver tornado classe dominante, quando tiver à sua disposição o aparelho de produção e de troca e o poder estatal. Mas o partido pode e deve, em seu conjunto, representar essa consciência superior; se não fizer isso, não se colocará à frente, mas sim a reboque das massas, não as guiará,

mas será arrastado por elas. (GRAMSCI apud BADALONI, 1987, p. 28).

Nesse sentido, Gramsci formula uma concepção partidária original, descrevendo que se a realidade entre Rússia e Itália era distinta, as formas de luta também seriam, se na Rússia a luta assumia um caráter direto, na Itália (e no Ocidente) era mais complexo, se na Rússia o assalto revolucionário fora possível, na Itália a ação deveria ser mais lenta e prudente.

Outra questão importante que Badaloni (Idem, 1987) apresenta é que “O marxismo, para Gramsci, é a possibilidade aberta de uma ‘filosofia da práxis’, ou seja, de uma socialização do saber passado e do saber em construção”. Dotar a classe trabalhadora da cultura produzida pela humanidade era a grande tarefa que o teórico e dirigente político italiano estava preocupado em empreender, sendo, ele mesmo, o exemplo desse processo. É nisso que reside um aspecto importante da sua formulação de hegemonia, a unidade dos trabalhadores com suas expressões teóricas, o marxismo como filosofia da práxis.

O homem ativo da massa opera praticamente, mas não tem uma clara consciência teórica, ou melhor, pode estar historicamente em contradição com seu agir. Pode-se quase dizer que ele tem duas consciências teóricas (ou uma consciência contraditória), uma implícita em sua ação, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade, e outra superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e recolheu de modo acrítico [...]. A compreensão crítica de si mesmo ocorre, portanto, através de uma luta entre “hegemonias” políticas, entre direções contrastantes, primeiro no campo da ética, para chegar até uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (ou seja, a consciência política) é a primeira fase para uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. Portanto, também a unidade dessas últimas não é um dado de fato mecânico, mas um devir histórico, que tem sua fase elementar e primitiva no senso de “distinção”, de “separação” de independência quase instintiva, e progride até a posse real e completa de uma concepção de mundo coerente e unitária. (GRAMSCI apud BADALONI, 1987, 52).

É esse o núcleo central dos *Cadernos do Cárcere*, escritos a partir de 1929, durante os anos de Gramsci na prisão (1926 – 1937). Para os objetivos

deste texto, bastam essas rápidas considerações sobre Gramsci, seu estudo detalhado será obra para estudos futuros, conforme descrevemos no início deste item.

Se até aqui descrevemos algumas características da conjuntura do início da década de 1920 e dos principais teóricos que estavam na origem do denominado marxismo ocidental, a Escola de Frankfurt é a expressão de uma nova relação entre teoria e prática, que deve ser compreendida por meio desses condicionantes objetivos, por meio da ascensão do nazi-facismo, de um lado, e do stalinismo, por outro, numa conjuntura de crise econômica europeia e ascensão política e econômica dos Estados Unidos.

Segundo Anderson, é com o Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, um centro acadêmico de pesquisas marxistas, que essa dissociação acontece, ainda que no início, durante a década de 1920, houvesse tentativa de evitá-la. Parcela considerável desses teóricos envolvidos no Instituto deu forma teórica ao abandono da política como meio da transformação social. Se Marx partiu da filosofia para a economia, essa nova geração afastou-se da economia e da política refugiando-se na filosofia, “em um prolongado e intrincado Discurso sobre o Método”. (ANDERSON, 2004, p. 73). Ainda sobre essa tradição, o autor apresenta outra consequência:

A linguagem em que foram escritas adquiriu um caráter crescentemente especializado e inacessível. Durante um período histórico inteiro, a teoria transformou-se numa disciplina esotérica cuja linguagem altamente técnica dava a medida de sua distância da política. [...] o próprio excesso de complexidade verbal acima do mínimo necessário era o indício de seu divórcio de qualquer prática popular. (ANDERSON, 2004, p. 73-74).

Para os propósitos deste trabalho não abordaremos a sequência desse processo, que se aprofundou ainda mais a partir da Segunda Guerra Mundial. As observações de Anderson sobre o marxismo ocidental não fazem com que ele deixe de apontar questões importantes dessa tradição para o marxismo, mesmo que num diálogo muitas vezes crítico. Lembrando que esse processo possui mediações entre os seus variados teóricos e que nenhum deles deixou de produzir uma análise crítica da sociabilidade capitalista. Além disso, há polêmicas sobre as afirmações de Anderson, conforme o contraponto proposto por Loureiro

e Musse (1998), para os quais é um equívoco afirmar que no marxismo ocidental há uma falta de vínculos com a prática. Musse, num artigo dessa obra, afirmará: “poderemos dizer que o marxismo ocidental tem como uma de suas principais características a inversão – a partir de uma interpretação renovadora das Teses sobre Feuerbach – *do primado da teoria ante a prática* (p. 28, grifo meu). A “renovação”, diríamos nós, na verdade é um retorno a Hegel. Essa é uma interessante polêmica que será objeto de estudos posteriores.

4. EDUCAÇÃO E MARXISMO: CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS SOBRE CONCEPÇÕES IDEALISTAS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO POPULAR

Neste capítulo buscamos apresentar as principais características de três vertentes da educação popular que influenciaram e influenciam diversos setores, organizações e movimentos sociais no Brasil, a saber: *A Pedagogia do Oprimido* - **Paulo Freire**; *O método Ver, Julgar e Agir* – **Igreja Católica** (Teologia da Libertação) e *A Concepção Metodológica Dialética* - **Oscar Jara**. Em seguida, com base no materialismo histórico e dialético, realizamos um diálogo crítico com essas concepções, demonstrando seus referenciais idealistas e seus limites para uma perspectiva de transformação social.

A referência básica para esse diálogo crítico está ancorada nos estudos de Iasi (2001) acerca do processo de consciência e de sua discussão sobre as questões metodológicas no campo da educação popular.

Inicialmente, cabe uma importante observação: todas essas vertentes estão no campo progressista, cumpriram e cumprem um importante papel na luta política em defesa dos setores oprimidos, o que não impede que, mesmo nos situando nessa mesma “trincheira” de luta, travemos o debate crítico para analisar os limites teóricos e práticos que possam existir.

Salientamos também que não se trata de uma análise das obras dos autores aqui indicados, mas, apenas reflexões iniciais que serão aprofundadas posteriormente. Uma crítica adequada a essas concepções requer, preliminarmente, um estudo aprofundado da produção teórica do educador Paulo Freire, matriz das demais concepções apresentadas neste texto. O mapeamento das obras de Marx, Engels e da geração marxista posterior, no que se refere à relação entre teoria e prática, possibilitaram este primeiro exercício crítico que segue.

4.1. A PEDAGOGIA DO OPRIMIDO DE PAULO FREIRE

Paulo Freire, pernambucano, é um dos mais destacados pedagogos do Brasil e do mundo. Participou do governo João Goulart, exilado durante a ditadura civil-militar, exerceu importantes funções em órgãos internacionais, teve seu

método de alfabetização aplicado pelo mundo afora e produziu uma vasta publicação em diversas línguas.

A obra *Pedagogia do Oprimido*, escrita em 1968, traduzida para 17 línguas, é considerada sua principal produção por sintetizar um método pedagógico que influenciou e influencia diversos setores populares e sociais. Buscaremos, a seguir, apresentar as principais características das propostas do educador.

Como justificativa da pedagogia do oprimido, Paulo Freire inicia sua obra com uma análise dialética da relação humanização/desumanização produzida pela sociedade capitalista, em que o “medo da liberdade” é um sentimento enraizado nos setores oprimidos, o medo de enfrentar o desconhecido, o medo da libertação. Nesse sentido, aponta as características iniciais de sua proposta:

A nossa preocupação, neste trabalho, é apenas apresentar alguns aspectos do que nos parece constituir o que vimos chamando de pedagogia do oprimido: aquela que tem de ser forjada *com* ele e não *para* ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará. (FREIRE, 2005, p. 34, grifos do autor).

Como unidades de contrários, os oprimidos, nas palavras de Freire, hospedam o opressor. Na medida em que as classes opressoras exercem sua dominação, essa relação é assumida pelos oprimidos, podendo muitas vezes ser reproduzida pelos setores dominados no anseio de tornarem-se um deles. A compreensão dessa contradição pelos próprios oprimidos é elemento fundamental de sua libertação. Sabendo-se oprimido, é possível expulsar a sombra do opressor e preencher esse vazio (p. 37-38).

O educador adverte que essa “superação não pode dar-se, porém, em termos puramente idealistas”. É preciso “reconhecerem-se limitados pela situação concreta de opressão. [...] É preciso, enfatizemos, que se entreguem à práxis libertadora” (Idem, p.39). Essa práxis libertadora será obra dos próprios oprimidos e nunca dos opressores. Como realizar a pedagogia do oprimido?

Se, porém, a prática desta educação implica o poder político e se os oprimidos não o têm, como então realizar a pedagogia do oprimido antes da revolução? [...] um primeiro aspecto desta

indagação se encontra na distinção entre *educação sistemática*, a que só pode ser mudada com o poder, e os *trabalhos educativos*, que devem ser realizados *com* os oprimidos, no processo de sua organização. (Ibid., 2005, p. 46, grifos do autor).

A pedagogia do oprimido não é feita de forma vertical, é construída com o povo, na crença no povo, na comunhão com ele, não na imposição do saber. Será na convivência com o povo, como um deles, que a percepção de suas formas de vida e comportamento será apreendida. Um aspecto do comportamento do oprimido é a sua própria desvalorização, achando-se inferior, que não sabe, que não tem o conhecimento que os demais setores sociais possuem. Por meio do depoimento de um camponês que tomou conhecimento de sua situação, Freire se impressiona “[...] como, com as primeiras alterações numa situação opressora, se verifica uma transformação nesta autodesvalia”. (Ibid., p. 57).

“Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão”. Essa é a mensagem que permite ao educador defender que os oprimidos, após descobrirem o opressor por meio do diálogo crítico e libertador, de sua conscientização se engajem na luta por sua libertação, que não é um ato intelectual, mas uma ação consciente, a práxis.

Em seguida, Freire critica a concepção “bancária” de educação e a apresenta como instrumento de opressão. Suas características gerais são: a narrativa e a dissertação, tendo como sujeito indispensável um narrador, aquele que transmite a informação, e o objeto, o educando, que pacientemente ouve e recebe o que é transmitido; seus conteúdos são descolados da realidade do educando, são meros processos de memorização mecânica; a educação é uma forma de depósito de conteúdos. Por isso, uma educação “bancária”. Seu pressuposto é de que o educador, o que sabe, o que pensa, lida com ignorantes que nada sabem e, por isso, deve despejar seus conhecimentos sobre aqueles que não os têm. Essa educação conforma os homens à realidade, tornando-os passivos diante da desumanização. Em contraposição à educação “bancária”, “a razão de ser da educação libertadora está no seu impulso inicial conciliador. Daí que tal forma de educação implique a superação da contradição educador-educandos, de tal maneira que se façam ambos, simultaneamente, educadores e educandos. (Ibid., 2005, p. 67).

É nesse sentido que Freire defende uma segunda mensagem: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”. Para a superação da contradição do educador com o educando é sugerido um termo novo: “educador-educando com educando-educador” (Ibid., p. 78) por meio do diálogo, da educação problematizadora, da crítica, da criatividade que propiciam, com os educandos, a possibilidade do desvelamento da realidade. A consciência desse processo é dada na relação com o mundo, ou seja, “Relações em que consciência e mundo se dão simultaneamente. Não há uma consciência antes e um mundo depois e vice versa” (Ibid., p. 81).

Outro elemento da pedagogia do oprimido é a compreensão do homem como ser inconcluso, como sujeito histórico, em permanente transformação que busca o “ser mais”, sua vocação ontológica de humanização, não no isolamento, mas como processo coletivo de sua própria emancipação. A essência do diálogo ganha, para o autor, nesse processo, relevância fundamental. Palavra, ação e reflexão, práxis e transformação do mundo como verdadeiras palavras são os conteúdos fundamentais do diálogo. Pronunciar o mundo para modificá-lo. Buscar a compreensão da totalidade a partir da realidade concreta do povo.

Qual é o conteúdo dessa proposta? Segundo Freire, o conteúdo não deve ser apresentado fora da realidade em que vive o povo, não deve ser apresentado a partir da visão de mundo de quem educa, mas deve ser buscado na relação com o educando, na sua realidade concreta, no seu “universo temático” com seus “temas geradores” na busca da superação das “situações limites” que impedem a sua humanização.

Se o diálogo é o fato fundamental da “revolução cultural” que a transformação social opera, o educador denuncia, em quase toda a extensão do livro, toda forma antidialógica, seja pelos opressores como também pelos setores oprimidos que defendem mudanças sem o diálogo com o povo. Suas características são a divisão, a manipulação, a invasão cultural. Em contraponto, a teoria da ação dialógica defende a co-elaboração, a união, a organização e a síntese cultural.

4.2. O MÉTODO VER, JULGAR E AGIR

Esse método foi utilizado, inicialmente, pela Ação Católica – recomendado pelo Concílio Vaticano II, defendido no Documento de Medellín (1968) da Segunda Conferência Episcopal Latino Americana e confirmado na Terceira Conferência, em Puebla (1979) – sendo difundido e utilizado pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) como ferramenta de luta política por todo o Brasil no final dos anos 70 e início dos 80.

No interior da Ação Católica, fundada no Brasil em 1935, a Juventude Universitária Católica (JUC) constituiu-se num setor especializado, com o objetivo de aproximar a Igreja Católica da juventude universitária, tornando-se um movimento social importante por volta da década de 1950²⁶, ainda marcada pela tradição conservadora. No final dessa década, algumas fissuras foram abertas na JUC. Influenciados pelo aguçamento da luta de classes e por teóricos católicos como Jaques Maritain, Emmanuel Mounier e Pierre Teilhard de Chardin, parcela dessa juventude aproximou-se do marxismo. Além disso, os setores progressistas da Igreja católica engajaram-se no Movimento de Educação de Base (MEB), que possibilitou, por meio de uma ação educativa, um estreitamento das relações com o mundo rural e com o interior do Brasil. Num movimento paralelo, Paulo Freire, educador católico, desenvolvia em Recife seu método de alfabetização com a colaboração de militantes da JUC e da Ação Popular (AP), organização política surgida da esquerda da JUC. É nesse contexto que o método Ver, Julgar a Agir é adotado pelos setores progressistas católicos.

Com o afastamento cada vez maior desses setores da própria Igreja, como foi o caso da AP, que se aproximou dos ideários socialista e comunista; o golpe civil-militar de 1964 e a perseguição da esquerda católica; o apoio da cúpula da Igreja ao Golpe e a dissolução da JUC, o método é retomado no final da década de 1970, com o surgimento da Teologia da Libertação no Brasil.

Como se estrutura o método? O Ver é o primeiro passo “[...] porque se não existe preocupação em conhecer a realidade, conseqüentemente não existe o engajamento”. (BORAN, 1977, p. 59). Nesse sentido, “É um método científico que

²⁶ Ver Ridente (2002).

nos leva a superar a precipitação e a subjetividade. Através dele descobrimos até que ponto nosso próprio mundo de pensamentos e sentimentos corresponde à realidade”. (Idem, p. 60). Portanto, nesse momento, o desafio é desvelar a realidade, ir além das aparências. A partir da escolha de um tema ou um fato, as pessoas devem relacionar suas experiências cotidianas com o que está em debate, buscando os fatos mais significativos. Em seguida, é preciso procurar suas causas, distinguindo o que é mais aparente, as causas mais imediatas, o que é secundário do principal. Aqui reside o elemento central desse primeiro passo, a caracterização do que é a causa fundamental do fato em questão. É sobre ela que as soluções reais serão adotadas, assim como a consciência das soluções das causas aparentes serão apenas atenuantes, emergenciais, mas não resolverão a causa principal.

A questão é ter um conhecimento científico e objetivo da realidade.

Para isso é importante ter uma visão das causas principais dos problemas que nosso grupo aprofunda com vistas a uma transformação da sociedade. Sem esta visão o grupo estaria agindo como alguém que tenta carregar água na peneira, isto é, lutando com armas erradas (Ibid., p. 69).

Por meio da capacidade de encontrar as causas centrais dos problemas que afligem a sociedade, é possível despertar o senso crítico das pessoas para uma ação transformadora. Mas, isso não é realizado sem passar pelo segundo passo do método, o Julgar.

O Julgar, para esse método, não possui o sentido negativo e moral, mas de analisar o que está certo e o que está errado, agindo para transformá-lo. O Ver prepara o caminho para o Julgar.

Julgar significa perceber o que está ajudando ou impedindo os homens de se libertarem e se tornarem irmãos. Significa perceber *o pecado que está dentro de cada um de nós*, a tendência de dominar, explorar e usar os outros. É também o *pecado social* que está presente nas estruturas injustas da sociedade. (Ibid., 1977, p. 75, grifos do autor).

Esse processo é realizado por meio dos valores cristãos, da Revelação de Deus na Bíblia, na Igreja, mas não da teologia conservadora e sim pela Igreja Libertadora que os católicos da América Latina impulsionaram, a Teologia da

Libertação. Não se trata mais da caridade, da esmola, das pequenas ações, trata-se da “libertação integral do homem”. A “salvação” é feita através de uma profunda análise da realidade e pela opção preferencial pelos pobres.

Após o Julgar, é preciso conduzir as discussões para o Agir, para a ação transformadora, seja ela imediata, a médio ou a longo prazo. Isso se dá com a organização de um plano. As ações imediatas podem ser resolvidas dessa forma, mas, as ações de longo prazo são atingidas de forma parcial e indireta. O enfrentamento e a resolução dos pequenos problemas encorajam as pessoas para os desafios maiores. As mudanças são realizadas nos processos. Além disso, é preciso o momento da revisão, da avaliação dos passos, da cobrança e de possíveis ajustes no que fora planejado, refazendo assim o processo do Ver, Julgar e Agir, num ciclo contínuo e dialético.

4.3. A CONCEPÇÃO METODOLÓGICA DIALÉTICA

Oscar Jara, sociólogo e educador peruano, aluno e parceiro de Paulo Freire, com vasta experiência no campo da educação popular desde os anos 70, influenciou e colaborou com diversos movimentos sociais da América Latina. Na Costa Rica, onde passou a morar, atualmente, coordena a Rede Alforja, entidade que presta assessoria no campo da educação popular. No Brasil, colaborou com diversos movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), com órgãos governamentais e com diversas organizações do movimento de educação popular.

Jara, no texto *O que é metodologia?*²⁷ [19--], a partir de uma preocupação metodológica dos educadores populares da América Latina e das experiências na Rede Alforja, desenvolve uma Concepção Metodológica Dialética que procura ir além dos instrumentais de trabalho, defendendo que

O desafio principal que temos a enfrentar é o de saber implementar uma estratégia educativa. Isto é, planejar e pôr em prática processos educativos ordenados, lógicos, coerentes, que tenham uma sequência e uma perspectiva tal, que nos permitam

²⁷ Texto muito difundido entre as diversas organizações de educação popular no Brasil e demais países da América Latina.

chegar a apropriar-nos criticamente da realidade para transformá-la (p. 1-2).

Para o desenvolvimento dessa concepção, uma primeira constatação é que a maior parte dos participantes dos programas de educação popular são adultos, operários e camponeses cujas atividades e preocupações principais são o trabalho e não o estudo. É no trabalho que vivenciam a exploração. Além dessa relação, participam de outras atividades de lazer, de reuniões sociais, familiares, culturais etc. em que experimentam as dificuldades e as perspectivas futuras, ou seja, na sua realidade imediata e concreta, “[...] principal referência para o seu pensamento e sua ação” (Ibid., p. 5).

Nesse sentido, a educação popular deve sempre, segundo o educador, responder às necessidades imediatas das classes populares, necessidades situadas numa determinada conjuntura nacional e internacional.

Se a Educação Popular deve responder às exigências da realidade, não poderá fazê-lo simplesmente através da entrega e transmissão de conhecimentos elaborados.

Nossos programas devem permitir às classes populares que possam elas mesmas ter a capacidade de elaborar seus próprios conhecimentos, apropriando-se de maneira ordenada e progressiva do conhecimento científico da realidade para poder impulsionar ações até sua transformação. (Ibid., p. 8).

Como desenvolver isso? Por meio da Concepção Metodológica Dialética.

A Concepção Metodológica Dialética se baseia na Teoria Dialética do Conhecimento, que afirma que o processo do conhecimento tem como ponto de partida a Prática Social; que esta é a base da teoria e que a teoria deve servir para transformar a prática. Este processo: PARTIR DA PRÁTICA - TEORIZAR SOBRE ELA - VOLTAR À PRÁTICA PARA TRANSFORMÁ-LA, ou o que é o mesmo: PARTIR DO CONCRETO - REALIZAR UM PROCESSO DE ABSTRAÇÃO - REGRESSAR AO CONCRETO PARA TRANSFORMÁ-LO, é o processo dialético do conhecimento.

A Concepção Metodológica Dialética não é senão a aplicação da Teoria Dialética do Conhecimento ao processo educativo. Assim como conhecemos, assim devemos educar. (Ibid., p. 9, destaques do autor).

O educador alerta que muitos programas educativos não propiciam a compreensão da realidade porque violentam o processo de conhecimento;

tratando de temas alheios à realidade das classes populares, trabalham com conceitos já prontos, com textos de difícil compreensão que não estão conectados com a realidade dos participantes, entre outros. As classes populares possuem conhecimentos na sua relação cotidiana, porém, de forma parcial, sem questionamentos, baseados na tradição local e não relacionam suas experiências com a totalidade da realidade mundial. Essa é a realidade concreta e “[...] o conhecimento comum se desenvolve através de processos de ação-reflexão-ação, para responder às situações da realidade imediata”. (Ibid., p. 12). Segundo Jara, é preciso seguir a lógica do conhecimento comum no sentido de seu aprofundamento. Vejamos como isso é feito:

1) PARTIR DA REALIDADE IMEDIATA QUE É PRODUTO NÃO SÓ DE UMA AÇÃO OU EXPERIÊNCIA, MAS DE TODA UMA PRÁTICA SOCIAL E HISTÓRICA

Para que:

2) POSSAMOS APROPRIAR-NOS DE CONCEITOS TEÓRICOS QUE NOS PERMITAM CONHECER AS DISTINTAS DIMENSÕES DA REALIDADE IMEDIATA E GLOBAL. DESCOBRINDO AS CONTRADIÇÕES MAIS PROFUNDAS

Com o objetivo de:

3) APLICAR ESTES CONHECIMENTOS TEÓRICOS COMO GUIA PARA REALIZAR AÇÕES TRANSFORMADORAS ATRAVÉS DE UMA PRÁTICA REVOLUCIONÁRIA. (Ibid., p. 12-13, destaques do autor).

O processo de conhecimento se movimenta a partir da percepção e dos sentidos da realidade imediata, o que permite captar as aparências da realidade. Não se trata de um ato passivo, essa percepção é ativa e mediada pelos valores dos sujeitos. Portanto, esse primeiro movimento, e que estrutura o processo educativo, tem como ponto de partida a prática, que permite o movimento seguinte, a teorização. Nesse momento, é possível avançar para além das aparências, buscando a interconexão dos fatos da realidade imediata. Esse processo é realizado por meio da abstração, que permite, por meio da síntese das conexões aparentes, avançar para a descoberta dos mecanismos de funcionamento da sociedade. A teorização supõe o desenvolvimento da capacidade de associação, de análise e de síntese. Isso não é feito sem contradições e conflitos entre o antigo e o novo conhecimento que se adquire. Por fim, o conhecimento passa pelo retorno à prática para a comprovação de sua

validade. Não se trata de um retorno como antes, agora ele está capacitado para a compreensão das contradições e para sua superação, alterando a realidade imediata, o que possibilita o surgimento de novos fatos e um novo recomeço do processo de conhecimento.

Oscar Jara fundamenta esse processo de conhecimento, por meio de uma nota ao texto, com uma citação de Marx quando analisa o método empregado na crítica da economia política. Segue a citação exatamente como está no texto de Jara:

O concreto é concreto, já que constitui a síntese de numerosas determinações, ou seja, a unidade da diversidade [...]. E para nós o ponto de partida da realidade e, portanto, da intuição e da representação [...] as noções abstratas permitem reproduzir o concreto pela via do pensamento [...] o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é, para o pensamento, a maneira de apropriar-se do concreto, ou seja, a maneira de reproduzi-lo sob a forma do concreto pensado. (MARX apud JARA, Ibid, p. 24-5).

As palavras de Marx, da maneira como estão expostas, permitem ao educador confirmar suas premissas, ou seja, de que o processo do conhecimento sempre deve ter como ponto de partida a prática, elevar-se a um processo de abstração, relacionando os fatos, formulando conceitos, revelando contradições e, assim, produzir um conhecimento racional sobre a realidade pesquisada para transformá-la.

4.4. CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS SOBRE AS VERTENTES DE EDUCAÇÃO POPULAR

Um dos aspectos fundamentais do materialismo histórico e dialético é a sua capacidade de crítica, a possibilidade de desvelar aspectos internos ocultos pela forma. Desde seus escritos de juventude, Marx e Engels empreenderam uma profunda crítica à própria tradição que os formou, negando e incorporando aspectos da filosofia clássica alemã, do socialismo utópico e da economia clássica.

Já foi dito que eles não deixaram nenhuma proposta pedagógica formulada. Não poderia ser diferente. Se assim fosse, estariam contraditando o próprio método que desenvolveram, caindo em algum tipo de idealismo ao propor um modelo educacional para uma sociedade futura. A crítica que realizaram teve como pressuposto uma perspectiva materialista, analisaram uma sociedade e suas relações sociais concretas, sempre articulando seus aspectos particulares numa totalidade histórica. Por isso, a educação, nessa perspectiva, não pode ser vista apenas em seus aspectos particulares, ela é parte desse complexo social mais amplo, é formação humana. Nesse sentido, um dos aspectos de uma crítica marxista da educação é perceber a interrelação entre os diversos complexos sociais, o vínculo existente entre a educação e a estrutura econômica da sociedade.

A partir do que foi percorrido nesta pesquisa, é possível identificar nas três vertentes de educação popular aspectos idealistas em suas formulações. Aqui não vai nenhum juízo de valor nessa caracterização, indica apenas que, em suas variadas formas, elas superestimam a capacidade das ideias, da educação, dos métodos e das formas no processo de transformação individual e social, ou, dito de outra forma, na libertação do homem, subestimando aspectos objetivos que operam individual e socialmente nas condições de mudanças. Paulo Freire, por exemplo, de forma dialética, mas não materialista, afirma que na relação de desvelamento da realidade há “Relações em que consciência e mundo se dão simultaneamente. Não há uma consciência antes e um mundo depois e vice-versa”. A partir do referencial aqui adotado, afirmamos que existe uma anterioridade nessa relação, um pressuposto. Em *A Ideologia Alemã*, de que tratamos anteriormente, Marx e Engels afirmam que o pressuposto de toda a história humana é a existência de seres humanos vivos, ou seja, a produção social da vida. Ao nascerem, os indivíduos encontram um mundo já pronto, com um longo desenvolvimento histórico, produzido pelas gerações anteriores, e que exercerá uma influência sobre todo o seu desenvolvimento. Isso é anterior à consciência dos que nascem. É evidente que tudo isso não é natural, é produção humana, o pressuposto da realidade exerce uma influência material sobre a consciência, assim como esta altera a realidade, num movimento dialético, ainda que a consciência desse processo esteja velada, distorcida. Mas, isso não indica

que não haja um pressuposto, uma anterioridade na relação entre consciência e mundo. Nesse sentido, vemos a aproximação de Paulo Freire com a fenomenologia e seu distanciamento do marxismo. Vejamos como isso se apresenta.

As três vertentes de educação popular possuem características comuns: a) a concepção de que o ponto de partida para uma atividade educativa é a prática cotidiana e imediata para, em seguida, no exercício da reflexão crítica e, no retorno para a prática, construir uma nova visão que supere a realidade para a transformação social, ou seja, o processo de “conscientização” é um elemento fundamental; b) a crítica das concepções que, ao invés de produzir o conhecimento com o povo, buscam apenas a sua transmissão; c) possuem pontos de contato, explícitos ou subjacentes, com o marxismo.

As considerações críticas que virão são, fundamentalmente, devedoras das reflexões de Iasi (2001), que travou um interessante debate acerca do processo de consciência e da discussão metodológica no campo da educação popular²⁸. Evidentemente que, mesmo compartilhando da crítica, a responsabilidade sobre o que segue é inteiramente nossa. Por ora, destacaremos o que nos parece ser um ponto central para a crítica das vertentes da educação popular, a questão do processo de consciência a partir de uma concepção marxista.

Inicialmente, Iasi (Idem) alerta que é preciso falar em processo de consciência e não apenas em consciência, pois não se trata de adquiri-la como se antes disso fosse possível um estágio de “não consciência”. O que importa é o seu contínuo movimento e suas transformações, com seus avanços e recuos. Para compreender esse movimento é preciso articular os elementos particulares (individuais) com os universais (a classe) num processo de unidade dialética. Para isso, o autor apresenta o processo de desenvolvimento da consciência. Vejamos.

A primeira forma desse processo de consciência é construída na relação imediata dos indivíduos entre si e com as coisas. “A consciência é naturalmente, antes de mais nada, mera conexão limitada com as outras pessoas e coisas

²⁸ Ver as demais obras de Iasi (2002 e 2006) que aprofundam seus estudos sobre o processo de consciência.

situadas fora do indivíduo que se torna consciente”. (MARX apud IASI, *Ibid.*, 2001, p. 14). Ao ser inserido nas relações sociais o indivíduo se depara com uma realidade preexistente e que seguirá para além dele, captando de forma imediata apenas um fragmento desse movimento. Sua percepção do mundo é fragmentada e a tendência para, a partir disso, explicar o todo pela parte, ou seja, a ultrageneralização, é muito forte. Além de suas percepções, outras informações chegam ao indivíduo em forma de conhecimentos sistematizados.

Iasi, com apoio em Freud, descreve os estágios iniciais do desenvolvimento do psiquismo demonstrando que a família é a primeira instituição que coloca o indivíduo diante das relações sociais, permitindo-lhe a construção de um universo interiorizado. Entre o princípio do prazer (ID) e o princípio de realidade (EGO), o mundo externo apresenta-se com todas as suas exigências sociais, normas e condutas historicamente construídas que agem com uma força reguladora sobre as ações do indivíduo (SUPEREGO), que, num primeiro momento, é exercido primordialmente pela família, mas, em seguida, é assumido pelo indivíduo como se fosse seu. Iasi sintetiza esse primeiro movimento da seguinte forma:

- 1- A vivência de relações que já estavam preestabelecidas como realidade dada;
- 2- A percepção da parte pelo todo, onde o que é vivido particularmente como uma realidade pontual torna-se “a realidade” (ultrageneralização);
- 3- Por este mecanismo as relações vividas perdem seu caráter histórico e cultural para tornarem-se NATURAIS, levando à percepção de que “sempre foi assim e sempre será”;
- 4- A satisfação das necessidades, seja da sobrevivência ou do desejo, deve respeitar a forma e a ocasião que não são definidos por quem sente, mas pelo outro que tem o poder de determinar o quando e o como;
- 5- Estas relações não permanecem externas, mas interiorizam-se como normas, valores e padrões de comportamento, formando com o SUPEREGO um componente que o indivíduo vê como dele, como autocobrança e não como uma exigência externa;
- 6- Na luta entre a satisfação do desejo e a sobrevivência reprime ou desloca seu desejo;
- 7- Assim o indivíduo submete-se às relações dadas e interioriza os valores como seus, zelando por sua aplicação, desenvolvimento e reprodução. (*Ibid.*, 2001, p. 17-18, destaque do autor).

No processo de formação do indivíduo não é só a família que intervém, ainda que possa exercer um papel destacado. A escola, o trabalho, a militância e suas mais diversas relações sociais complementam, reforçam ou mesmo reverterem o que fora construído até então. Iasi sugere, em seguida, que as demais instituições, na maioria dos casos, reforçam os elementos indicados acima. Na escola, por exemplo, como um espaço preestabelecido, não temos a noção de que seja apenas uma “forma de escola”, mas a vemos como “a escola”, naturalizando-a e submetendo-nos diante de uma realidade dada por outros que determinam tudo o que pode e o que não pode ser feito. As normas se interiorizam. No trabalho isso é ainda mais evidente.

Assim formada esta primeira manifestação da consciência, o indivíduo passa a compreender o mundo a partir de seu vínculo imediato e particularizado generalizando-o. Tomando a parte pelo todo a consciência expressa-se como alienação.

No nível do senso comum a alienação é tratada como sendo um estágio de não consciência. Após esta análise preliminar percebemos que ela é a forma de manifestação inicial da consciência. Esta forma será a base, o terreno fértil, onde será plantada a ideologia como forma de dominação. (Ibid, 2001, p. 19).

Sobre a questão da alienação e da ideologia, o autor destaca que o terreno fértil da alienação em que a ideologia age não é simplesmente um conjunto de ideias que é introjetado nos indivíduos. Se assim fosse, isso levaria ao erro de trocar as ideias “erradas” por “novas”. A ideologia está ancorada em elementos objetivos e subjetivos profundos. A alienação humana, sob a sociedade capitalista, está assentada na propriedade privada dos meios de produção e no trabalho assalariado sob as seguintes características: a) alienação da natureza – o ser humano se relaciona com a natureza, por meio do trabalho, humanizando-a e humanizando-se. Na medida em que não controla mais conscientemente esse processo, em que ele próprio se coisifica, em que seu produto não lhe pertence mais, o homem se distancia da natureza e dela se aliena; b) alienação de si mesmo – o trabalho deixa de ser sua atividade vital e se transforma num meio de vida, o trabalho não é para si, é para o outro, é sofrimento. Nesse sentido, o trabalho torna-se auto-alienação; c) alienação da sua espécie – na medida em

que o trabalho é coisa desvinculada da humanização do ser social, da relação consciente entre os indivíduos, tornando-se mercadoria de venda, o trabalho afasta o indivíduo dos vínculos com sua espécie. A objetividade dessas relações é expressa no plano das ideias como ideologia. O indivíduo assume como suas as ideias dominantes, que aparentemente possuem coerência, mas que são ocasionais e desagregadas, o que Gramsci denominou de senso comum.

Este conjunto que une desordenada e contraditoriamente elementos de senso comum e instituições de um pensamento crítico é a base do que chamamos de primeira forma de consciência. Ela apresenta-se como alienação não porque se desvincula da realidade, mas pelo fato de naturalizá-la, por desvincular os elementos componentes da visão de mundo de seu contexto e de sua história. (Ibid., 2001, p. 23).

Fugindo de qualquer visão mecanicista e tendo a realidade como movimento contraditório, o processo de dominação não é perfeito e as possibilidades de contradições dessa primeira forma de consciência se manifestam, pois o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo continua a se processar, enquanto que as relações sociais de produção e as suas justificativas ideológicas procuram permanecer. Essa contradição é a base para as crises ideológicas, conforme descrevem Marx e Engels:

Quanto mais a forma normal das relações sociais e, com ela, as condições de existência da classe dominante acusam a sua contradição com as forças produtivas avançadas, quanto mais nítido se torna o fosso cavado no seio da própria classe dominada, mais natural torna-se, nestas circunstâncias, que a consciência que correspondia originalmente a esta forma de relações sociais se torne inautêntica, dito por outras palavras, essa consciência deixa de ser uma consciência correspondente, e as representações anteriores, que são tradicionais deste sistema de relações, aquelas em que os interesses pessoais reais eram apresentadas como interesse geral, degradam-se progressivamente em meras fórmulas idealizantes, em ilusão consciente, em hipocrisia deliberada. (Ibid., 2001, p. 25).

Isso aparece quando o indivíduo passa a vivenciar situações contraditórias com o conjunto de ideias dominantes que o acompanharam, criando uma mescla de valores contraditórios em coexistência. Segundo o autor, ainda não se trata de superação da alienação, sendo mais adequada a expressão de estado de revolta.

Um exemplo disso é o trabalho como possibilidade de conquista de riqueza e bem estar. Na medida em que a dura realidade da vida não comprova isso, pode instalar-se um processo de contradição, de revolta, de crítica dos valores até então assumidos. Sob certas circunstâncias esse processo pode levar a um novo patamar, a superação da alienação, que é a segunda forma de consciência, a consciência em si.

Nesse novo momento, ainda de transição, o elemento fundamental é o grupo. Quando o indivíduo vivencia suas contradições e percebe que outras pessoas passam pelas mesmas condições, produz-se uma identidade coletiva que é capaz de levar a um salto de qualidade. Entre os trabalhadores isso é nítido na experiência de greve quando as particularidades se expressam numa ação coletiva que produz alteração nas suas condições imediatas. Essa consciência em si é a expressão de uma revolta contra algum tipo de injustiça, é um processo reivindicativo de grupos, setores, categorias sociais que percebem seus vínculos identitários em contraposição a outros.

Como momento de transição, essa forma de consciência também apresenta contradições e ainda carrega elementos da antiga consciência em contraste com os novos elementos vivenciados. A consciência em si, mesmo carregada com o elemento coletivo, é preponderantemente imediatista. Os valores naturalizados ainda exercem uma força material importante. Na luta sindical, por exemplo, isso aparece quando reivindicamos ao capital - numa negociação ou numa greve - uma parte de seus ganhos em forma de melhorias no salário e/ou nas condições de trabalho. É do outro que esperamos a solução para o que nos aflige, ainda está fora da classe trabalhadora a solução dos seus problemas. Nesse momento, dois movimentos se dão: a negação do capital como portador do bem comum, mas, ao mesmo tempo, sua afirmação na medida em que o proletariado se afirma como classe. A sociedade em que vivemos é baseada na propriedade privada dos meios de produção e no trabalho assalariado. São dois pólos contraditórios e em unidade; capital e trabalho assalariado. Um não existe sem o outro. As reivindicações e conquistas no seu interior, ainda que sejam importantes para a classe trabalhadora, não alteram a sua essência e podem, muitas vezes, revelar exatamente os limites dessa forma de consciência quando os trabalhadores se dão por satisfeitos em suas lutas e se

conformam com os limites alienantes e exploradores da ordem capitalista. Por isso, essa consciência ainda é apenas reivindicatória, uma consciência em si.

Como podemos perceber, não há nenhuma linearidade no processo de consciência, tanto é possível uma manutenção nesse estágio, um novo salto de qualidade como também seu processo de reversão. Iasi traz um importante depoimento de Gramsci, de 1919, sobre a estagnação da consciência de classe.

Os operários sentem que o complexo da “sua organização se transformou num aparelho tão enorme que acabou por obedecer a leis próprias, íntimas à sua estrutura e ao seu complicado funcionamento, mas estranhas à massa que adquiriu consciência de sua missão histórica de classe revolucionária. Sentem que a sua vontade de poder não consegue exprimir-se, em sentido nítido e preciso, através das atuais hierarquias institucionais. Sentem que também em sua casa, na casa que construíram tenazmente com esforços pacientes, cimentando-a com sangue e com lágrimas, a máquina trai o homem, o funcionalismo esteriliza o espírito criador e o diletantismo banal e verbalista tenta encobrir em vão a ausência de conceitos precisos acerca das necessidades da produção industrial e a nenhuma compreensão da psicologia das massas operárias. Os operários se irritam por estas condições de fato, mas são individualmente incompetentes para as modificar: as palavras e as vontades de cada um dos homens são coisa muito pequenas em confronto com as leis férreas inerentes à estrutura funcional do aparelho sindical. (GRAMSCI, 2004, apud IASI, 2001, p. 30).

De que forma essa consciência pode superar esses limites e dar um novo salto de qualidade, no que o autor denomina de consciência revolucionária? Lukács apresenta um elemento fundamental para isso.

Na verdade estas hesitações, e até incertezas, são um sintoma de crise da sociedade burguesa. Enquanto produto do capitalismo, o proletariado está submetido às formas de existência de seu produtor. Estas formas de existência são a desumanidade, a reificação. O proletariado é, pela sua existência, a crítica, a negação destas formas de vida. Mas, até que a crise objetiva do capitalismo esteja consumada, até que o próprio proletariado tenha conseguido discernir completamente esta crise da reificação, e como tal, apenas negativamente ascende acima de uma parte do que nega. Quando a crítica não ultrapassa a simples negação de uma parte, quando, pelo menos, ela não tende para totalidade, então não pode ultrapassar o que nega, como, por

exemplo, nos mostra o caráter pequeno burguês da maior parte dos sindicalistas. (LUKÁCS Apud IASI, 2001, p. 31).

É na busca da compreensão da totalidade, e não da parte, que está a possibilidade do salto de qualidade no processo de uma consciência revolucionária. É na busca da compreensão dos fundamentos do funcionamento da sociedade capitalista, para além de suas aparências e de seus efeitos, que se pode saber das possibilidades de sua transformação.

É na própria constatação de que a sociedade precisa ser transformada que se supera a consciência da reivindicação pela transformação. O indivíduo transcende o grupo imediato e o vínculo precário com a realidade dada, busca compreender relações que se distanciam no tempo e no espaço, toma como sua a história da classe e do mundo. Passa a conceber um sujeito coletivo e histórico como agente da transformação necessária (Ibid., p. 31).

Evidentemente que isso não garante uma consciência livre de contradições nem mesmo a transformação social. Novas contradições são postas. “Agora a transformação da sociedade exige um outro sujeito: a classe” (ibid., p. 32). Acontece que não existe um processo homogêneo da consciência de classe. Cada indivíduo vivencia de forma diferenciada a possibilidade do amadurecimento de sua consciência revolucionária. Muitas vezes um indivíduo com uma consciência revolucionária está inserido num contexto social cuja consciência esteja num estágio de alienação, colocando-o na tarefa de mediar politicamente a superação dessa distância. Isso não é feito sem conflitos. Toda a sua vida foi estruturada a partir de elementos alienantes de conformação da realidade social, ainda que revestidos de certa rebeldia. Os apelos para “cuidar da própria vida” são permanentes e as possibilidades de ansiedade, depressão e outros males são também constantes para os que insistem numa perspectiva de transformação social. A mediação política é o elemento fundamental para evitar esses dois pólos. A consciência revolucionária não está imune à materialidade alienante, ela não se liberta pela compreensão de sua condição. O ato de libertação ou de sua emancipação não é uma ação teórica, é prática.

Nesse sentido, podemos novamente nos contrapor às perspectivas de educação popular apresentadas, que advogam um papel libertador ao processo

educativo, à consciência, pelos oprimidos, de sua condição de opressão. De volta a *A Ideologia Alemã*, não existe possibilidade de libertação sem que as condições básicas de vida como comer, morar, vestir etc. estejam garantidas.

[...] só é possível conquistar a libertação real [*wirkliche Befreiung*] no mundo real e pelo emprego de meios reais; que a escravidão não pode ser superada sem a máquina a vapor e a *Mule-Jenny*²⁹, nem a servidão sem a melhora da agricultura, e que, em geral, não é possível libertar os homens enquanto estes forem incapazes de obter alimentação e bebida, habitação e vestimenta, em qualidade e quantidades adequadas. A “libertação” é um ato histórico e não um ato de pensamento, e é ocasionada por condições históricas [...] (MARX; ENGELS, 2007, p. 29).

Além disso, Iasi (2001) apresenta outro aspecto de fundamental importância, a questão da consciência e da temporalidade, ou seja, os limites individuais diante da transformação social. Sob o capitalismo, o indivíduo se tornou o centro do universo, o que é coerente com a sociabilidade desse modo de produção, e sua temporalidade é o seu tempo de enriquecimento em vida. A morte encerra tudo para o indivíduo burguês. “A religião entra em cena para solucionar este final tão sem perspectivas para o indivíduo da sociedade burguesa”. (p. 35).

E para a nova consciência revolucionária, como a questão da consciência e da temporalidade devem ser apresentadas? Sem negar o peso que essa materialidade exerce sobre todos os indivíduos, inclusive sobre os que se colocam na perspectiva revolucionária, a tarefa exige que as ações transcendam os limites da vida pessoal.

Esta tarefa exige outro tipo de indivíduo, não o moldado pelos valores burgueses e liberais, correspondentes às representações ideológicas das relações de exploração da sociedade capitalista, ou seja, o individualismo pequeno burguês e todas as suas matizes. Esta tarefa exige um novo indivíduo capaz de compreender sua temporalidade além dos limites de si próprio, compreender este esforço como esforço coletivo de sua classe e além dela. A consciência que, ao fazer a segunda negação, expressa o movimento essencial da classe ao superar-se como classe. (Ibid., 2001, p. 36).

²⁹ Máquina de fiar criada em 1779, na Inglaterra, por Samuel Crompton.

O que se apresenta está no campo das possibilidades, no terreno da potencialidade da classe trabalhadora, na superação da ordem capitalista. É evidente que isso não é apenas um processo teórico, está no campo da práxis. A consciência revolucionária nos marcos da sociabilidade capitalista se apresenta de forma embrionária, incompleta, em seu movimento contraditório de avanços e recuos. Seu pleno desenvolvimento só é possível sob uma nova materialidade, que é forjada na luta pela transformação social. Os dois processos estão interconectados, mudança da realidade e das ideias. A compreensão de seus limites e potenciais evita o mecanicismo e o voluntarismo idealista, tão comuns em nossas atividades educacionais e militantes.

A Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire e o método Ver-Julgar-Agir demonstram esse voluntarismo idealista na medida em que transferem para o processo de uma educação crítica a capacidade de libertação do homem e, conseqüentemente, da transformação social. Na *Pedagogia do Oprimido*, por exemplo, toda fundamentação da dominação de classe é tratada apenas como uma relação entre opressor/oprimido, no campo das ideias, não há uma análise da relação de exploração da força de trabalho assalariada e da propriedade privada dos meios de produção como elementos fundamentais dessa dominação. Esse idealismo é ainda mais potencializado pela crítica à socialização do saber acumulado pela humanidade. Outra questão problemática é a valorização do senso comum que essas vertentes produzem, acreditando valorizar um saber popular. De forma mais mediada, isso também aparece na Concepção Metodológica Dialética de Oscar Jara.

Nas análises sobre as questões metodológicas encontram-se outros elementos para o debate crítico com essas perspectivas idealistas.

A caracterização mais comum entre as perspectivas metodológicas de educação popular é dividi-las de forma caricatural entre os basistas e os conteudistas, sendo que os primeiros defenderiam a espontaneidade passiva dos conhecimentos do povo enquanto que os conteudistas se restringiriam a transmitir a verdade, de forma vertical, aos educandos.

Iasi (Ibid., 2001) relata que, a partir da experiência no Núcleo de Educação Popular 13 de Maio (NEP – 13 de Maio), entidade de educação popular que

desenvolve atividades de formação política desde 1982, eles sempre tentaram fugir desses rótulos, ainda que muitos os encaixassem entre os conteudistas. Avalia também que esse debate está inserido numa discussão mais ampla no campo da educação, que se inicia com as polêmicas entre a pedagogia tradicional – com seu eixo central no professor e na transmissão do conhecimento – e a escola nova – com seu eixo central no aluno e na importância do aprender a aprender.

Sobre isso, Iasi recupera o debate travado por Saviani em sua obra *Escola e Democracia* e apresenta como essa polêmica se expressa no campo da educação popular, que, em linhas gerais, aparece entre os que defendem a transmissão da “verdade” pelos militantes partidários e entre aqueles que, partindo da realidade imediata dos educandos, elaboram o conhecimento conjuntamente com a própria comunidade. De um lado estaria a formação tradicional dos partidos comunistas e de outro o método que pode ser expresso pelo Ver-Julgar-Agir. Nesse debate estariam os mesmos elementos do debate geral, ou seja, os métodos de base cristã incorporando aspectos importantes da Escola Nova e sua crítica aos métodos tradicionais. Paulo Freire e as diversas metodologias de educação popular da igreja católica progressista travaram um intenso debate contra as denominadas perspectivas conteudistas, que Freire caracterizou como “bancárias”.

Ainda que dogmática, a formação política tradicional dos partidos comunistas trouxe contribuições importantes para a formação de gerações de militantes, contribuindo para uma sólida cultura revolucionária. Assim também se deu com a formação cristã, que contribuiu com a necessidade do debate sobre a cultura popular, com as questões técnicas e de linguagem. Iasi ressalta que a preponderância do campo da educação popular foi de base cristã, fundamentalmente a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), entre os anos 70 e 80. Para superar os limites encontrados pela educação popular de base cristã, principalmente na perspectiva de resolver a crítica que fazia à transmissão do saber acumulado, que não poderia ser desprezado, a Concepção Metodológica Dialética (CMD) de Oscar Jara propôs uma nova perspectiva metodológica, conforme apresentado anteriormente, que Iasi sintetiza da seguinte forma:

- 1) a CMD não é senão a aplicação da Teoria Dialética do conhecimento ao processo educativo: "assim como conhecemos, assim devemos educar."
- 2) desta primeira afirmação deriva o procedimento básico:
 - a) partir da realidade imediata, que é produto não só da ação ou experiência, mas de toda a prática social e histórica;
 - b) apropriar-se de conceitos teóricos, para melhor conhecer a realidade além da aparência imediata;
 - c) com este conhecimento mais profundo da realidade e dos conhecimentos teóricos alcançados e construídos no processo educativo, passar à ação de transformação da realidade, daí que o eixo fundamental seria a vinculação entre teoria e prática, o que levaria à famosa formulação P-T-P [Prática – Teoria – Prática]. (Ibid., 2001, p. 48).

Iasi, por meio da apresentação das perspectivas metodológicas que desenvolveram no NEP 13 de Maio, abre um diálogo crítico com a CMD e sua tradição anterior. Como vimos, não se trata apenas da questão de socializar conhecimentos universais historicamente acumulados, trata-se, entre outras questões, de saber qual o ponto de partida para a prática educativa: a realidade imediata dos participantes ou o saber acumulado? Evitando a polarização mecânica, o autor afirma que:

Preferimos trabalhar com a concepção de que estes são aspectos que compõem a prática educativa e que estabelecem uma relação entre si, de forma que o conhecimento universal é anterior e constitui a base real por onde se alavanca o processo educativo e o contexto imediato (incluindo aí o trabalhador, sua cultura, linguagem, valores e percepções) e o meio onde deverá se traduzir o esforço educativo. O conhecimento ganha sentido na medida que se traduz para um contexto concreto, assim como este contexto só se compreende à luz do conhecimento anterior. Mas se isto é assim, o conhecimento sistematizado, portanto teoria, estaria numa posição de anterioridade em relação à realidade concreta e imediata. (Ibid., 2001, p. 51).

A partir disso, o autor questiona a fórmula P-T-P, indicando uma confusão feita na leitura mecânica por seus proponentes da relação teoria/prática, "onde a prática se confunde com o resgate da realidade imediata no início da atividade de formação" (Ibid., p. 51). Afirma também que nenhuma atividade de formação pode iniciar sem que haja uma preocupação metodológica, teórica, sem seleção de

temas e conteúdos, ainda que isso não apareça. Fundamentando sua crítica afirma que:

Todo conhecimento deriva de uma prática, de um contexto histórico concreto, assim como tanto este conhecimento como esta prática são manifestações sociais. Assim uma prática humana, uma ação social concreta, histórica, possibilita uma reflexão, uma abstração teórica, nela baseada, que será a base para futuras ações transformadoras e novas sínteses teóricas. Portanto, um processo ininterrupto de ações e sínteses sucessivas.

Para nós, a afirmação, na ação política geral, da anterioridade da prática, é a confirmação do princípio materialista do método, ou seja, da antecedência do concreto em relação à representação abstraída deste concreto na forma de teoria. No entanto, nada nos autoriza a transpor esta equação (P-T-P) para a realidade particular da prática educativa. Acreditamos que para isto deveríamos realizar necessariamente certas mediações. (Ibid., p. 53).

O primeiro questionamento é que a prática educativa é um momento da prática política geral, tendo como particularidade sua tarefa de reflexão, superação das aparências, qualificação da ação, compreensão da realidade para a sua transformação, e segundo, que seria incorreto transformar um movimento contraditório num esquema reduzido a essas etapas. O momento inicial de uma atividade formativa, ainda que pareça, não é a realidade imediata, são mediações dessa realidade traduzidas em conceitos, formulações, teorias. Essas abstrações, representações caóticas do todo, por meio do pensamento, da lógica, elevam-se ao concreto, síntese de múltiplas determinações. O processo de conhecimento não é o mesmo da gênese do concreto. Vejamos Marx:

O concreto é concreto por ser a síntese de múltiplas determinações, logo, unidade na diversidade. É por isso que ele é para o pensamento um processo de síntese, um resultado, e não um ponto de partida, apesar de ser o verdadeiro ponto de partida da observação imediata e da representação. [...] Por isso, Hegel caiu na ilusão de conceber o real como resultado do pensamento, que se concentra em si mesmo, se aprofunda em si mesmo e se movimenta por si mesmo, enquanto que o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é para o pensamento precisamente a maneira de se apropriar do concreto, de o reproduzir como concreto espiritual. Mas este não é de modo

nenhum o processo de gênese do próprio concreto. (MARX, 1877 Apud IASI, 2001, p. 54).

Aqui encontramos uma divergência importante entre a perspectiva da CMD, que Oscar Jara apresenta, e a leitura de Iasi. Já apresentamos a fundamentação do teórico peruano, inclusive com suas citações de Marx. Para melhor compreensão dessa divergência, é válida a repetição da citação de Jara, fundamentalmente pelos trechos que ele extrai do pensador alemão. Vejamos:

O concreto é concreto, já que constitui a síntese de numerosas determinações, ou seja, a unidade da diversidade [...]. E para nós o ponto de partida da realidade e, portanto, da intuição e da representação [...] as noções abstratas permitem reproduzir o concreto pela via do pensamento. [...] o método que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto é, para o pensamento, a maneira de apropriar-se do concreto, ou seja, a maneira de reproduzi-lo sob a forma do concreto pensado (MARX Apud JARA, *Ibid*, p. 24-5).

O que Jara exclui é exatamente a diferenciação que Marx faz entre a gênese do concreto e o processo do conhecimento, buscando assim fundamentar sua perspectiva de que “assim como conhecemos, assim devemos educar”. O que nos parece evidente é que, como demonstrou Iasi, há uma confusão entre teoria e prática nos processos educativos das formulações de Jara. Além disso, o educador peruano resgata o que existe de identidade de Marx com Hegel excluindo exatamente o que é divergente entre eles, ou seja, a fundamentação materialista de Marx.

Outra questão importante e divergente que se coloca é sobre a “produção coletiva do conhecimento” nas atividades formativas. Para as concepções de educação popular citadas, esse é um ponto crucial, em que o processo de socialização do conhecimento é tratado de forma muito crítica, com a ressalva das mediações que a CMD produz. O questionamento de Iasi a essas vertentes é sobre a possibilidade de produção de conhecimento sem que outros sejam socializados. O patamar para a produção de novos conhecimentos jamais prescindiria do que fora até então acumulado. As atividades formativas podem e devem trazer novidades aos educandos, mas isso não significa que esses conhecimentos foram criados ali. O autor salienta que esse processo de produção

de conhecimentos requer outras condições de que uma atividade formativa não dispõe. Além disso, outro problema decorrente da necessidade de “produção do conhecimento” numa atividade formativa é a ansiedade pela produção de algo concreto no final das atividades, como se esse processo educativo produzisse resultados imediatos, levando muitas vezes a um voluntarismo idealista em que a atividade formativa já produzisse o salto de qualidade que a fórmula do P-T-P propõe, ou seja, a atividade teórica já seria suficiente para produzir as transformações na realidade.

Assim como os hegelianos de esquerda pretendiam transformar a realidade pela crítica da religião, acreditando que o exercício teórico seria suficiente, essas vertentes da educação popular propõem algo parecido. A denominada educação bancária é substituída por uma forma semelhante – trocar a velha ideia por uma nova, só que revestida de uma maneira aparentemente democrática, construída com os próprios oprimidos. Os estudos de Marx/Engels e de Iasi apontam que não se trata de uma questão de escolha e de “conscientização” para que ocorra uma transformação individual ou social. Para uma grande parte da humanidade, sob a sociedade capitalista, a realidade aparece como natural, como dada, não como processo histórico social. A consciência desse processo é limitada pela forma de produção alienante da vida que, sob certas condições, entra em contradição, produzindo mudanças que levam a uma ação diante do estado de coisas, podendo levar a transformações sociais mais profundas. O que podemos constatar nas vertentes criticadas é que há uma secundarização dessas questões objetivas como, por exemplo, uma negligência sobre a compreensão dos mecanismos de funcionamento da sociedade capitalista, em seus variados aspectos e, em particular, sobre o desenvolvimento econômico do capitalismo, fundamental para qualquer possibilidade de ação transformadora.

Além disso, no aspecto político é fundamental o resgate de um importante elemento para a compreensão dos processos de transformação social que Lênin apresenta em seu texto *A Falência da II Internacional* (1916), que trata das situações revolucionárias e da relação entre condições objetivas e subjetivas.

Para um marxista, não há dúvida de que a revolução é impossível sem uma situação revolucionária, mas nem toda situação revolucionária conduz à revolução. Quais são, de maneira geral,

os indícios de uma situação revolucionária? Estamos certos de não nos enganarmos se indicarmos três principais pontos que seguem: 1) impossibilidade para as classes dominantes manterem sua dominação de forma inalterada; crise da “cúpula”, crise da política da classe dominante, o que cria uma fissura através da qual o descontentamento e a indignação das classes oprimidas abrem caminho. Para que a revolução estoure não basta, normalmente, que “a base não queira mais” viver como outrora, mas é necessário ainda que “a cúpula não o possa mais”; 2) agravamento, além do comum, da miséria e angústia das classes oprimidas; c) desenvolvimento acentuado, em virtude das razões indicadas acima, da atividade das massas, que se deixam, nos períodos “pacíficos”, saquear tranquilamente, mas que, em períodos agitados, são empurradas tanto pela crise no seu conjunto como pela própria “cúpula”, para uma ação histórica independente. (LÊNIN, 1979, p. 29-30).

Segundo Lênin, sem essas condições objetivas não há possibilidade de transformações sociais, mesmo que a vontade de grupos, partidos e classes se apresente. Não é a vontade, portanto, por ela mesma, que produz mudanças. Mas, em situações revolucionárias, a vontade e a capacidade da classe revolucionária exercem um papel fundamental, pois as mudanças não acontecem automaticamente, é preciso forjá-las. A combinação de condições objetivas (uma situação revolucionária) com as subjetivas é que possibilita um processo de transformação social. Essa é uma contribuição importante do marxismo para o campo educacional, possibilitando a compreensão dos diversos aspectos que compõem a totalidade social, da relação entre os elementos do processo de desenvolvimento histórico, entre eles a educação, com as possibilidades abertas para a transformação social. Nesse sentido, o método também contribui para evitar o idealismo, ou seja, uma sobrevalorização da educação, das ideias, da “conscientização” no processo de transformação social, assim como para evitar uma visão mecanicista que projeta nos elementos objetivos do desenvolvimento econômico, de suas crises cíclicas e periódicas, e de suas consequências, as causas únicas das futuras mudanças.

A partir disso, a educação popular pode cumprir um importante papel nesse processo na medida em que, sem os limitadores existentes na educação formal, colabore na difusão de conhecimentos produzidos pela humanidade e de uma

cultura de resistência, anticapitalista, que seja um instrumento da classe trabalhadora em seu processo de emancipação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme afirmamos na introdução, o principal objetivo do texto foi mapear as obras de Marx e Engels, buscando compreender a relação entre teoria e prática do método materialista histórico e dialético. Também buscamos, com esse intuito, mapear as gerações seguintes até o período do marxismo ocidental. Em seguida, a partir desse caminho percorrido, analisar a relação teoria e prática nas três vertentes de educação popular que influenciam diversos setores sociais no Brasil.

Como o método de Marx e Engels está intimamente vinculado com a perspectiva da transformação social, portanto, possui um componente político, a reação conservadora às suas perspectivas também tiveram uma correspondência política. Isso pode ser verificado quando

Durante o século XX, nas chamadas sociedades “democráticas”, ninguém teve seus direitos civis ou políticos limitados por ser durkheimiano ou weberiano – mas milhares de homens ou mulheres foram perseguidos, presos, torturados, desterrados e até mesmo assassinados por serem marxistas. (NETTO, 2011, p. 10).

Isso não impede que levemos em conta as deformações que a própria tradição marxista operou, conforme procuramos demonstrar por meio dos avanços e recuos da II Internacional e da Internacional Comunista. A desconstrução do marxismo foi obra tanto dos seus opositores quanto de seus seguidores. Os manuais e a simplificação do marxismo interromperam o árduo esforço do estudo e da análise da realidade. É interessante notar que esse processo de deformação do materialismo histórico e dialético foi predominante não só entre a II Internacional, e, não só perdurou com outras características sob o stalinismo, mas é a referência para a crítica dos setores conservadores que tomam essa deformação como se fossem as formulações originais de Marx e Engels, ou seja, aquilo que supõem criticar, também é reproduzido sem o devido conhecimento.

Uma das questões fundamentais da produção inicial do método é que ele só pode ser compreendido na relação com o objeto de estudo desses autores, ou seja, a gênese, o desenvolvimento e a crise da sociedade burguesa. Para Marx e

Engels não há um método *a priori*, o método e as categorias de análises foram forjadas na intrincada relação teoria/práxis revolucionária. Não surgiu de uma crítica arrasadora, mas, por meio da negação e incorporação do que já existia, de seus estudos da economia política clássica inglesa, da filosofia alemã, dos socialistas utópicos. Esse processo iniciou-se nos primeiros anos da década de 1840 e culminou no final da década de 1850, mais precisamente em 1857, com a publicação da *Introdução à contribuição à crítica da economia política*, momento em que podemos dizer que seu método estava plenamente desenvolvido. A adequada compreensão da construção do método exige, como salientamos anteriormente, que se resgate o processo de produção teórico e prático desses autores. O que foi feito aqui foi um esforço inicial de compreensão dessa construção, mais especificamente, porque a unidade entre teoria e prática é o elemento central de sua perspectiva não só metodológica de busca de uma compreensão verdadeira da realidade, mas fundamentalmente para a sua transformação.

Para Marx e Engels, a prática é o critério da verdade. Carlos Franco, na apresentação do livro de José Aricó (2002), apresenta os termos dessa intrincada relação.

As relações entre realidade e teoria são espontaneamente conflitivas. É precisamente no caráter espontâneo do conflito que se define a autonomia de uma e outra. A autonomia de ambas, seria desnecessário dizê-lo, baseia-se em sua mútua irredutibilidade, da mesma forma que sua constante identificação suprimiria, no plano cognoscitivo, a “necessidade” de ambas. Porém, sua mútua irredutibilidade, enquanto condição de existência de uma e outra, é só *uma* condição de sua relação. A outra, tão importante como aquela, é sua mútua atração. A realidade precisa da teoria para se expressar, e esta pressiona aquela para se realizar. Portanto, sua identificação passageira é uma condição de existência de ambas. Se o encontro não se produz, esta teoria não é a teoria *desta* realidade e esta realidade não é a realidade *desta* teoria. (FRANCO, Apresentação de ARICÓ, 2002 , p. 11, grifos do autor).

Essa relação - teoria e prática - deve ser buscada na análise do método, não numa obra específica dos autores estudados; deve ser compreendida em sua totalidade, na relação entre a realidade estudada e sua expressão ideal. O

método que desenvolveram, nas palavras de Netto (2002), é o método da sociedade capitalista, é a compreensão no plano das ideias do movimento da realidade, que se move constantemente. Se essa realidade se move e se altera, o método também é permeável a mudanças constantes, portanto histórico. Não se trata também de uma compreensão que reproduza no pensamento, de forma mecânica, com um espelho, a realidade. Se procedêssemos dessa maneira, o trabalho do pesquisador seria simplesmente passivo. Marx, ao contrário, atribui um papel profundamente ativo ao sujeito. A busca para ir além da aparência em direção da essência do objeto é um árduo trabalho de pesquisa, de questionamentos, de compreensão da interconexão entre os pormenores da matéria, tudo isso compreendido como processo, como movimento.

Nesse sentido, o método não pode ser compreendido como algo estanque, deve expressar, necessariamente, o movimento em movimento. Nas palavras de Lênin, o método é “análise concreta da situação concreta”. Isso permitiu a sua geração uma análise da realidade que lhe possibilitou, captando o seu movimento, ou seja, sua estrutura e dinâmica, interferir na sua transformação. Não se trata de um movimento fixo e inexorável, mas, de “tendência histórica determinada, que pode ser travada ou contrarrestada por outras tendências”. (NETTO, 2011, p. 24, grifo do autor).

É importante ressaltar que Marx pouco escreveu sobre o seu método, suas considerações sobre isso estiveram sempre vinculadas com o seu objeto de estudo,

[...] por isso, o seu interesse não incidia sobre um abstrato “como conhecer”, mas sobre “como conhecer um objeto real e determinado”. [...] Lênin [...] já compreendera que a Marx não interessava elaborar uma ciência da lógica (como fizera Hegel): importava-lhe *a lógica de um objeto determinado* [...]. É lapidar a conclusão leniniana: “[...] **Marx não deixou uma Lógica, deixou a lógica d’O Capital**”. (Idem, p. 27-28, grifos do autor, negritos meus).

Nesse sentido, o método não é uma receita ou um conjunto de regras a serem aplicadas a um determinado objeto de estudo, ele é a busca do movimento do capital e de sua sociabilidade. Este estudo tem uma finalidade teórica e

prática: buscar o fio condutor que Marx, Engels e outros teóricos e dirigentes políticos produziram e, compreendendo o movimento do capital, atuar coletivamente na sua superação, na construção de uma sociedade de livres produtores associados.

Conforme exposto anteriormente, outra preocupação central neste momento da pesquisa foi apresentar perspectivas teóricas no campo da educação popular brasileira e empreender uma crítica a partir do materialismo histórico e dialético.

A Educação por si só, mesmo vinculada a uma determinada perspectiva de trabalho, não é capaz de promover a transformação social. Para isso, é preciso que a educação, as ideias, uma determinada estratégia de transformação social adquiram força material. E para isso, para usar os termos de Gramsci, é preciso construir para além dos muros da educação formal, um bloco histórico, com independência da classe, que seja capaz de realizar uma correta leitura da realidade e de suas condições objetivas. Qual o papel da educação nesse processo? Colaborar para que a classe trabalhadora adquira uma “concepção de mundo coerente e unitária”. Sabemos que isso não basta, mas, também sabemos que em outros momentos essa coerência e unidade foram fundamentais para guiar os caminhos nas brechas abertas pelo capital.

Finalizando este trabalho, de acordo com as reflexões de Mészáros (2005, p. 76-77, *itálico do autor*), a educação, em seu sentido amplo, deve necessariamente estar interligada com a superação revolucionária da sociedade capitalista, conforme descreve o teórico:

[...] a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta à frente da outra. Elas são inseparáveis. A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido mais amplo [...]. E vice-versa: a educação não pode funcionar suspensa no ar. Ela pode e deve ser articulada adequadamente e redefinida constantemente no seu inter-relacionamento dialético com as condições cambiantes e as necessidades da transformação social emancipadora e progressiva em curso. Ou ambas têm êxito e se sustentam, ou fracassam juntas. Cabe a nós *todos* – todos, porque sabemos muito bem que “os educadores também têm de ser educados” –

mantê-las de pé, e não deixá-las cair. As apostas são elevadas demais para que se admita a hipótese de fracasso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, P. **Considerações sobre o marxismo ocidental**: Nas trilhas do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

ARICÓ, J. **Marx e a América Latina**. Trad. Maria Celeste Marcondes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

BORAN, J. **O senso crítico e o método ver-julgar-agir para pequenos grupos de base**. São Paulo: Loyola, 1977.

CARONE, E. **A II Internacional pelos seus congressos (1889-1914)**. São Paulo: Editora Anita; Editora da Universidade de São Paulo, 1993.

_____. A dialética marxista: uma leitura epistemológica In: LANE, T. S. e CODO, W. (orgs) **Psicologia Social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 21-30.

COGGIOLA, O. **As grandes depressões (1873-1896 e 1929-1939)**: fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente. São Paulo: Alameda, 2009.

_____. **Introdução à teoria econômica marxista**. São Paulo: Viramundo, 1998.

_____. **Marx, Engels e o movimento operário da segunda metade do século XIX**. In: Antítese – Marxismo a Cultura Socialista, n. 5, 2008.

_____. **A guerra mundial, a cisão socialista e as origens da Internacional Comunista**. [20--]. Mimeografado.

DEL ROIO, M. **Marx e a Internacional**. In: Antítese – Marxismo a Cultura Socialista, n. 5, 2008, p. 78-94.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Trad. Leandro Konder. 15 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** Trad. B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Do socialismo utópico ao socialismo científico.** São Paulo: Moraes, [19--].

_____. **Anti-Dühring:** filosofia, economia política, socialismo. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FERNANDES, F. (Org.). **K. Marx F. Engels.** Coleção História. São Paulo: Ática, 1989.

FREDERICO, C. **O jovem Marx** (1843-44: as origens da ontologia do ser social). São Paulo: Cortez, 1995.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GRAMSCI, A. **A Revolução contra o Capital.** Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1917/04/24.htm>>. Acesso em 15 ago.2011.

HOBSBAWM, E. **Era dos extremos:** o breve século XX (1914-1991). Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **História do marxismo:** o marxismo no tempo de Marx. v. 1. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Nemésio Salles. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **História do marxismo:** o marxismo na época da Segunda Internacional. v. 2 (primeira parte). Trad. Leandro Konder e Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. **História do marxismo:** o marxismo na época da Terceira Internacional: problemas da cultura e da ideologia. v. 9. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio N. Henriques e Amélia Rosa Coutinho. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **História do marxismo:** o marxismo na época da Terceira Internacional: de Gramsci à crise do stalinismo. v. X. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Luiz Sérgio N. Henriques. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IASI, M.L. **Processo de Consciência**. São Paulo: CPV, 2001.

_____. **O Dilema de Hamlet: o ser e o não ser da consciência**. São Paulo: Viramundo, 2002.

_____. **As metamorfoses da consciência de classe: o PT entre a negação e o consentimento**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

JARA, O. **Concepção metodológica dialética**. [19--]. Mimeografado.

JINKINGS; BACKES. Cronologia resumida. In: MARX, K. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005.

KORSCH, K. **Marxismo e filosofia**. Apresentação e tradução de José Paulo Netto. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

LEFEBVRE, H. **Lógica formal e lógica dialética**. Mimeo, s/d.

LENIN, I. **As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

_____. **Cadernos sobre a dialética de Hegel**. Obras Escolhidas. Lisboa: Edições Avante!, 1984.

_____. **A doença infantil do “esquerdismo” no comunismo**. Obras Escolhidas. Lisboa: Edições Avante!, 1984.

_____. **Imperialismo, Fase superior do capitalismo**. Obras Escolhidas. Lisboa: Edições Avante!, 1984.

_____. **Duas táticas da social-democracia na revolução democrática**. Obras Escolhidas. Lisboa: Edições Avante!, 1984.

_____. **As três fontes**. Cadernos de Expressão Popular. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **A Falência da II Internacional**. São Paulo: Kairós, 1979.

LOUREIRO, I.M.; MUSSE, R. (Org.) **Capítulos do marxismo ocidental**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LUKÁCS. G. **O jovem Marx e outros escritos de filosofia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

_____. **História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MANDEL, E. **O lugar do marxismo na história**. 2 ed. São Paulo: Xamã, 2001.

MARX, K. **A Guerra civil na França: mensagem do Conselho Geral da Associação Geral dos Trabalhadores**. São Paulo: Global, 1986a.

_____. **As lutas de classe na França (1848-1850)**. São Paulo: Global, 1986b.

_____. **Contribuição à crítica da economia política**. Trad. Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Crítica ao Programa de Gotha**. [20--]. Mimeografado.

_____. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel**. Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. **Glosas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano”**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Introducción general a la crítica de la economía política**. 24 ed.. México: Siglo Veintiuno Editores, 1996.

_____. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. **Miséria da Filosofia:** resposta à Filosofia da Miséria do Sr. Proudhon. Trad. José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2009a.

_____. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann.** Trad. Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002a.

_____. **O capital:** crítica da economia política: Livro I; tradução de Reginaldo Santana, 18 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

_____. **Para a questão judaica.** Trad. José Barata Moura. São Paulo: Expressão Popular, 2009b.

_____. **Salário, Preço e Lucro.** [19--]. Mimeografado.

_____. **Trabalho Assalariado e Capital.** Trad. Olinto Beckerman. São Paulo: Global, 1980.

_____. **Grundrisse:** manuscritos econômicos de 1857 -1858: esboços da crítica da economia política. Trad. Mário Duayer, Nélio Chneider, Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1984.

_____. **A ideologia alemã.** Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. **A sagrada família,** ou crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e seus seguidores. Trad. Sérgio José Schirato. São Paulo: Centauro, 2005.

_____. **Manifesto Comunista.** São Paulo: CPV, 2001.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital.** Trad. Isa Tavares, São Paulo: Boitempo, 2005.

NEP 13 DE MAIO. **História das Revoluções e do pensamento marxista.** 2000. Mimeografado.

NETTO, J.P. **Método em Marx**. Palestra proferida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. 2002. Anotações pessoais.

_____. **Marxismo impenitente**: contribuição à história das ideias marxistas. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. **Introdução ao estudo do método de Marx**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, M.G.M.; QUINTANEIRO, T. Karl Marx. In: QUINTANEIRO, T., BARBOSA, M.L. e OLIVEIRA, M.G.M. **Um toque de clássicos**. Belo Horizonte: UFMG, 2002, p. 25-59.

PADILHA, V., **Princípios marxistas**: bases teóricas para a compreensão da perspectiva histórico-cultural. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba. Piracicaba, SP. 2004. Circulação interna.

REICH, W. **Materialismo dialético e psicanálise**. São Paulo: Ed. Causa Operária. Jornal Livro – ano II, n. 08, s/d.

REIS FILHO, D.A. **As revoluções russas e o socialismo soviético**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

RIDENTI, M. e REIS FILHO, D.A. **História do Marxismo no Brasil**: Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. v. 5. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

SADER, E. **O indissolúvel nexó entre teoria e prática no marxismo**. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=15965>. Acesso em 03 nov.2009.

SAMPAIO, B.A.; FREDERICO, C. **Dialética e materialismo**: Marx entre Hegel e Feuerbach. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

TONET, I. **Marxismo e Educação**. Mimeo, 2009.

TRIVIÑOS, A.S. Marxismo, materialismo dialético e materialismo histórico – ideias básicas. In: **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987, p. 49-53.

TUMOLO, P.S. A produção em Trabalho e Educação. Esboço para a discussão de suas marcas e de suas perspectivas. **Trabalho & Educação** (UFMG), v. 14, 2005, p.11-22.

VÁZQUEZ, A.S. **Filosofia da Práxis**. 1 ed. Buenos Aires: Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais – CLACSO; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

VIANA, N. **Escritos metodológicos de Marx**. Goiânia: Alternativa, 2007a.

_____. **A consciência da História**: Ensaio sobre o materialismo histórico-dialético. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007b.

WHEEN, F. **Karl Marx**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2001.